PLANILHA DE PROJETOS LEGISLATIVOS DE INTERESSE DO CAU/BR
26 DE MAIO DE 2017

Por determinação do Presidente do CAU/BR, Arquiteto e Urbanista Haroldo Pinheiro, publicaremos semanalmente uma Planilha de Projetos Legislativos de interesse deste Conselho.

	Identificação	Autor	Ementa	Síntese	Última Ação	Casa Atual
1	PLS 00550/2011 SF	Sen. Walter Pinheiro S/Partido/BA	Altera a Lei Complementar nº 103, de 14 de junho de 2000, que autoriza os Estados e o Distrito Federal a instituir o piso salarial a que se refere o inciso V do art. 7º da Constituição Federal, por aplicação do disposto no parágrafo único do seu art. 22, para dispor sobre o piso salarial dos empregados com diploma em educação superior.	Altera a Lei Complementar nº 103/2000 para dispor que o piso salarial dos empregados com diploma em educação superior não será fixado em valor inferior a R$ 1.635,00 (mil e seiscentos e trinta e cinco reais), a partir da data da publicação desta Lei Complementar, sendo que o valor será reajustado anualmente, sempre em 1º de janeiro de cada ano, pela variação integral anual do índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC do Instituto Brasileiro de Economia e Estatística - IBGE. Assunto: Educação - Social	Data: 23/03/2017 Casa: Senado Federal Tramitação: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Juntei, de ordem da Presidência da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, o Ofício nº 694 do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (CONFEA), de 17/3/2017, com manifestação sobre a matéria (fls. 14 e 15). Situação: PRONTA PARA A PAUTA NA COMISSÃO	Senado Federal

2	PLS 00368/2012 SF	Sen. Ana Amélia - PP /RS	Altera a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, para dispor sobre as Áreas de Preservação Permanentes em áreas urbanas.	Altera a redação do § 9º e acresce § 10 ao art. 4º da Lei nº 12.651/12 (dispõe sobre a proteção da vegetação nativa) para considerar, no § 9º da mencionada Lei, como Área de Preservação Permanente, as áreas urbanas, assim entendidas as áreas compreendidas nos perímetros urbanos definidos por lei municipal, e nas regiões metropolitanas e aglomerações urbanas, as faixas marginais de qualquer curso d'água natural que delimitem as áreas da faixa de passagem de inundação terão sua largura determinada pelos respectivos Planos Diretores e Leis de Uso do Solo, ouvidos os Conselhos Estaduais e Municipais de Meio Ambiente, e respeitado, no que couber, o plano de defesa civil. Sendo que, de acordo como o § 10 da mencionada Lei, no caso de	Data: 24/04/2017 Casa: Senado Federal Tramitação: CMA - Comissão de Meio Ambiente Distribuído ao Senador Roberto Rocha, para relatar. Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA	Senado Federal

				áreas urbanas, assim entendidas as compreendidas nos perímetro		

3	PLS 00066/2014 SF	Sen. Paulo Bauer - PSDB /SC	Altera a Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências, para dispor sobre o estabelecimento de faixas não-edificáveis e limitações à edificabilidade em loteamentos urbanos.	Altera a Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências, para dispor sobre o estabelecimento de faixas não-edificáveis e limitações à edificabilidade em loteamentos urbanos. Redefine a limitação por meio de nova redação ao inciso III do art. 4º passando da redação dada pela Lei 10.932, de 2004, segundo a qual "III - ao longo das águas correntes e dormentes e das faixas de domínio público das rodovias e ferrovias, será obrigatória a reserva de uma faixa não-edificável de 15 (quinze) metros de cada lado, salvo maiores exigências da legislação específica;" para: "III - serão reservadas faixas não-edificáveis e estabelecidas limitações à edificabilidade necessárias para garantir a segurança, a saúde e o conforto da população e a	Data: 16/05/2017 Casa: Senado Federal Tramitação: CMA - Comissão de Meio Ambiente Cancelada a 5ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente. Situação: PRONTA PARA A PAUTA NA COMISSÃO	Senado Federal

4	SCD 00002/2014 SF	Câmara dos Deputados	Estabelece normas gerais para implantação e compartilhamento da infraestrutura de telecomunicações e altera as Leis nºs 9.472, de 16 de julho de 1997, 11.934, de 5 de maio de 2009, e 10.257, de 10 de julho de 2001.	Estabelece normas gerais de política urbana, relativas à proteção do patrimônio histórico, cultural, turístico e paisagístico, e proteção à saúde e ao meio ambiente associadas à instalação de redes de telecomunicações de interesse coletivo; obriga o compartilhamento das infraestruturas, salvo motivo técnico; e institui procedimento simplificado para licenciamento.	Data: 30/09/2015 Casa: Senado Federal Tramitação: SARQ - Secretaria de Arquivo Referente ao Projeto de Lei do Senado 293/2012. Arquivado.	Senado Federal
5	PLS 00037/2011 SF	Sen. Marcelo Crivella PRB/RJ	Altera a Lei nº. 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para incluir a obrigatoriedade de as concessionárias e permissionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica substituírem redes aéreas de distribuição de energia por redes subterrâneas em cidades com mais de 100 mil habitantes e dá outras providências.	Altera o art. 16 da Lei 9.427/1996 para obrigar as concessionárias e permissionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica a substituírem as redes aéreas de distribuição de energia elétrica por redes subterrâneas em cidades com mais de 100 mil habitantes.	Data: 28/03/2017 Casa: Senado Federal Tramitação: CI - Comissão de Serviços de Infraestrutura Nesta data, na 3ª Reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura, é lido e aprovado o RQI Nº 5, de 2017, de autoria do Senador Elmano Férrer, que solicita audiência pública para instruir o PLS nº 37, de 2011. Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA	Senado Federal

6	PLS 00252/2014 SF	Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa	Dispõe sobre a adoção de práticas de construção sustentável.	Determina que a adoção de práticas de construção sustentável será observada como diretriz na execução da política urbana e no tocante às edificações de propriedade da União, compreendendo a implantação de telhados verdes e de sistemas de aproveitamento de energia solar, de águas pluviais e de reutilização de água.	Data: 10/04/2017 Casa: Senado Federal Tramitação: SLSF - Secretaria Legislativa do Senado Federal Aguardando inclusão em Ordem do Dia. Situação: PRONTO PARA DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO	Senado Federal
7	PEC 00013/2014 SF	Sen. Aloysio Nunes Ferreira PSDB/SP	Inclui os arts. 18-A e 159-A e altera o art. 182 da Constituição Federal, para dispor sobre a instituição de regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões.	Altera a Constituição Federal para dispor sobre a criação e a instituição de regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões.	Data: 09/03/2017 Casa: Senado Federal Tramitação: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Recebido, às 17h30, o relatório do Senador Ronaldo Caiado, com voto favorável à Proposta com a emenda que apresenta. Situação: PRONTA PARA A PAUTA NA COMISSÃO	Senado Federal

8	PEC 00014/2015 SF	Sen. Cássio Cunha Lima PSDB/PB	Altera o inciso XVI do art. 37 da Constituição Federal para permitir que profissionais da engenharia e arquitetura possam exercer, cumulativamente, dois cargos públicos.	Altera o art. 37 da Constituição Federal, que trata da Administração Pública, para permitir que profissionais da engenharia e arquitetura possam exercer, cumulativamente, dois cargos públicos.	Data: 13/03/2017 Casa: Senado Federal Tramitação: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Devolvido pelo Senador José Agripino para redistribuição, por deixar de compor esta Comissão em 09/02/2017. Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR	Senado Federal

9	PLS 00118/2012 SF	Sen. Lúcia Vânia - PSDB /GO	Altera os arts. 40, 55 e 99 e acrescenta o art. 98-A à Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, para prever, nas contratações que envolverem a execução de obras e serviços de engenharia, a obrigação do contratado de fornecer ao órgão ou entidade contratante, aos órgãos de controle interno e externo e ao Ministério Público os correspondentes estágios dos cronogramas físico e financeiro, e dá outras providências.	Altera a Lei 8.666, de 1993, que "Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências", no art. 40 para que o edital licitatório indique, obrigatoriamente, no caso de obras e de serviços de engenharia, a definição das informações referentes aos estágios dos cronogramas físico e financeiro, aptas a permitir que se afiram objetivamente os respectivos andamentos, constituindo obrigação contratual o seu fornecimento ao órgão ou entidade contratante, aos órgãos de controle interno e externo e, quando solicitado, ao Ministério Público, e a definição da periodicidade, nunca superior a 1 (um) ano, em que deverão ser prestadas pelo contratado estas informações; define como cláusulas necessárias em	Data: 10/03/2015 Casa: Se nado Federal Tramitação: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Matéria aguardando distribuição. Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR	Senado Federal

10	PEC 00001/2010 SF	Sen. Geovani Borges PMDB/AP	Dispõe sobre o efeito do diploma de nível superior para a qualificação profissional.	Inclui § único ao art. 205 da Constituição Federal para determinar que o diploma de curso reconhecido e oferecido por instituição de educação superior devidamente credenciada constitui comprovante de qualificação profissional para todos os fins.	Data: 18/03/2015 Casa: Senado Federal Tramitação: SARQ - Secretaria de Arquivo ARQUIVADO	Senado Federal
11	PEC 00002/2010 SF	Sen. Sadi Cassol PT/TO	Estabelece como princípio do sistema remuneratório do servidor público a observância do piso salarial nacional das diversas categorias, nos termos da lei federal.		Data: 11/03/2015 Casa: Senado Federal Tramitação: SARQ - Secretaria de Arquivo ARQUIVADO	Senado Federal
12	PLS 00090/2010 SF	Sen. Fernando Collor PTC/AL	Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para incluir os escritórios de engenharia e arquitetura entre os beneficiários do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos	Acresce inciso no § 5º-C do art. 18 da Lei Complementar 123 de 2006 que ¿Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte¿ incluindo os escritórios de engenharia e arquitetura no rol dos beneficiários do Simples Nacional.	Data: 30/03/2015 Casa: Senado Federal Tramitação: SARQ - Secretaria de Arquivo ARQUIVADO	Senado Federal

			pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional.			
13	PLS 00242/2007 SF	Sen. Osmar Dias PDT/PR	Modifica a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para permitir a adesão de escolas de nível médio, pessoas jurídicas prestadoras de serviços de corretagem de seguros e representação comercial ao Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional.		Data: 30/03/2015 Casa: Senado Federal Tramitação: SARQ - Secretaria de Arquivo; Data: 30/03/2015 Casa: Senado Federal Tramitação: SARQ - Secretaria de Arquivo ARQUIVADO	Senado Federal

14	PLS 00467/2008 SF	Sen. Ideli Salvatti PT/SC	Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para acrescentar outras atividades de prestação de serviços às já passíveis de opção pelo Simples Nacional.	Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 (Lei do Simples Nacional) para autorizar a opção pelo regime simplificado às micro e pequenas empresas dedicadas às atividades de administração ou locação de imóveis de terceiros; medicina; medicina veterinária; odontologia; psicologia, psicanálise, terapia ocupacional, fonoaudiologia e de clínicas de nutrição; fisioterapia; advocacia; serviços de comissaria, de despachantes e de tradução; arquitetura, engenharia, medição, testes, desenho e agronomia; corretagem de seguros; representação comercial; perícia, leilão e avaliação; auditoria e consultoria; jornalismo e publicidade. Determina que os novos segmentos de micro e pequenas empresas (MPEs) autorizados a ingressar no Simples Nacional sejam	Data: 30/03/2015 Casa: Senado Federal Tramitação: SARQ - Secretaria de Arquivo ARQUIVADO	Senado Federal

				tributados pelo Anexo V da própria Le		

15	PLS 00056/2012 SF	Sen. Pedro Taques - PDT /MT	Institui normas relacionadas à responsabilização na contratação de obras públicas e dá outras providências.	Estabelece, nos termos do inciso XXVII do art. 22 da Constituição Federal, normas de execução, fiscalização, controle e recebimento na contratação de obras públicas, aplicando-se à União, aos Estados e ao Distrito Federal e aos Municípios, inclusive autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista, sem exclusão dos princípios e normas gerais contidos nas Leis nºs 8.666/93 e 10.520/02 (art. 1º e 2º); define sobrepreço, superfaturamento, jogo de planilha (art. 3º); estabelece de forma clara e objetiva as composições de custos unitários e o detalhamento de encargos sociais e do BDI que integram o projeto básico de obra ou serviço de engenharia, define empreitada por preço global e o que o contrato firmado por essa modalidade deverá conter, define a empreitada por preço	Data: 13/02/2017 Casa: Senado Federal Tramitação: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Matéria retirada de pauta para redistribuição, em virtude de o Senador Alvaro Dias deixar de compor esta Comissão em 9/2/2017. Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR	Senado Federal

16	PLS 00320/2014 SF	Sen. Wilson Matos PSDB/PR	Altera o art. 48 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para estender a universidades privadas e centros universitários, públicos ou privados, a revalidação de diplomas de graduação expedidos por universidades estrangeiras.	Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para possibilitar às universidades privadas e aos centros universitários públicos e privados revalidar diplomas de graduação expedidos por universidades estrangeiras.	Data: 10/07/2015 Casa: Senado Federal Tramitação: SARQ - Secretaria de Arquivo ARQUIVADO.	Senado Federal

17	PLS 00236/2012 SF	JOSÉ SARNEY	Reforma do Código Penal Brasileiro.	Institui novo Código Penal, sendo divido em Parte Geral (art. 1º ao 120) e Parte Especial (art. 121 ao 541). Sendo a Parte Geral dividida nos seguintes Títulos: I - Aplicação da Lei Penal (art. 1º ao 13); II - Do Crime (art. 14 ao 44); III - Das Penas (art. 45 ao 70); VI - Da Individualização das Penas (art. 71 ao 94); V - Medidas de Segurança (art. 95 ao 98); VI - Ação Penal (art. 99 ao 104); VII - Barganha e Colaboração com a Justiça (art. 105 ao 106); VIII - Extinção da Punibilidade (art. 107 ao 120). A Parte Especial tem os seguintes Títulos: I - Crimes Contra a Vida (art. 121 ao 154); II - Crimes Contra o Patrimônio (art. 155 ao 171); III - Crimes contra a Propriedade Imaterial (art. 172 ao 179); IV - Crimes Contra a Dignidade Sexual (art. 180 ao 189); V - Crimes Contra a Incolumidad	Data: 15/09/2016 Casa: Senado Federal Tramitação: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania O Presidente da Comissão, Senador José Maranhão, designa Relator da Reforma do Código Penal Brasileiro o Senador Antonio Anastasia (art. 374, II, do Regimento Interno do Senado Federal). Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA	Senado Federal

18	PLS 00561/2009 SF	Sen. Marcelo Crivella PRB/RJ	Altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para estabelecer formato específico para o instrumento de fiscalização dos contratos de obras e serviços de engenharia, arquitetura e agronomia.	Estabelece que, no caso de obras e serviços de engenharia, arquitetura e agronomia, a fiscalização da execução de todo e qualquer contrato será obrigatoriamente registrada em Laudo de Fiscalização Técnica; e determina as condições e requisitos para a elaboração desse documento.	Data: 28/12/2016 Casa: Senado Federal Tramitação: COARQ - Coordenação de Arquivo Recebido e arquivado.	Senado Federal
19	PEC 00071/2013 SF	Ricardo Ferraçoe	Altera o inciso VII do art. 20 da Constituição Federal, para retirar da dominialidade da União os terrenos de marinha e acrescidos que especifica.	Altera a Constituição Federal para estabelecer que são bens da União os terrenos de marinha e seus acrescidos, com exceção das áreas localizadas em ilhas costeiras, sede de Municípios.	Data: 14/06/2016 Casa: Senado Federal Tramitação: SLSF - Secretaria Legislativa do Senado Federal Aguardando inclusão em Ordem do dia. Situação: PRONTO PARA DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO;	Senado Federal

					Data: 14/06/2016 Casa: Senado Federal Tramitação: PLEN - Plenário do Senado Federal Tendo em vista o disposto no art. 242 do Regimento Interno, a Presidência declara prejudicado o requerimento de tramitação conjunta, de autoria do Senador Delcídio do Amaral. Em decorrência, a matéria será incluída em Ordem do Dia oportunamente. Situação: PRONTO PARA DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO	
20	PLS 00443/2013 SF	Sen. CÁSSIO CUNHA LIMA - PSDB /PB	Altera os arts. 5º-A e 51 da Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, que dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas e dá outras providências, para determinar a obrigatoriedade de	Altera os arts. 5º-A e 51 da Lei nº 11.977/2009 (Minha Casa Minha Vida), para determinar a obrigatoriedade de plantio de árvores nos conjuntos habitacionais e assentamentos urbanos, equivalente a pelo menos uma árvore por unidade habitacional.	Data: 27/04/2017 Casa: Senado Federal Tramitação: CMA - Comissão de Meio Ambiente Matéria devolvida ao relator para reexame, em virtude da vigência da Medida Provisória nº 759, de 2016, que altera dispositivos da Lei nº 11.977, de 7 de Julho de 2009. Anexado às fls. 19 a 25 o relatório apresentado. Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA;	Senado Federal

			plantio de árvores nos conjuntos habitacionais.		Data: 27/04/2017 Casa: Senado Federal Tramitação: CMA - Comissão de Meio Ambiente Devolvido pelo relator, Senador Paulo Rocha, com relatório favorável ao Projeto, com a emenda oferecida, estando em condições de ser incluído em pauta. Situação: PRONTA PARA A PAUTA NA COMISSÃO	
21	PLS 00189/2015 SF	Sen. RANDOLFE RODRIGUES - REDE /AP	Dispõe sobre a denominação e a redenominação de logradouros, obras, serviços e monumentos públicos.	Dispõe sobre a denominação de logradouros, obras, serviços, monumentos públicos, exigindo que seja estabelecida por lei, atestada a alta relevância histórico-cultural pelo órgão de preservação do patrimônio histórico-cultural da União ou dos demais entes federativos.	Data: 20/10/2015 Casa: Senado Federal Tramitação: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Recebido nesta Comissão às 19h03min. Matéria aguardando distribuição. Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR; Data: 20/10/2015 Casa: Senado Federal Tramitação: CE - Comissão de Educação, Cultura e Esporte À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, para prosseguimento da tramitação.;	Senado Federal

					Data: 20/10/2015 Casa: Senado Federal Tramitação: CE - Comissão de Educação, Cultura e Esporte Na 57ª Reunião Ordinária, realizada nesta data, a Comissão aprova o Relatório do Senador Lasier Martins, que passa a constiuir o Parecer da CE, favorável ao Projeto, com as Emendas nº 1-CE e 2-CE. Situação: APROVADO PARECER NA COMISSÃO	
22	PEC 00053/2007 SF	SEN. ALMEIDA LIMA PMDB/SE	Revoga o inciso VII do art. 20 da Constituição e o § 3º do art. 49 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para extinguir o instituto do terreno de marinha e seus acrescidos e para dispor sobre a propriedade desses imóveis.	Determina, a partir das áreas provenientes da extinção do instituto do terreno de marinha, quais continuarão sob posse da União.	Data: 15/03/2017 Casa: Senado Federal Tramitação: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Matéria pronta para a Pauta na Comissão, com Relatório do Senador Ricardo Ferraço, mantendo o voto favorável à PEC nº 53, de 2007, nos termos do Substitutivo que apresenta, e pela prejudicialidade da PEC nº 56, de 2009. (Tramitam em conjunto as PECs nº 53, de 2007 e n° 56, de 2009) Situação:	Senado Federal

					PRONTA PARA A PAUTA NA COMISSÃO	
23	PEC 00056/2009 SF	SEN. MARCELO CRIVELLA PRB/RJ	Acrescenta o art. 97 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para autorizar a transferência do domínio pleno dos terrenos de marinha e seus acrescidos aos foreiros, ocupantes, arrendatários e cessionários.	Estabelece competência à União de autorizar a transferência do domínio pleno dos terrenos de marinha e seus acrescidos, nos termos do inciso VII do art. 20 da Constituição Federal, aos foreiros, ocupantes, arrendatários e cessionários, mediante pagamento de valor equivalente à parcela do domínio detida pelo Poder Público, nos termos da lei.	Data: 15/03/2017 Casa: Se nado Federal Tramitação: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Matéria pronta para a Pauta na Comissão, com Relatório do Senador Ricardo Ferraço, mantendo o voto favorável à PEC nº 53, de 2007, nos termos do Substitutivo que apresenta, e pela prejudicialidade da PEC nº 56, de 2009. (Tramitam em conjunto as PECs nº 53, de 2007 e n° 56, de 2009) Situação:	Senado Federal

					PRONTA PARA A PAUTA NA COMISSÃO	
24	PLS 00099/2013 SF	Sen. ACIR GURGACZ - PDT /RO	Acrescenta dispositivo ao art. 8º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para vedar a suspensão ou o cancelamento da execução de obra pública nas condições que especifica.	Altera a Lei nº 8666/93 – Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências – para estabelecer que, uma vez iniciada a execução da obra, é vedada sua suspensão ou cancelamento por razões preexistentes à aprovação do projeto básico.	Data: 30/09/2015 Casa: Senado Federal Tramitação: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Recebido nesta Comissão às 16h39min. Matéria aguardando distribuição. Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR	Senado Federal

25	PLS 00396/2014 SF	Sen. Wilder Morais - DEM /GO	Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências (Estatuto da Cidade), para dispor acerca da delimitação das áreas verdes urbanas e áreas urbanas passíveis de reflorestamento como conteúdo mínimo do plano diretor.	Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho 2001, para dispor que o plano diretor deverá conter a delimitação das áreas verdes urbanas, previstas no art. 3º, inciso XX, da Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, bem como a delimitação das áreas urbanas a serem reflorestadas.	Data: 08/09/2016 Casa: Senado Federal Tramitação: SLSF - Secretaria Legislativa do Senado Federal Aguardando leitura de requerimento do Senador José Pimentel, que solicita a tramitação em conjunto dos PLS nºs 65/2014; 396/2014; 15/2015; 51/2015; 667/2015; 745/2015; e 58/2016, com os PLCS nºs 56/2014; 109/2014; 16/2016; e 17/2016. A leitura se dará quando todas as matérias estiverem sobre a mesa, nos termos do art. 266, do RISF. Situação: AGUARDANDO LEITURA DE REQUERIMENTO	Senado Federal

26	PLS 00208/2015 SF	Sen. MARCELO CRIVELLA - PRB /RJ	Altera a Lei nº 6.766, de 10 de dezembro de 1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências, e a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil, para disciplinar o condomínio edilício de lotes urbanos.	Altera a Lei nº 6.766/1979 (Lei de Loteamento e Parcelamento do Solo) e a Lei nº 10.406/2002 (Código Civil), para disciplinar o condomínio edilício de lotes urbanos, estabelecendo que em um imóvel pode haver lotes de propriedade exclusiva e utilização independente. As servidões de direito público passam a integrar o domínio do Município desde o registro do loteamento.	Data: 13/02/2017 Casa: Senado Federal Tramitação: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Devolvido pela Senadora Ana Amélia para redistribuição, por ter deixado de compor esta Comissão em 09/02/2017 Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR	Senado Federal
27	PLS 00667/2015 SF	Sen. REGUFFE - S/Partido /DF	Altera a redação do art. 40 da Lei n.º 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade), definindo-se o Plano Diretor como instrumento de desenvolvimento humano, econômico e social das cidades brasileiras, devendo estabelecer obrigatoriamente parâmetros para as políticas públicas de saúde, educação, segurança pública, transportes e	Altera o Estatuto da Cidade, para redefinir o Plano Diretor como instrumento de desenvolvimento humano, econômico e social das cidades brasileiras, devendo incluir obrigatoriamente diretrizes para as políticas públicas de saúde, educação, segurança pública, transportes e habitação.	Data: 09/09/2016 Casa: Senado Federal Tramitação: SLSF - Secretaria Legislativa do Senado Federal Aguardando leitura de Requerimento de tramitação conjunta, de autoria do Senador José Pimentel. Situação: AGUARDANDO LEITURA DE REQUERIMENTO	Senado Federal

			habitação, e dá outras providências.			
28	PLS 00304/2015 SF	Sen. Davi Alcolumbre - DEM /AP	Dispõe sobre a obrigatoriedade da instalação de “Terraço Verde” nos locais que especifica e dá outras providências.	Dispõe que as edificações com mais de três pavimentos, em cidades com mais de quinhentos mil habitantes, adotarão sistema de cobertura mediante a aplicação de vegetação capaz de absorver o escoamento superficial das águas pluviais e diminuir as ilhas de calor (Terraço Verde), observadas as condições e prescrições técnicas que estabelece.	Data: 27/04/2017 Casa: Senado Federal Tramitação: CMA - Comissão de Meio Ambiente Distribuído ao Senador WELLINGTON FAGUNDES, para relatar. Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA	Senado Federal

29	PLS 00051/2015 SF	Sen. CÁSSIO CUNHA LIMA - PSDB /PB	Altera as Leis nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico; altera as Leis nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.036, de 11 de maio de 1990, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; revoga a Lei nº 6.528, de 11 de maio de 1978; e dá outras providências, e nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências, para instituir normas sobre o abastecimento de água por fontes alternativas.	Altera os arts. 3º, 5º, 19 e 45, e acrescenta o art. 45-A à Lei nº 11.445/2007 (Lei de Saneamento Básico), e altera o art. 40 da Lei nº 10.257/2001 (Estatuto da Cidade), para regular o abastecimento de água por fontes alternativas, tais como água de reúso e água de chuva, determinando sua inclusão em plano diretor e plano de saneamento básico, bem como excepcionando a exclusividade no abastecimento de água pela rede pública.	Data: 10/11/2016 Casa: Senado Federal Tramitação: SLSF - Secretaria Legislativa do Senado Federal Encaminhado ao Plenário.	Senado Federal

30	PLS 00217/2014 SF	Sen. ROMERO JUCÁ - PMDB /RR	Altera a Lei nº 12.868, de 15 de outubro de 2013, que dispõe sobre o financiamento de bens de consumo duráveis a beneficiários do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV) e dá outras providências, para incluir os materiais de construção entre os produtos adquiríveis pelo Cartão “Minha Casa Melhor”.	Inclui os materiais de construção entre os produtos adquiríveis pelo Cartão “Minha Casa Melhor”.	Data: 11/04/2016 Casa: Senado Federal Tramitação: CAE - Comissão de Assuntos Econômicos Devolvido pelo relator, senador Elmano Férrer, com relatório pela aprovação do projeto (fls. 10-12). Situação: PRONTA PARA A PAUTA NA COMISSÃO	Senado Federal

31	PLS 00745/2015 SF	Sen. WILDER MORAIS - PP /GO	Altera as Leis nº 10.257, de 10 de julho de 2001, (Estatuto da Cidade); nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano; nº 11.977, de 7 de julho de 2009, que dispõe sobre a regularização fundiária de assentamentos urbanos; nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, que disciplina o regime das concessões de serviços públicos de energia elétrica; e nº 10.438, de 26 de abril de 2002, que dispõe sobre a universalização do serviço público de energia elétrica; para harmonizar a distribuição de energia elétrica em baixa tensão com as políticas urbana e ambiental.	Altera as Leis nº 10.257/01, Estatuto da Cidade; nº 6.766/79, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano; nº 11.977/09, que dispõe sobre a regularização fundiária de assentamentos urbanos; nº 9.427/96, que disciplina o regime das concessões de serviços públicos de energia elétrica; e nº 10.438/02, que dispõe sobre a universalização do serviço público de energia elétrica; para harmonizar a distribuição de energia elétrica em baixa tensão com as políticas urbana e ambiental. Qualifica como improbidade administrativa o fornecimento de energia elétrica a assentamento irregular para o qual não haja projeto de regularização fundiária aprovado.	Data: 05/09/2016 Casa: Senado Federal Tramitação: SLSF - Secretaria Legislativa do Senado Federal Aguardando leitura de Requerimento do Senador José Pimentel, que requer a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado (PLS) nºs 65 de 2014; 396 de 2014; 15 de 2015; 51 de 2015; 667 de 2015; 745 de 2015 e 58 de 2016; com os Projetos de Lei da Câmara (PLC) nºs 56 de 2014; 109 de 2014; 16 de 2016; e 17 de 2016; por versarem sobre matérias correlatas. Situação: AGUARDANDO LEITURA DE REQUERIMENTO; Data: 05/09/2016 Casa: Senado Federal Tramitação: CI - Comissão de Serviços de Infraestrutura Recebido OF.SF 1125/2016, da Presidência do Senado Federal solicitando a remessa da matéria em atendimento ao art. 266 do RISF. À SLSF.	Senado Federal

32	PLS 00753/2015 SF	Sen. LÍDICE DA MATA - PSB /BA	Altera a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, para tornar obrigatória a implantação de sistemas de reúso direto não potável nas instalações e infraestruturas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário construídas com recursos da União e para exigir a adequação de novas edificações nas localidades onde houver sistemas de reúso.	Altera a Lei do Saneamento Básico (Lei nº 11.445/2007) para tornar obrigatória a implantação de sistemas de reuso direto não potável nas instalações e infraestruturas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário construídas com recursos da União e para exigir a adequação de novas edificações nas localidades onde houver sistemas de reuso	Data: 10/11/2016 Casa: Senado Federal Tramitação: SLSF - Secretaria Legislativa do Senado Federal Encaminhado ao Plenário.	Senado Federal
33	PLS 00049/2014 SF	Sen. Inácio Arruda PCdoB/CE	Altera a Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009, para dispor sobre gratuidade de ingresso em museus.	Altera a Lei nº 11.904/09 – que institui o Estatuto de Museus e dá outras providências – para estabelecer que o acesso às instituições museológicas participantes do Sistema Brasileiro de Museus é gratuito aos estudantes de artes, museologia, arquitetura, audiovisual, música, design e moda.	Data: 31/03/2017 Casa: Senado Federal Tramitação: CE - Comissão de Educação, Cultura e Esporte Distribuído ao Senador Hélio José, para emitir Relatório. Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA	Senado Federal

34	PDS 00151/2014 SF	Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle	Susta, por exorbitar do poder regulamentar, o art. 1º, item 16, da Resolução 417/1998 do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, que dispõe sobre as empresas industriais enquadráveis nos arts. 59 e 60 da Lei 5.194/1966.		Data: 19/01/2015 Casa: Senado Federal Tramitação: SLSF - Secretaria Legislativa do Senado Federal A matéria continua a tramitar, nos termos do art. 332 do Regimento Interno e do Ato da Mesa nº 2, de 2014. Aguardando inclusão em Ordem do Dia. Discussão, em turno único. Situação: PRONTO PARA DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO	Senado Federal
35	PLS 00193/2013 SF	Sen. Pedro Taques - PDT /MT	Altera o parágrafo único do art. 1º da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, para determinar a extensão das disposições da Lei às entidades de fiscalização profissional.	Altera a Lei nº 12.527/2011, que regula o acesso a informações, para determinar que também subordinam-se ao regime desta Lei a Ordem dos Advogados do Brasil e os conselhos de fiscalização de profissões regulamentadas.	Data: 10/03/2015 Casa: Senado Federal Tramitação: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Matéria aguardando distribuição. Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR	Senado Federal

36	PLS 00401/2013 SF	Sen. ALOYSIO NUNES FERREIRA - PSDB /SP	Acrescenta o inciso V ao art. 40 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, para estabelecer que a respectiva licença de instalação é anexo obrigatório do edital de licitação de empreendimento para o qual seja exigido licenciamento ambiental.	Altera a Lei nº 8666/93 – que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências – para estabelecer como anexo do edital de licitação no caso de empreendimento para o qual seja obrigatório o licenciamento ambiental, a licença exigida pela legislação aplicável para a sua instalação.	Data: 22/03/2017 Casa: Senado Federal Tramitação: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Em Reunião Ordinária realizada nesta data, a matéria é retirada de Pauta e devolvida ao Relator, Senador Antonio Anastasia, para reexame do Relatório. Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA	Senado Federal

37	PLS 00121/2014 SF	Sen. Ana Amelia - PP /RS	Institui normas gerais sobre segurança contra incêndio e pânico.	Estabelece diretrizes gerais de segurança contra incêndio e pânico, visando à proteção da vida e à redução de danos ao meio ambiente e ao patrimônio. As referidas normas de segurança se aplicam às edificações, às atividades e às áreas de risco, urbanas e rurais, localizadas no território nacional, bem como às construções, às reformas, às ampliações ou às mudanças de atividade ou ocupação de imóveis. Dispõe sobre: a) a classificação das edificações e áreas de risco e das medidas de segurança; b) as exigências e a fiscalização; c) as responsabilidades; d) as penalidades e sua aplicação; e e) os locais de reunião de público. Estabelece que a lei entrará em vigor seis meses após sua publicação.	Data: 19/06/2015 Casa: Se nado Federal Tramitação: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania O Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Senador José Maranhão, designa o Senador Acir Gurgacz Relator da Matéria. Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA	Senado Federal

38	PDS 00085/2015 SF	Dep. Nelson Marquezelli - PTB /SP	Susta o art. 13 da Resolução Normativa nº 479, de 3 de abril de 20l2, e os arts. 21 e 218 da Resolução Normativa nº 414, de 9 de setembro de 2010, da Agência Nacional de Energia Elétrica — ANEEL, que repassa aos Municípios a responsabilidade pelos serviços de elaboração de projeto, implantação, expansão, operação e manutenção das instalações de iluminação pública e a transferência de tais ativos.		Data: 23/05/2017 Casa: Senado Federal Tramitação: CAE - Comissão de Assuntos Econômicos Anexado ao processado, correspondência da Câmara Municipal de Viçosa- MG, Ofício nº 103/2017, de 03 de maio de 2017, contendo manifestação acerca da matéria. (fls.79-82). Situação: PRONTA PARA A PAUTA NA COMISSÃO	Câmara dos Deputados
39	PLC 00117/2006 SF	Dep. Jandira Feghali - PCdoB /RJ	Regula o exercício profissional de Geofísico e altera a Lei nº 4.076, de 23 de junho de 1962.		Data: 27/01/2015 Casa: Senado Federal Tramitação: SARQ - Secretaria de Arquivo Processo devolvido e arquivado.	Senado Federal
40	PLC 00094/2002 SF	Zulaie Cobra	Institucionaliza e disciplina a mediação, como método de prevenção e solução		Data: 09/08/2007 Casa: Senado Federal Tramitação: SARQ - Secretaria de Arquivo	Senado Federal

			consensual de conflitos.		DEVOLVIDO APÓS CONSULTA ARQUIVADO	
41	PLS 00087/2016 SF	Sen. RAIMUNDO LIRA - PMDB /PB	Altera a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico; altera as Leis nos 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.036, de 11 de maio de 1990, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; revoga a Lei nº 6.528, de 11 de maio de 1978; e dá outras providências, para priorizar o atendimento a estabelecimentos de ensino e de saúde no planejamento e na implantação dos serviços e ações de saneamento básico.	Altera a Lei nº 11.445/07, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico; altera as Leis nos 6.766/79, que dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano, 8.036/90, que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, 8.666/93, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública, 8.987/95, que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal .	Data: 05/05/2017 Casa: Senado Federal Tramitação: CDR - Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo Nesta data, a Senadora Lídice da Mata é designada relatora da matéria. Ao gabinete da relatora. Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA	Senado Federal

42	PLS 00008/2015 SF	Sen. JOSÉ MEDEIROS - PPS /MT	Acrescenta §3° ao art. 6° da Lei n° 8.918, de 14 de julho de 1994, para determinar que as embalagens de bebidas açucaradas contenham advertência sobre aos malefícios que o consumo abusivo dessas bebidas.	Altera a Lei n° 8.918/94, que dispõe sobre a padronização, a classificação, o registro, a inspeção, a produção e a fiscalização de bebidas, para determinar que as embalagens de bebidas açucaradas contenham advertência sobre os malefícios do consumo abusivo dessas bebidas.	Data: 21/03/2016 Casa: Senado Federal Tramitação: COARQ - Coordenação de Arquivo Recebido e arquivado.	Senado Federal
43	PLS 00011/2015 SF	Sen. JOSÉ MEDEIROS - PPS /MT	Acrescenta o inciso XVIII ao art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para permitir a liberação do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço do trabalhador que necessite executar projeto de acessibilidade em imóvel próprio.	Permite a liberação do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço do trabalhador que necessite executar projeto de acessibilidade em imóvel próprio.	Data: 24/05/2017 Casa: Senado Federal Tramitação: CAE - Comissão de Assuntos Econômicos Devolvido pela senadora Lídice da Mata para redistribuição. Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR	Senado Federal

44	PLS 00013/2015 SF	Sen. Humberto Costa - PT /PE	Altera a Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, (Política Nacional de Recursos Hídricos) e a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007 (Lei de Saneamento Básico) para promover o uso de fontes alternativas de abastecimento de água.	Altera as Leis nºs 9.433/97 (Política Nacional de Recursos Hídricos) e 11.445/2007 (Lei do Saneamento Básico) para promover o uso de fontes alternativas de abastecimento de água, como água de chuva e reuso de água.	Data: 20/10/2016 Casa: Senado Federal Tramitação: SLSF - Secretaria Legislativa do Senado Federal Aguardando inclusão em Ordem do Dia do Requerimento nº 779, de 2016, da Senadora Lídice da Mata, de tramitação conjunta dos PLS nºs 13, 51 e 108, de 2015. Situação: AGUARDANDO INCLUSÃO ORDEM DO DIA DE REQUERIMENTO;	Senado Federal

					Data: 20/10/2016 Casa: Senado Federal Tramitação: PLEN - Plenário do Senado Federal Encaminhado à publicação o Requerimento nº 779, de 2016, da Senadora Lídice da Mata, que solicita a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 13, 51 e 108, de 2015. (Já tramitam em conjunto o PLS 13/2015 e PLS 112/2013) O Requerimento nº 779, de 2016, será incluído em Ordem do Dia oportunamente. (Encontram-se pendentes de deliberação os Requerimentos nºs 421 e 441, de 2016, dos Senadores Jorge Viana e Aloysio Nunes Ferreira, respectivamente, que solicitam a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 24, 51, 324 e 753, de 2015; e 58, de 2016.) Situação: AGUARDANDO INCLUSÃO ORDEM DO DIA DE REQUERIMENTO	

45	PLS 00015/2015 SF	Sen. Ivo Cassol - PP /RO	Altera a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, que dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas; altera o Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, as Leis nºs 4.380, de 21 de agosto de 1964, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 10.257, de 10 de julho de 2001, e a Medida Provisória nº 2.197-43, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências, para determinar a exigência de sistemas de captação de águas pluviais.	Altera a Lei nº 11.977/2009 (Programa Minha Casa, Minha Vida) para exigir nos empreendimentos do Programa Nacional de Habitação Urbana – PNHU a adequação ambiental do projeto, atendida, sem prejuízo de outros fatores, a obrigatoriedade da implantação de sistemas de coleta, armazenagem e uso de águas pluviais.	Data: 15/03/2017 Casa: Senado Federal Tramitação: CAE - Comissão de Assuntos Econômicos Anexado, à fl. 17, o ofício SF/1124/2016, da Presidência do Senado Federal, que solicita, nos termos do art. 266 do RISF, o envio da matéria à Secretaria-Geral da Mesa, para dar prosseguimento à tramitação de requerimento de tramitação conjunta. Anexada, à fl. 18, cópia do referido requerimento. À SLSF.	Senado Federal

46	PLS 00531/2015 SF	Sen. CÁSSIO CUNHA LIMA - PSDB /PB	Disciplina a profissão de Agroecólogo.	Regulamenta a profissão de Agroecólogo.	Data: 18/04/2016 Casa: Senado Federal Tramitação: SLSF - Secretaria Legislativa do Senado Federal Aguardando inclusão em Ordem do Dia do Requerimento nº 300, de 2016, do Senador Humberto Costa, que solicita audiência da CMA. Situação: AGUARDANDO INCLUSÃO ORDEM DO DIA DE REQUERIMENTO; Data: 18/04/2016 Casa: Senado Federal Tramitação: PLEN - Plenário do Senado Federal Encaminhado à publicação o Requerimento nº 300, de 2016, do Senador Humberto Costa, solicitando que a presente matéria seja encaminhada ao exame da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. O Requerimento será incluído em Ordem do Dia oportunamente. Situação: AGUARDANDO INCLUSÃO ORDEM DO DIA DE REQUERIMENTO	Senado Federal

47	PLS 00654/2015 SF	Sen. Romero Jucá - PMDB /PE	Dispõe sobre o procedimento de licenciamento ambiental especial para empreendimentos de infraestrutura considerados estratégicos e de interesse nacional.	Cria o licenciamento ambiental especial, procedimento administrativo específico destinado a licenciar empreendimentos de infraestrutura estratégicos.	Data: 15/02/2017 Casa: Senado Federal Tramitação: SLSF - Secretaria Legislativa do Senado Federal Aguardando inclusão em Ordem do Dia. Situação: PRONTO PARA DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO	Senado Federal

48	PLS 00065/2014 SF	Sen. Paulo Bauer - PSDB /SC	Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, (Estatuto da Cidade), para dispor sobre o consórcio imobiliário como forma de viabilização de planos urbanísticos e instituir a requisição de imóveis para regularização, prevenção e recuperação de áreas insalubres, de risco ou atingidas por desastres.	Altera a Lei nº 10.257/2001 – Estatuto da cidade – para dispor sobre o consórcio imobiliário como forma de viabilização de planos urbanísticos. Institui a requisição de imóveis para regularização, prevenção e recuperação de áreas insalubres, de risco ou atingidas por desastres. Define consórcio imobiliário e estabelece que deverão ser adquiridos pelo fundo específico todos os direitos reais ou possessórios incidentes sobre os imóveis, públicos e privados, localizados na área de abrangência do plano. Dispõe que o fundo específico atuará por delegação do Poder Público municipal e será gerido por instituição administradora selecionada mediante licitação. Estabelece que o fundo específico reger-se-á subsidiariamente pela Lei nº 8.668/1993. Define que o Poder Público poderá, independentemente d	Data: 04/04/2017 Casa: Senado Federal Tramitação: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Matéria encaminhada ao gabinete do Relator, Senador Ronaldo Caiado. Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA	Senado Federal

49	PLS 00398/2014 SF	COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA	Dispõe sobre a pesquisa e lavra de recursos minerais em faixa de fronteira de que trata o art. 176, § 1º, da Constituição Federal.	Determina que os processos de outorga de pesquisa e lavra de recursos minerais em faixa de fronteira sejam encaminhados ao Conselho de Defesa Nacional para emitir opinião quanto aos aspectos atinentes à segurança nacional.	Data: 07/04/2016 Casa: Senado Federal Tramitação: CRE - Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional Reunida a Comissão nesta data, a matéria é retirada de pauta para reexame. Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA	Senado Federal

50	PLS 00123/2012 SF	JORGE VIANA, LUIZ HENRIQUE E OUTROS	Dispõe sobre as áreas consolidadas em áreas de preservação permanente e em áreas de reserva legal, e dá outras providências.	Dispõe sobre as áreas consolidadas em áreas de preservação permanente e em áreas de reserva legal, e dá outras providências; institui a figura jurídica da Área Rural Consolidada, definida como área de imóvel rural com ocupação antrópica pré-existente a 22 de julho de 2008, com edificações, benfeitorias e atividades agrossilvipastoris; estabelece que a União, os Estados e o Distrito Federal deverão implantar programas de regularização ambiental de posses e propriedades rurais com o objetivo de adequar as áreas rurais consolidadas aos termos da lei; dispõe que durante o processo de regularização ambiental, o proprietário ou possuidor não poderá ser autuado e serão suspensas as sanções decorrentes de infrações cometidas antes de 22 de julho de 2008, relativas à supressão irregular de vegetaçã	Data: 10/03/2015 Casa: Senado Federal Tramitação: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Matéria aguardando distribuição. Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR	Senado Federal

51	PLS 00408/2012 SF	Sen. Rodrigo Rollemberg - PSB /RJ	Altera a Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências, para alargar a faixa não edificável ao longo das águas correntes e dormentes e das faixas de domínio público das rodovias e ferrovias.	Altera a redação do inciso III do art. 4º da Lei nº 6.766/79 (que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências), para aumentar, de 15 (quinze) para 30 (trinta) metros, a faixa não edificável dos loteamentos ao longo das águas correntes e dormentes e das faixas de domínio público das rodovias e ferrovias.	Data: 16/05/2017 Casa: Senado Federal Tramitação: CMA - Comissão de Meio Ambiente Cancelada a 5ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente. Situação: PRONTA PARA A PAUTA NA COMISSÃO	Senado Federal
52	PLS 00382/2011 SF	Sen. Vital do Rego - PMDB /PB	Dispõe sobre a instalação de brinquedos adaptados para crianças com deficiência ou mobilidade reduzida nos locais que especifica.	Dispõe sobre a instalação de brinquedos adaptados para crianças com deficiência ou mobilidade reduzida; estabelece que os shopping centers terão obrigatoriamente em sua área de lazer, além de brinquedos comuns, outros adaptados para crianças com deficiência ou mobilidade reduzida.	Data: 03/08/2016 Casa: Senado Federal Tramitação: CDH - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa Na 73ª Reunião, realizada nesta data, o Presidente da CDH, Senador Paulo Paim, designa a Senadora Regina Sousa relatora "ad hoc", para leitura do Relatório. Lido o Relatório, adiadas a discussão e a votação. Situação: PRONTA PARA A PAUTA NA COMISSÃO	Senado Federal

53	PEC 00050/2015 SF	Sen. ROMERO JUCÁ - PMDB /RR	Altera o art. 20 da Constituição Federal, para possibilitar a alienação da propriedade dos terrenos de marinha e dos seus acrescidos, e acrescenta ao texto constitucional o art. 168-A para dispor sobre a destinação dos recursos resultantes da alienação.	Altera a Constituição para dispor que a propriedade dos terrenos de marinha e dos seus acrescidos pode ser alienada, na forma que especifica, e que o produto da alienação será destinado ao pagamento de investimentos, de ações estratégicas e despesas inscritas em restos a pagar, vedado, em qualquer caso, o pagamento de despesas de custeio, sem prejuízo da utilização de outras fontes de recursos.	Data: 17/02/2016 Casa: Senado Federal Tramitação: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Em Reunião Ordinária realizada nesta data, a matéria é retirada de Pauta e encaminhada ao Gabinete do Relator, Senador Roberto Rocha, para reexame do Relatório. Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA	Senado Federal
54	PEC 00065/2012 SF	Sen. ACIR GURGACZ - PDT /RO	Acrescenta o § 7º ao art. 225 da Constituição, para assegurar a continuidade de obra pública após a concessão da licença ambiental.	Acrescenta o § 7º ao art. 225 da Constituição Federal para assegurar a continuidade de obra pública após a concessão da licença ambiental; dispõe que a apresentação do estudo prévio de impacto ambiental importa autorização para a execução da obra, que não poderá ser suspensa ou cancelada pelas mesmas razões a não ser em face de fato superveniente.	Data: 01/12/2016 Casa: Senado Federal Tramitação: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Juntei, de ordem da Presidência do Senado Federal, o Ofício nº 154/2016-PRES-CAU/GO, de 26/10/2016, do Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Goiás, com manifestação sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 65, de 2012 (fls. 381 a 384 da PEC nº 65, de 2012). (Tramitam em conjunto as PECs nºs 65,	Senado Federal

					de 2012 e 153, de 2015.) Situação: AUDIÊNCIA PÚBLICA	
55	PLS 00447/2012 SF	Sen. ACIR GURGACZ - PDT /RO	Acrescenta dispositivo ao art. 8º da Lei de nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para vedar a suspensão ou o cancelamento da execução de obra pública nas condições que especifica.	Acrescenta § 2º, renomeando o atual parágrafo único como § 1º, ao art. 8º da Lei 8.666/93 (regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública), para vedar, após o início da execução de obra, a suspensão ou cancelamento por razões preexistentes à aprovação do projeto básico.	Data: 21/03/2017 Casa: Senado Federal Tramitação: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Juntei, de ordem da Presidência do Senado Federal, cópia da manifestação do Instituto Socioambiental sobre a matéria, de 20/1/2017. Situação: INCLUÍDA NA PAUTA DA REUNIÃO	Senado Federal

56	PLS 00324/2015 SF	Sen. DONIZETI NOGUEIRA - PT /TO	Institui obrigatoriedade para as novas construções, residenciais, comerciais, e industriais, público ou privado, a inclusão no projeto técnico da obra, item referente a captação de água da chuva e seu reuso não potável e dá outras providências.	Obriga que novas edificações, residenciais, comerciais, industriais, públicas ou privadas, tenham incluído no projeto técnico da obra item referente a captação e aproveitamento de águas pluviais e o seu reuso para fins não consuntivos em áreas comuns.	Data: 10/11/2016 Casa: Senado Federal Tramitação: SLSF - Secretaria Legislativa do Senado Federal Encaminhado ao Plenário.	Senado Federal
57	PLS 00024/2015 SF	Sen. WILDER MORAIS - PP /GO	Dispõe sobre a obrigatoriedade da implantação de sistemas de coleta, armazenagem e uso de águas pluviais e de reúso de águas residuais em edificações executadas com recursos da União.	Dispõe sobre a exigência de sistemas de uso de águas pluviais e reuso de águas residuais, em edificações públicas ou privadas a serem executadas com recursos da União. Tipifica entre os crimes contra a administração ambiental a omissão do agente público federal em impor essa obrigação.	Data: 10/11/2016 Casa: Senado Federal Tramitação: SLSF - Secretaria Legislativa do Senado Federal Encaminhado ao Plenário.	Senado Federal

58	PLS 00058/2016 SF	Sen. JORGE VIANA - PT /AC	Disciplina o abastecimento de água por fontes alternativas e altera as Leis nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico; nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana; nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente e nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos.	Disciplina o abastecimento de água por fontes alternativas e altera as Leis nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico; nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana; nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente e nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos.	Data: 10/11/2016 Casa: Senado Federal Tramitação: SLSF - Secretaria Legislativa do Senado Federal Encaminhado ao Plenário.	Senado Federal

59	PLS 00191/2013 SF	Sen. WILDER MORAIS - PP /GO	Dispõe sobre a obrigatoriedade da instalação de sistemas de aproveitamento de água da chuva na construção de prédios públicos bem como sobre a utilização de telhados ambientalmente corretos.	Dispõe que os projetos de novas edificações de propriedade da União deverão prever a instalação de sistemas de aproveitamento de águas de chuva a serem consumidas nas edificações, bem como a utilização de telhados ambientalmente corretos, da forma que define. Estabelece que os requisitos para o aproveitamento de água de chuva de coberturas em áreas urbanas para fins não potáveis são fornecidos pela NBR 15.527 (ABNT, 2007). Dispõe que todo edital de licitação de obras de construção de prédio público mencionará, expressamente, a obrigatoriedade de instalação de sistema de aproveitamento de águas de chuvas, bem como a obrigatoriedade da utilização de telhados ambientalmente corretos. Estabelece que as disposições da Lei não se	Data: 27/04/2017 Casa: Senado Federal Tramitação: CMA - Comissão de Meio Ambiente Distribuído ao Senador Davi Alcolumbre, para relatar. Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA	Senado Federal

				aplicam quando, por meio de estudo por profissional habilitado, fi		

60	PLS 00268/2016 SF	Sen. TELMÁRIO MOTA - PDT /RR	Altera o art. 56 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, para tornar obrigatória a prestação de seguro-garantia nas contratações de obras, serviços e compras públicas.	Exige prestação de garantia, na modalidade seguro-garantia, nas contratações de obras, serviços e compras, que deverá observar o limite mínimo de 25% do valor do contrato, podendo alcançar até o seu valor integral, a critério da autoridade competente.	Data: 13/07/2016 Casa: Senado Federal Tramitação: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Não foram oferecidas emendas no prazo regimental. Matéria aguardando distribuição. Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR	Senado Federal

61	PEC 00153/2015 SF	Sen. RAIMUNDO LIRA - PMDB /PB	Altera o art. 225 da Constituição Federal para incluir, entre as incumbências do poder público, a promoção de práticas e a adoção de critérios de sustentabilidade em seus planos, programas, projetos e processos de trabalho.	Altera a Constituição Federal para estabelecer que para efetivar o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, incumbe ao Poder Público promover práticas e adotar critérios de sustentabilidade, em seus planos, programas, projetos e processos de trabalho, bem como na aquisição de bens e contratação de serviços e obras.	Data: 01/12/2016 Casa: Senado Federal Tramitação: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Juntei, de ordem da Presidência do Senado Federal, o Ofício nº 154/2016-PRES-CAU/GO, de 26/10/2016, do Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Goiás, com manifestação sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 65, de 2012 (fls. 381 a 384 da PEC nº 65, de 2012). (Tramitam em conjunto as PECs nºs 65, de 2012 e 153, de 2015.) Situação: AUDIÊNCIA PÚBLICA	Senado Federal

62	PLS 00465/2012 SF	Sen. VALDIR RAUPP - PMDB /RO	Altera os arts. 17, 21, 24, 26, 38, 46 e 109, acrescenta arts. 52-A, 52-B e 111-A, e revoga o § 2º do art. 50, todos da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, para revisar aspectos diversos da Lei de Direitos Autorais.	Modifica a Lei nº 9.610/98, que altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências, para revisar diversos aspectos da Lei de Direitos Autorais; estabelece que os serviços de registro deverão divulgar, a pedido de qualquer interessado e mesmo sem prova de legítimo interesse, os nomes dos titulares de direitos da obra registrada, bem como o prazo de vigência da proteção conferida a tais direitos; dispõe que o autor tem o direito, irrenunciável e inalienável, de perceber, no mínimo, cinco por cento sobre o preço praticado em cada revenda de obra de arte ou manuscrito, sendo originais; define que a obra intelectual realizada por empregado ou comissário poderá ser utilizada pelo empregador ou comitente, em caráter temporário ou permanente, sem ônus, sempr	Data: 01/09/2015 Casa: Se nado Federal Tramitação: CE - Comissão de Educação, Cultura e Esporte Na 41ª Reunião Ordinária, realizada nesta data, a matéria é retirada de Pauta e encaminhada ao Gabinete do Relator, Senador Randolfe Rodrigues, atendendo a pedido. Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA	Senado Federal

63	PLS 00274/2016 SF	Sen. CÁSSIO CUNHA LIMA - PSDB /PB	Dispõe sobre o seguro garantia de execução de contrato na modalidade segurado setor público, determinando sua obrigatoriedade em todos os contratos públicos de obras e de fornecimento de bens ou de serviços, de valor igual ou superior a R$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), alterando a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 para estabelecer o limite de cobertura do seguro garantia em 100% (cem por cento) do valor do contrato, além de prever outras providências.	Regulamenta a obrigatoriedade de contratação de seguro garantia pelo tomador em favor da Administração Pública, em contratos públicos com valor global igual ou superior a dez milhões de reais, cobrindo a totalidade do valor do contrato, estabelecendo critérios objetivos para orientar a atuação dos administradores públicos perante os tomadores e as seguradoras, de modo a limitar a possibilidade de corrupção e de manipulação de preços.	Data: 14/07/2016 Casa: Se nado Federal Tramitação: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Não foram oferecidas emendas no prazo regimental. Matéria aguardando distribuição. Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR	Senado Federal

64	PLS 00279/2016 SF	Sen. ROMÁRIO - PSB /RJ	Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), para determinar que projetos e tipologias construtivas adotados em programas habitacionais públicos ou subsidiados com recursos públicos considerem os princípios do desenho universal.		Data: 17/03/2017 Casa: Senado Federal Tramitação: CDH - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa A Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Senadora Regina Sousa, designa o Senador Hélio José relator da matéria. O processado da matéria legislativa permanecerá na Secretaria da Comissão durante o transcurso de sua tramitação, conforme art. 6º da Instrução Normativa da Secretaria Geral da Mesa nº 4 de 2015. Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA	Senado Federal

65	PLS 00269/2016 SF	Sen. HÉLIO JOSÉ - PMDB /DF	Altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, para determinar obrigatoriedade de existência de projeto executivo de engenharia para lançamento de edital de concorrência de obras e/ou serviços de engenharia; para exigir a obtenção, anterior à licitação, da devida licença ambiental, quando necessária para a realização da obra ou do serviço; para prever a realização de prévio estudo de viabilidade técnico-econômica do objeto de concorrência de obra ou serviço de	Altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, para determinar obrigatoriedade de existência de projeto executivo de engenharia para lançamento de edital de concorrência de obras e/ou serviços de engenharia; para exigir a obtenção, anterior à licitação, da devida licença ambiental, quando necessária para a realização da obra ou do serviço; para prever a realização de prévio estudo de viabilidade técnico-econômica do objeto de concorrência de obra ou serviço de engenharia, pelo qual se demonstre que contribuirá para o desenvolvimento do país; para exigir que contratos de obras e/ou serviços de	Data: 14/07/2016 Casa: Senado Federal Tramitação: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Não foram oferecidas emendas no prazo regimental. Matéria aguardando distribuição. Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR	Senado Federal

			engenharia, pelo qual se demonstre que contribuirá para o desenvolvimento do país; para exigir que contratos de obras e/ou serviços de engenharia somente terão início de execução diante de garantia dada pela Administração da disponibilidade dos recursos financeiros necessários, vinculados ao projeto até a sua conclusão; e para determinar ser obrigatória, no caso de obra e/ou serviço de engenharia, a aferição objetiva do cumprimento do objeto contratado, por meio de empresa especializada e independente.	engenharia somente terão início de execuç		

66	PLS 00554/2015 SF	Sen. Paulo Paim PT/RS	Dispõe sobre os contratos de terceirização e as relações de trabalho dele decorrentes.	Regula os contratos de terceirização e as relações de trabalho dele decorrentes, celebrados por pessoas de natureza jurídica de direito privado.	Data: 08/08/2016 Casa: Senado Federal Tramitação: COARQ - Coordenação de Arquivo Recebido e arquivado.	Senado Federal
67	PLS 00087/2010 SF	SEN. EDUARDO AZEREDO PSDB/MG	Dispõe sobre a contratação de serviços de terceiros e dá outras providências.	Dispõe sobre a contratação de serviços terceirizados; define o que é serviço terceirizado; discrimina quais são os requisitos exigidos para o contrato de terceirização, além dos exigidos pela lei civil, bem como os documentos que devem ser apresentados pela contratada; aduz quais são os direitos, deveres e responsabilizações das partes no contrato de terceirização; define que o recolhimento das contribuições previdenciárias no regime de terceirização regulado por esta Lei observará o disposto no art. 31 da Lei 8.212, de 24 de julho de 1991 e que o descumprimento do disposto nesta Lei sujeita a empresa infratora ao pagamento de multa	Data: 23/05/2017 Casa: Senado Federal Tramitação: CAE - Comissão de Assuntos Econômicos Anexado ao processado, conforme despacho da Presidência, ofício 338/2017-SG, da Câmara Municipal de Esteio -RS, contendo manifestação acerca da matéria. (Tramitam em conjunto os Projetos de Lei da Câmara nºs 30/2015, 195/2015 e os Projetos de Lei do Senado nºs 87/2010, 447/2011 e 339/2016) Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR	Senado Federal

				administrativa de R$200,00 (duzentos reais) por empregado prejudicado; esta lei entra em vigor no prazo de 180 (cento e oitenta dias) da data de sua publicação		
68	PLS 00439/1999 SF	Sen. Lúcio Alcântara PSDB/CE	Dispõe sobre a proteção e defesa do usuário dos serviços públicos prestados pela administração		Data: 15/08/2013 Casa: Senado Federal Tramitação: SARQ - Secretaria de Arquivo PROCESSO DEVOLVIDO E ARQUIVADO.	Senado Federal

			direta, indireta e delegada da União.			
69	SCD 00024/2015 SF	Câmara dos Deputados	Altera a Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000, para disciplinar a aplicação dos recursos destinados a programas de eficiência energética.	Altera a Lei nº 9.991/2000, que dispõe sobre realização de investimentos em pesquisa e desenvolvimento e em eficiência energética por parte das empresas concessionárias, permissionárias e autorizadas do setor de energia elétrica, para reformular prazos, proporção e destinação da aplicação dos recursos, priorizando produtos e iniciativas da indústria nacional, conforme regulamentação a ser definida pela Aneel.	Data: 04/05/2016 Casa: Senado Federal Tramitação: SEXPE - Secretaria de Expediente (PR) PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. SANCIONADA. LEI 013.280 DE 2016. DOU (Diário Oficial da União) - 04/05/2016 - Seção I - pág. 00001 a 00002. Sancionada em 03/05/2016. Situação: TRANSFORMADA EM NORMA JURÍDICA	Senado Federal

70	PLS 00167/2015 SF	Sen. ROBERTO REQUIÃO - PMDB /PR	Estabelece o estatuto jurídico das empresas estatais, previsto no § 1º do art. 173 da Constituição Federal, inclusive das empresas estatais de que trata o § 1º do art. 177 da Constituição Federal.	Regulamenta o disposto no art. 173, § 1º, III, da Constituição Federal, estabelecendo estatuto jurídico da empresa pública, sociedade de economia mista e de suas subsidiárias que explorem atividade econômica, dispondo sobre a licitação e contratação de obras, serviços, compras e alienações.	Data: 20/03/2017 Casa: Senado Federal Tramitação: CAE - Comissão de Assuntos Econômicos O relator, senador Tasso Jereissati, solicita o reexame da matéria. Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA	Senado Federal
71	PLS 00222/2015 SF	Sen. WILDER MORAIS - PP /GO	Estabelece normas relativas ao controle centralizado de informações sobre as obras públicas custeadas com recursos federais e cria o Cadastro Brasil Eficiente – CBE.	Estabelece normas relativas ao controle centralizado de informações sobre as obras públicas custeadas com recursos federais e cria o Cadastro Brasil Eficiente – CBE.	Data: 22/05/2017 Casa: Senado Federal Tramitação: CTFC - Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor O Presidente da CTFC, Senador ATAÍDES OLIVEIRA, designa o Senador DÁRIO BERGER relator da matéria. O processado físico permanece na Comissão. Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA	Senado Federal

72	PLS 00317/2015 SF	Sen. DÁRIO BERGER - PMDB /SC	Dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de sistema de captação de energia solar e de sistema de captação, armazenamento e utilização de águas pluviais na construção de novos prédios públicos para a utilização em atividades que não necessitem de água potável.	Torna obrigatória a instalação de sistema de captação de energia solar e de sistema de captação, armazenamento e utilização de águas pluviais na construção e reforma de prédios públicos.	Data: 30/03/2017 Casa: Senado Federal Tramitação: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Devolvido ao Relator, Senador Lindbergh Farias, por voltar a compor a Comissão em 29/03/2017. Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA	Senado Federal
73	PLS 00629/2015 SF	Sen. CRISTOVAM BUARQUE - PPS /DF	Altera a Lei nº 12.462, de 4 de agosto d 2011, que institui o Regime Diferenciado de Contratações Públicas, para incluir obras e serviços de engenharia no âmbito das Instituições Científicas e Tecnológicas (ICTs) no Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC).	Inclui obras e serviços de engenharia no âmbito das Instituições Científicas e Tecnológicas (ICTs) no Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC).	Data: 09/06/2016 Casa: Senado Federal Tramitação: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Matéria aguardando redistribuição em virtude de o Senador Walter Pinheiro deixar de compor esta Comissão para assumir o cargo de Secretário de Educação do Estado da Bahia. Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR	Senado Federal

74	PLS 00011/2014 SF	Sen. FLEXA RIBEIRO - PSDB /PA	Acrescenta o art. 7º-A à Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, para determinar o uso de tabelas de referência na fixação dos custos unitários máximos nos orçamentos de obras e serviços de engenharia contratados pela Administração Pública.	Altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), para dispor sobre os custos unitários das obras e serviços de engenharia contratados por órgãos e entidades da Administração Pública Federal ou com recursos dos Orçamentos da União. Altera o mesmo diploma legislativo para estabelecer que, para os fins da lei, o Projeto Básico deverá conter a anotação de responsabilidade técnica pelo orçamento detalhado, o qual deverá ser compatível com os custos do sistema de referência, na forma da lei.	Data: 10/03/2015 Casa: Senado Federal Tramitação: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Matéria aguardando distribuição. Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR	Senado Federal

75	PLS 00091/2014 SF	Sen. ALVARO DIAS - PV /PR	Dá nova redação, acrescentando parágrafos, ao art. 6º da Lei nº 8.666, de 1993, que "regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências".	Altera a Lei nº 8666/93 – que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências – para estabelecer que nenhuma licitação pode ser iniciada sem que os respectivos projetos básico e executivo estejam plenamente atendidos em todos os seus requisitos e atestados por parecer jurídico do órgão responsável pelo processo licitatório que comprove tal regularidade; estabelece que o não cumprimento da regra acima referida sujeita o dirigente do órgão responsável pelo processo licitatório a responder pelo crime de responsabilidade.	Data: 10/03/2015 Casa: Se nado Federal Tramitação: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Matéria aguardando distribuição. Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR	Senado Federal

76	PLS 00377/2014 SF	Sen. VANESSA GRAZZIOTIN - PCdoB/AM	Altera a Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011, que Institui o Regime Diferenciado de Contratações Públicas – RDC, entre outras providências, para exigir, na contratação integrada de obras e serviços de engenharia, a explicitação de uma "matriz de riscos" no instrumento convocatório e na minuta contratual.	Acrescenta alínea ao inciso I do § 2º do art. 9º da Lei nº 12.462/2011 (Regime Diferenciado de Contratações Públicas – RDC), para exigir a inclusão, na contratação integrada de obras e serviços de engenharia, de uma "matriz de riscos" no instrumento convocatório e na minuta contratual, em que sejam detalhados os riscos inerentes à consecução do objeto licitado, bem como a repartição prévia das responsabilidades e dos ônus cabíveis a cada uma das partes.	Data: 10/03/2015 Casa: Senado Federal Tramitação: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Matéria aguardando distribuição. Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR	Senado Federal
77	PLS 00404/2014 SF	Comissão do Senado Federal	Altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para disciplinar a responsabilização de servidores públicos que atuem nas áreas de fiscalização, controle e auditoria, por prejuízos causados em obras com recursos públicos, em virtude de seus relatórios,	Altera a Lei nº 8.666/93, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, para disciplinar a responsabilização de servidores públicos que atuem nas áreas de fiscalização, controle e auditoria, por prejuízos causados em obras com recursos públicos, em	Data: 28/12/2016 Casa: Senado Federal Tramitação: COARQ - Coordenação de Arquivo Recebido e arquivado.	Senado Federal

			pareceres ou decisões.	virtude de seus relatórios, pareceres ou decisões.		
78	PLS 00195/2013 SF	Sen. CÁSSIO CUNHA LIMA - PSDB /PB	Altera o art. 7º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para condicionar a abertura de processo licitatório para a contratação de obras com valor estimado igual ou superior a cem milhões de reais à elaboração prévia de projeto executivo.	Altera a Lei nº 8.666/93, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, para exigir o projeto executivo prévio nas licitações para contratação de obras com valor estimado superior a 100 milhões de reais.	Data: 16/03/2017 Casa: Se nado Federal Tramitação: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania O Presidente da Comissão, Senador Edison Lobão, designa Relator da matéria o Senador Ricardo Ferraço. Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA	Senado Federal

79	PLS 00426/2013 SF	Sen. ALVARO DIAS - PV /PR	Altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, para dispor sobre o Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI).	Altera a Lei nº 8666/93 – que regulamenta o art. 37, inc. XXI, da CF/88, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências – para instituir Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI); estabelece que o concurso que tiver por objeto a seleção de estudos, investigações, levantamentos ou projetos a serem utilizados na preparação de concessão comum, patrocinada ou administrativa poderá ser realizado sob a forma de Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI); elenca informações que devem constar do edital do PMI; determina que o valor máximo de eventual remuneração pelo conjunto de estudos, investigações, levantamentos ou projetos não poderá ultrapassar 2,5% do valor total estimado dos investimentos necessários à	Data: 10/03/2015 Casa: Senado Federal Tramitação: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Matéria aguardando distribuição. Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR	Senado Federal

				implementação da respectiva co		

80	PLS 00444/2013 SF	Sen. PAULO BAUER - PSDB /SC	Altera a Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços previsto no art. 175 da Constituição Federal, e dá outras providências, e a Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004, que institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública, para disciplinar a concessão de obra pública.	Altera a Lei nº 8987/95 – que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços previsto no art. 175 da Constituição Federal, e dá outras providências – para estabelecer novas definições para: a) poder concedente; b) concessão de serviço púbico; c) concessão de obra pública; d) obra pública; determina que a concessão de obra pública ou de serviço público, precedida ou não da execução de obra pública seja formalizada mediante contrato, que deverá observar os termos da presente Lei, das normas pertinentes e do edital de licitação; estabelece que a concessão de obra pública ou de serviço público precedido da execução de obra pública ocorrerá atendidas as condições que especifica; determina que toda concessão de obra pública ou de serviço	Data: 23/03/2017 Casa: Senado Federal Tramitação: CAE - Comissão de Assuntos Econômicos O presidente da Comissão, senador Tasso Jereissati, designa o senador Romero Jucá relator da matéria. Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA	Senado Federal

				público, precedida ou não da exec		

81	PLS 00554/2013 SF	Sen. Pedro Taques PDT/MT	Altera a redação do inciso II do art. 12 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para incluir, dentre os requisitos principais considerados nos projetos básicos e projetos executivos de obras e serviços a serem executados por meio de contrato com a Administração Pública, as condições de acessibilidade para pessoas com deficiência física ou com mobilidade reduzida.	Altera o inciso II do art. 12 da Lei nº 8.666, de 1993, que "Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências", dispondo que nos projetos básicos e projetos executivos de obras e serviços serão considerados principalmente os seguintes requisitos: funcionalidade e adequação ao interesse público, com especial atenção, quando for o caso, às condições de acessibilidade para pessoas com deficiência física ou com mobilidade reduzida.	Data: 10/03/2015 Casa: Senado Federal Tramitação: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Matéria aguardando distribuição. Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR	Senado Federal

82	PLS 00271/2012 SF	Sen. Lobão Filho PMDB/MA	Altera o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, para limitar em 15% (quinze por cento) do valor inicial atualizado do contrato tanto os acréscimos quanto as supressões em obras, serviços ou compras.	Altera a Lei nº 8.666/1993 no que tange à alteração nos contratos regidos por esta Lei, para dispor que o contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, serviços ou compras, até 15% (quinze por cento) do valor inicial atualizado do contrato.	Data: 10/03/2015 Casa: Senado Federal Tramitação: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Matéria aguardando distribuição. Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR	Senado Federal

83	PLS 00513/2011 SF	Sen. VICENTINHO ALVES - PR /TO	Estabelece normas gerais para a contratação de parceria público-privada para a construção e administração de estabelecimentos penais.	Institui normas gerais para a contratação de PPP, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, para a construção e administração de estabelecimentos penais; prevê no art. 2º que a parceria público privada para os estabelecimentos penais poderá abranger condenados e provisórios, submetidos a qualquer regime de pena; prevê nos arts 3º, 4º e 5º que a PPP é um contrato de concessão administrativa que deverá ser precedida de licitação; as diretrizes na contratação da PPP; e que os cargos de diretor e vice-diretor do estabelecimento penal serão ocupados por servidores públicos de carreira, respectivamente; prevê no art. 6º que o concessionário disponibilizará e manterá para os presos assistência jurídica; acompanhamento médico, odontológico e nutricional; programas de e	Data: 24/11/2016 Casa: Senado Federal Tramitação: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania O Presidente da Comissão, Senador José Maranhão, designa Relator da matéria o Senador Paulo Paim. Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA	Senado Federal

84	PLS 00538/2011 SF	Sen. ATAÍDES OLIVEIRA - PSDB /TO	Altera os arts. 2º e 4º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências, para criar a Carteira de Projetos da Administração Pública, estabelecer medidas de controle das obras públicas e adotar outras providências.	Altera a Lei Complementar nº 101/2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências, para criar a Carteira de Projetos da Administração Pública, estabelecer medidas de controle das obras públicas e adotar outras providências; define como projetos não adequadamente atendidos as obras suspensas cautelarmente pelos tribunais ou conselhos de contas e as obras em relação às quais, por determinação da comissão do respectivo Poder Legislativo encarregada de examinar e emitir parecer sobre os projetos de lei dos orçamentos, vigore suspensão cautelar das execuções física, orçamentária e financeira do contrato, convênio ou instrumento congênere, ou de etapa, parcela, trecho ou subtrecho.	Data: 17/11/2016 Casa: Se nado Federal Tramitação: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania O Presidente da Comissão, Senador José Maranhão, designa Relator da matéria o Senador Antonio Carlos Valadares. Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA	Senado Federal

85	PLS 00604/2015 SF	Sen. JOSÉ SERRA - PSDB /SP	Altera o art. 23 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para atualizar os valores de que trata o dispositivo.	Altera a Lei 8.666/1993 para atualizar os valores limites das modalidades de licitações, sendo, para obras e serviços de engenharia: convite até R$ 450.000,00; tomada de preços até R$ 4.500.000,00; concorrência - acima de R$ 4.500.000,00; e para compras e serviços: convite até R$ 240.000,00; tomada de preços até R$ 1.950.000,00; e concorrência acima de R$ 1.950.000,00.	Data: 07/12/2016 Casa: Senado Federal Tramitação: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Devolvido pelo Senador Romero Jucá, mantendo o voto pela aprovação do Projeto, com duas emendas de redação que apresenta. Matéria pronta para a Pauta na Comissão. Situação: PRONTA PARA A PAUTA NA COMISSÃO	Senado Federal

86	PLS 00739/2011 SF	Sen. MARCELO CRIVELLA - PRB /RJ	Determina a obrigatoriedade de elaboração de planos de sustentabilidade social e econômica para obras e serviços de engenharia financiados, total ou parcialmente, com recursos da União ou de entidades da sua administração indireta.	Regula a obrigatoriedade de elaboração de planos de sustentabilidade social e econômica, requeridos em licitação, para obras e serviços de engenharia financiados com recursos da União ou da administração indireta. Define sustentabilidade econômica e sustentabilidade social. Dispõe que os planos de sustentabilidade social e econômica serão contemplados no projeto básico exigido na Lei de Licitações, dispensadas as obras e serviços de engenharia de valor inferior a R$ 100.000,00 (cem mil reais), reajustado anualmente pelo INCC da Fundação Getúlio Vargas ou índice que o substitua. Estabelece a competência de cada um dos Poderes para regulamentar a elaboração planos de sustentabilidade social e econômica dos respectivos empreendimentos. Estabelece a	Data: 10/04/2017 Casa: Senado Federal Tramitação: COARQ - Coordenação de Arquivo Recebido e arquivado.	Senado Federal

				obrigatoriedade da obtenção do licenciamento		

87	PLS 00496/2011 SF	Dep. VENEZIANO VITAL DO RÊGO - PMDB /PB	Altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, para tornar obrigatória a elaboração de projeto executivo anteriormente à abertura de licitações para a contratação de obras e serviços.	Altera a Lei nº 8.666/1993, que regulamenta o art. 37 da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, a fim de: a) tornar obrigatória a elaboração de projeto executivo antes da realização da abertura de licitações para a contratação de obras e serviços; b) reduzir os percentuais aplicáveis como limites ao valor dos termos aditivos - de 25% para 10% do total do contrato no caso de obras, serviços de engenharia; de 50% para 25% no caso de reforma de edifício ou equipamento; e de 25% para 5% no caso de compras; estabelece que a lei entrará em vigor decorridos 180 dias de sua publicação oficial.	Data: 10/03/2017 Casa: Senado Federal Tramitação: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Matéria aguardando redistribuição em virtude de o Senador Aloysio Nunes Ferreira ter deixado de compor esta Comissão em 09/03/2017, para assumir cargo no Poder Executivo (of.98/2017-GLPSDB). Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR	Senado Federal

88	PLS 00700/2015 SF	Sen. ROBERTO ROCHA - PSB /MA	Dispõe sobre a observância, no âmbito nacional, de requisitos mínimos definidos pelo Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCP) quando da construção, ampliação e reforma de estabelecimentos penais.	Acrescenta parágrafo ao art. 1º da Lei nº 12.462/2011 (que trata do Regime Diferenciado de Contratações Públicas – RDC) para determinar a observância de requisitos mínimos definidos pelo Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCP) para a construção, ampliação e reforma de estabelecimentos penais.	Data: 04/11/2015 Casa: Senado Federal Tramitação: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Não foram oferecidas emendas no prazo regimental. Matéria aguardando distribuição. Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR	Senado Federal
89	PLS 00292/2016 SF	Sen. EDUARDO AMORIM - PSC /SE	Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para garantir o diploma aos concluintes das disciplinas de cursos de graduação oferecidos pelo Sistema Universidade Aberta do Brasil.	Altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/1996) para assegurar o diploma aos concluintes dos cursos de graduação oferecidos pelo Sistema Universidade Aberta do Brasil, independentemente do resultado da defesa do trabalho de conclusão do curso.	Data: 27/03/2017 Casa: Senado Federal Tramitação: CE - Comissão de Educação, Cultura e Esporte Devolvido pelo Senador Randolfe Rodrigues. Matéria aguardando distribuição. Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR	Senado Federal

90	PLS 00465/2016 SF	Sen. LINDBERGH FARIAS - PT /RJ	Altera a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, que dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas, e dá outras providências	Altera a Lei nº 11.977/2009, que dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida, assim como as Leis nº 6.015/1973, 11.952/2009, 11.483/2007, 6.766/1979, 10.931/2004 e 12.024/2009, para estabelecer adequações operacionais no Programa, determinar a distribuição regional de recursos proporcionalmente ao déficit habitacional, prever instalação de unidades comerciais, modificar aspectos de regularização fundiária, fixar procedimentos de registro de imóveis e alterar o regime de pagamento unificado de tributos pelas construtoras contratadas, abrangendo projetos de construção mista, com unidades habitacionais e comerciais.	Data: 17/05/2017 Casa: Senado Federal Tramitação: CDR - Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo Nesta data, a Senadora Regina Sousa é designada relatora da matéria. Ao gabinete da relatora. Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA	Senado Federal

91	PLS 00253/2016 SF	Sen. TELMÁRIO MOTA - PDT /RR	Dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de equipamentos de energia elétrica renovável em novas construções de residências familiares e de órgãos públicos quando utilizarem financiamento com recursos públicos.	Dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de equipamentos de energia elétrica renovável em novas construções de residências familiares e de órgãos públicos quando utilizarem financiamento com recursos públicos.	Data: 16/11/2016 Casa: Senado Federal Tramitação: CI - Comissão de Serviços de Infraestrutura O Presidente da Comissão designa o Senador Armando Monteiro pra relatar a matéria. Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA	Senado Federal
92	PLS 00196/2016 SF	Sen. Marcelo Crivella PRB/RJ	Altera o art. 40 da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, para exigir que o edital de licitação de obra pública preveja a obrigatoriedade de revisão do cálculo estrutural por consultoria independente.	Altera a Lei nº 8.666/93, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, para prever a exigência de revisão do cálculo estrutural, bem como de aferição das peças estruturais, previamente à concretagem, por consultoria independente, quando se tratar de licitação de obras públicas que possam expor seus usuários a risco.	Data: 16/05/2016 Casa: Senado Federal Tramitação: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Não foram oferecidas emendas no prazo regimental. Matéria aguardando distribuição. Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR	Senado Federal

93	VET 00049/2016 SF	Presidência da República	Veto Parcial aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 97, de 2015 (nº 4.692/2012, na Casa de origem), que "Dispõe sobre a garantia do exercício da profissão de designer de interiores e ambientes e dá outras providências".		Data: 17/05/2017 Casa: Senado Federal Tramitação: SLCN - Secretaria Legislativa do Congresso Nacional Incluído na Ordem do Dia da Sessão Conjunta de 24/05/2017, às 19h30min. Situação: INCLUÍDA EM ORDEM DO DIA	
94	PLS 00057/2017 SF	Sen. Airton Sandoval PMDB/SP	Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, (Estatuto da Cidade), para dispor sobre as operações urbanas consorciadas.		Data: 24/03/2017 Casa: Senado Federal Tramitação: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Não foram oferecidas emendas no prazo regimental. Matéria aguardando distribuição. Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR	Senado Federal
95	PEC 00061/2015 SF	Sen. Gleisi Hoffmann PT/PR	Altera o art. 166 da Constituição Federal, para autorizar a apresentação de emendas ao projeto de lei do orçamento anual diretamente ao Fundo de Participação dos	Acrescenta os §§ 19 e 20 ao art. 166 da Constituição Federal, para permitir que emendas individuais ao projeto de lei do orçamento anual aloquem recursos diretamente ao Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal e ao	Data: 14/03/2017 Casa: Senado Federal Tramitação: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Distribuído à Senadora Marta Suplicy, para análise das Emendas de Plenário nºs 2 a 5 (art. 126, § 1º, do	Senado Federal

			Estados e do Distrito Federal e ao Fundo de Participação dos Municípios.	Fundo de Participação dos Municípios, indicando o ente federativo a ser beneficiado. Os recursos serão repassados independentemente de convênio.	RISF). Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA;	
					Data: 14/03/2017 Casa: Senado Federal Tramitação: PLEN - Plenário do Senado Federal Transcorrida, nesta data, a quinta e última sessão de discussão em primeiro turno. Encaminhadas à publicação as Emendas nºs 4 e 5-PLEN, tendo como primeiros signatários, respectivamente, os Senadores Romero Jucá e Cristovam Buarque. Discussão encerrada, em primeiro turno. A matéria retorna à CCJ, para análise das Emendas nºs 2 a 5-PLEN.;	

					Data: 14/03/2017 Casa: Senado Federal Tramitação: SLSF - Secretaria Legislativa do Senado Federal Recebida, na Secretaria-Geral da Mesa, a Emenda nº 5-Plen, tendo como primeiro signatário o Senador Cristovam Buarque. Incluída na Ordem do Dia da sessão deliberativa de 14.03.2017. Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno. Situação: INCLUÍDA EM ORDEM DO DIA	
96	MPV 00678/2015 CD PLV 00017/2015 SF	Poder Executivo	Altera a Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011, que institui o Regime Diferenciado de Contratações Públicas.	Aplica o Regime Diferenciado de Contratações Públicas - RDC nas licitações e contratos de construção, ampliação e reforma de estabelecimentos penais e unidades de atendimento socioeducativo e nas ações de Segurança Pública.	Data: 07/06/2016 Casa: Senado Federal Tramitação: COARQ - Coordenação de Arquivo Recebido e arquivado.	Senado Federal
97	MPV 00700/2015 CD MPV 00700/2015 SF	Poder Executivo	Altera o Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, que dispõe sobre desapropriações por utilidade pública, e a	Altera as Leis nºs 9.514, de 1997; 6.766, de 1979; 12.787, de 2013 e revoga dispositivo legal da Lei nº 6.015, de 1973.	Data: 27/09/2016 Casa: Senado Federal Tramitação: COARQ - Coordenação de Arquivo Recebido e arquivado.;	Senado Federal

			Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os registros públicos, e dá outras providências.		Data: 23/05/2016 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Ofício 190-CN, de 23/5/16, comunica o término do prazo integral de vigência da Medida Provisória n. 700, de 2015, no dia 17 de março do corrente ano	
98	MPV 00703/2015 CD	Poder Executivo	Altera a Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, para dispor sobre acordos de leniência.	Revoga dispositivo da Lei nº 8.429, de 1992.	Data: 29/08/2016 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Despacho exarado ao Of. n. 397/2016, do Congresso Nacional, conforme o seguinte teor: "Arquive-se o Projeto de Decreto Legislativo n. 420/2016, tendo em vista o término do prazo para sua aprovação pelo Congresso Nacional, apontado no § 2º do art. 11 da Resolução n. 1/2002-CN. Publiquem-se este despacho e o Of. n. 397/2016-CN. Oficie-se ao Senhor Deputado Jaime Martins".DCD do dia	Câmara dos Deputados

					30/08/16 PÁG 633 COL 01. Inteiro teor	

99	MPV 00698/2015 CD PLV 00003/2016 SF	Poder Executivo	Altera a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, para dispor sobre operações de financiamento habitacional com desconto ao beneficiário concedido pelo Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS para aquisição de imóveis no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida construídos com recursos do Fundo de Arrendamento Residencial - FAR.	Concessão de desconto do FGTS nos financiamentos a pessoas físicas, exclusivamente para fins de pagamento de parte da aquisição de imóveis novos, produzidos no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida, com recursos do Fundo de Arrendamento Residencial – FAR. Para fins de operacionalização desta nova sistemática e atendimento às exigências legais do FGTS, será necessário que o FAR possa garantir o risco de crédito no financiamento imobiliário ao agente financeiro em favor do beneficiário. A prestação dessa garantia pelo Fundo será feita por meio da constituição, em favor da instituição financeira mutuante, de caução de depósito dos valores recebidos do FGTS exatamente no montante correspondente ao valor financiado ao mutuário, prevendo a sub-rogação do	Data: 25/08/2016 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Of 409-CN, de 24/8/16, comunica que o Congresso Nacional, em sessão conjunta realizada em 23/8/16, manteve o Veto Parcial aposto ao PLV n. 3, de 2016, oriundo da Medida Provisória n. 698, de 2015.; Data: 02/09/2016 Casa: Senado Federal Tramitação: COARQ - Coordenação de Arquivo Recebido e arquivado	Senado Federal

				FAR no crédito, em caso de honra da g		
100	MPV 00727/2016 CD MPV 00727/2016 SF	Presidente da República Poder Executivo	Cria o Programa de Parcerias de Investimentos - PPI e dá outras providências.	A MPV cria o "Programa de Parcerias de Investimentos" (PPI) e cria estruturas governamentais para gerenciá-lo. O PPI é composto por todos os empreendimentos públicos de infraestrutura a serem executados pelo setor privado. O programa busca garantir segurança jurídica aos investidores privados, estabelecer regras estáveis, fortalecer o papel regulamentador do Estado e a autonomia das agências reguladoras, com o fim de expandir a oferta de infraestrutura ao País. Cria o "Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República", instância de assessoramento imediato do Presidente da República no que concerne ao PPI. Autoriza o BNDES a	Data: 24/03/2017 Casa: Senado Federal Tramitação: COARQ - Coordenação de Arquivo Recebido e arquivado.; Data: 20/09/2016 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Recebimento do Ofício nº 451/2016 (CN)	Senado Federal

				constituir e participar do fundo de apoio à estruturação de projetos. Estabelece como dever dos órgãos governamentais a atuação de forma c	encaminhando autógrafo sancionado.	

101	MPV 00759/2016 CD MPV 00759/2016 SF	Poder Executivo	Dispõe sobre a regularização fundiária rural e urbana, sobre a liquidação de créditos concedidos aos assentados da reforma agrária e sobre a regularização fundiária no âmbito da Amazônia Legal, institui mecanismos para aprimorar a eficiência dos procedimentos de alienação de imóveis da União, e dá outras providências.	Altera as Leis: nº 8.629, de 1993; nº 13.001, de 2014; nº 11.952, de 2009; nº	Data: 24/05/2017 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: PLENÁRIO (PLEN) - 19:11 Sessão Deliberativa Extraordinária Discussão em turno único. Votação do Requerimento do Dep. Leo de Brito (PT-AC), que solicita o adiamento da discussão por duas sessões. Rejeitado o Requerimento. Votação do Requerimento do Dep. Leo de Brito (PT-AC), que solicita discussão da matéria por títulos. Rejeitado o Requerimento. Encerrada a discussão. Votação do Requerimento do Dep. Leo de Brito (PT-AC), que solicita adiamento da votação por duas sessões. Rejeitado o Requerimento. Votação do Requerimento do Dep. Leo de Brito (PT-AC), que solicita que a votação da matéria seja feita por títulos. Rejeitado o Requerimento. Votação do Requerimento do Dep. Glauber Braga (PSOL-RJ),	Senado Federal

					que solicita votação da matéria artigo por artigo. Rejeitado o Requerimento. Votação preliminar em turno único. Aprovado, em apreciação preliminar, o Parecer da Comissão Mista, na parte em que manifesta opinião favorável quanto ao atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e de sua adequação financeira e orçamentária, nos termos do artigo 8º da Resolução nº 01, de 2002-CN. Votação, quanto ao mérito, em turno único. Aprovada a Medida Provisória nº 759 de 2016, na forma do Projeto de Lei de Conversão nº 12 de 2017, ressalvados os destaques. Retirado o destaque da bancada do PSB, para a votação em separado da Emenda n° 46 - DTQ 9. Votação da expressão "em percentual correspondente ao fixado para os títulos da dívida agrária depositados como oferta inicial para terra nua,	

					vedado o cálculo de juros compostos", constante do § 9º inserido ao art. 5º da Lei 8629/1993 pelo art. 2º do PLV nº 12/2017, apresentado à MPV 759/2016, objeto de destaque para votação em separado da bancada do PTN - DTQ 13. Mantido o texto. Votação do dos § §6º e 7º do art. 17 da Lei 8.629/93 na redação dada pelo art. 2º do Projeto de Lei de Conversão 12/17, apresentado à MPV 759/16, objeto do destaque para votação em separado da bancada do PT - DTQ 2. Mantido o texto. Votação da Emenda nº 310, objeto do destaque para votação em separado da bancada do SD - DTQ 6. Rejeitada a Emenda n° 310. Prejudicado o destaque da bancada do PR, para a votação em separado da Emenda n° 310 - DTQ 11. Votação da Emenda nº 63, objeto do destaque para votação em separado da bancada do SD - DTQ 3.	

					Aprovada a Emenda n° 63. Votação do §1º do art. 6º da Lei 11.952/14 na redação dada pelo art. 4º do Projeto de Lei de Conversão 12/17 apresentado à MPV 759/16, objeto do destaque para votação em separado da bancada do PT - DTQ 1. Mantido o texto. Votação da Emenda nº 37, objeto do destaque para votação em separado da bancada do PDT - DTQ 10. Rejeitada a Emenda n° 37. Votação do art. 40-A da Lei 11.952, de 25 de junho de 2009, com redação proposta pelo art. 4º do PLV nº 12, de 2017, apresentado à MPV 759, de 2016, objeto do destaque para votação em separado da bancada do PSOL - DTQ 8. Mantido o texto. Votação da expressão "Apenas na Reurb-S", constante no § 1º, do artigo 23 do PLV 12/17, apresentado à MPV 759/16, objeto do destaque para votação em separado da bancada do PT - DTQ 4. Mantido o texto. Votação da	

					redação proposta ao art. 15 da Lei nº 11.952, de 25 de junho de 2009, na redação dada pelo art. 4º da MPV 759/2016 para substituição do texto aprovado no PLV 12/2017 e, por decorrência lógica, a supressão da alínea d), do inciso III, do Art. 106, do PLV 12/2017, objeto do destaque para votação em separado da bancada do PPS - DTQ 14. Encaminhou a Votação a Dep. Eliziane Gama (PPS-MA). Rejeitada a substituição do texto. Votação do inciso II, do parágrafo único do art. 7º da Lei nº 11977/2009, constante do art. 80 do PLV nº 12/2017, da Comissão Mista que examinou a MPV 759/16, objeto de destaque para votação em separado da bancada do Bloco Parlamentar PP, PTN e PTdoB - DTQ 15. Suprimido o texto. Votação da Emenda nº 1, objeto do destaque para votação em separado da bancada do PTB - DTQ 7. Encaminhou	

					a Votação o Dep. Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP). Rejeitada a Emenda n° 1. Retirado o destaque da bancada do PR, para a votação em separado do art. 106, I, do PLV apresentado à MPV 759/16 - DTQ 16. Votação da Emenda nº 5, objeto do destaque para votação em separado da bancada do Bloco Parlamentar PP, PTN e PTdoB - DTQ 17. Aprovada a Emenda nº 5. Retirado o destaque da bancada do PCdoB, para votação em separado da expressão "em nome dos beneficiários hipossuficientes", contido no inciso IV do art. 14 do PLV, apresentado à MPV 759/16 - DTQ 5. Retirado o destaque supressivo da bancada do PR, para votação em separado do § 8º do artigo 5º da Lei 8629/1993, com redação dada pelo art. 2º do PLV apresentado à MPV 759/16 - DTQ 12. Inadmitida a Emenda de Redação n° 1.	

					Votação da Emenda de Redação n° 2. Aprovada a Emenda de Redação n° 2. Votação da Redação Final. Aprovada a Redação Final assinada pelo Relator, Dep. Pauderney Avelino (DEM-AM). A matéria vai ao Senado Federal, incluindo o processado (MPV 759-A/2016 - PLV 12/2017).	

102	PDC 00054/2015 CD	Dep. Luiz Carlos Hauly - PSDB /PR	Susta os efeitos do Decreto nº 8.437, de 22 de abril de 2015 que Regulamenta o disposto no art. 7º, caput, inciso XIV, alínea "h", e parágrafo único, da Lei Complementar nº 140, de 8 de dezembro de 2011, para estabelecer as tipologias de empreendimentos e atividades cujo licenciamento ambiental será de competência da União.		Data: 08/12/2016 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) Designado Relator, Dep. Covatti Filho (PP-RS)	Câmara dos Deputados

103	PEC 00039/2011 CD	Dep. Jose Chaves - PTB /PE Dep. Zoinho - PR /RJ	Revoga o inciso VII do art. 20 da Constituição e o § 3º do art. 49 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para extinguir o instituto do terreno de marinha e seus acrescidos e para dispor sobre a propriedade desses imóveis.	Determina, a partir das áreas provenientes da extinção do instituto do terreno de marinha, quais continuarão sob posse da União.	Data: 17/05/2017 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: PLENÁRIO (PLEN) Apresentação do Requerimento de Prorrogação de prazo de Comissão Temporária n. 6468/2017, pela Comissão Especial destinada a proferir parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 39-A, de 2011, do Sr. Arnaldo Jordy e outros, que "revoga o inciso VII do art. 20 da Constituição e o § 3º do art. 49 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para extinguir o instituto do terreno de marinha e seus acrescidos e para dispor sobre a propriedade desses imóveis", e apensadas, que: "Requer a prorrogação de prazo da Comissão Especial destinada a proferir parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 39-A, de 2011, do Sr. Arnaldo Jordy e outros, que 'revoga o inciso VII do art. 20 da Constituição e o § 3º	Câmara dos Deputados

					do art. 49 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para extinguir o instituto do terreno de marinha e seus acrescidos e para dispor sobre a propriedade desses imóveis', e apensadas". Inteiro teor	

104	PEC 00185/2003 CD	Dep. Pedro Henry - PP /MT	Dá nova redação ao inciso XIII do art. 5º , XXIV do art. 21, IX do art. 103 e XII do art. 109 da Constituição Federal e dá outras providências.	Inclui os Conselhos de Fiscalização Profissional como agentes fiscalizadores das atividades profissionais, dando-lhes poder para solicitar ação de inconstitucionalidade; regula o regime de trabalho dos servidores destes Conselhos e extingue a competência privativa da União de fixar contribuição social, transferindo aos Conselhos Federais de profissões regulamentadas.	Data: 19/03/2015 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Desarquivada nos termos do Artigo 105 do RICD, em conformidade com o despacho exarado no REQ-994/2015. Inteiro teor	Câmara dos Deputados

105	PEC 00016/2015 CD	Dep. Heraclito Fortes - PSB /PI	Revoga o inciso VII do art. 20 da Constituição Federal e o § 3º do art. 49 do ADCT (Ato das Disposições ConstitucionaisTransitórias) e dá outras providências.	Estabelece que os bens públicos definidos como terrenos de marinha e seus acrescidos passarão a integrar o patrimônio dos Municípios.	Data: 30/06/2015 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão Especial destinada a proferir parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 39-A, de 2011, do Sr. Arnaldo Jordy e outros, que "revoga o inciso VII do art. 20 da Constituição e o § 3º do art. 49 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para extinguir o instituto do terreno de marinha e seus acrescidos e para dispor sobre a propriedade desses imóveis", e apensadas (PEC03911) Recebimento pela PEC03911, apensada à PEC-39/2011	Câmara dos Deputados

106	PEC 00027/2015 CD	Dep. CESAR SOUZA - PSD /SC	Acrescenta parágrafos ao art. 20 da Constituição Federal, revoga o inciso VII do art. 20 da Constituição Federal e o §3º do art. 49 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para extinguir os terrenos de marinha e seus acrescidos e dá outras providências.		Data: 30/06/2015 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão Especial destinada a proferir parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 39-A, de 2011, do Sr. Arnaldo Jordy e outros, que "revoga o inciso VII do art. 20 da Constituição e o § 3º do art. 49 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para extinguir o instituto do terreno de marinha e seus acrescidos e para dispor sobre a propriedade desses imóveis", e apensadas (PEC03911) Recebimento pela PEC03911, apensada à PEC-39/2011	Câmara dos Deputados

107	PEC 00030/2015 CD	Dep. Lelo Coimbra - PMDB /ES	Revoga o inciso VII do art. 20 da Constituição e o § 3º do art. 49 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para extinguir o instituto do terreno de marinha e seus acrescidos e para dispor sobre a propriedade desses imóveis.		Data: 30/06/2015 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão Especial destinada a proferir parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 39-A, de 2011, do Sr. Arnaldo Jordy e outros, que "revoga o inciso VII do art. 20 da Constituição e o § 3º do art. 49 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para extinguir o instituto do terreno de marinha e seus acrescidos e para dispor sobre a propriedade desses imóveis", e apensadas (PEC03911) Recebimento pela PEC03911, apensada à PEC-39/2011	Câmara dos Deputados

108	PEC 00285/2008 CD	Dep. Zezeu Ribeiro - PT /BA Angela Amin	Acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para dispor sobre a vinculação de recursos orçamentários da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios aos respectivos Fundos de Habitação de Interesse Social.	Conhecida como " PEC da Habitação ".	Data: 19/08/2015 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: PLENÁRIO (PLEN) Apresentação do Requerimento n. 2754/2015, pelo Deputado Marcos Abrão (PPS-GO), que: "Requer a inclusão na Ordem do Dia da Proposta de Emenda à Constituição nº 285, de 2008, que "Acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para dispor sobre a vinculação de recursos orçamentários da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios aos respectivos Fundos de Habitação de Interesse Social"". Inteiro teor	Câmara dos Deputados
109	PEC 00290/2013 CD	Dep. MARGARIDA SALOMÃO - PT /MG	Altera e adiciona dispositivos na Constituição Federal para atualizar o tratamento das atividades de ciência, tecnologia e inovação		Data: 17/03/2015 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Recebimento do Ofício nº 112/15 (CN) encaminhando autógrafo promulgado.	Câmara dos Deputados

110	PEC 00085/2015 CD	Alan Rick - PRB/AC	Altera o art. 6º da Constituição Federal, para introduzir a acessibilidade e a mobilidade urbana no rol dos direitos sociais.		Data: 04/10/2016 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) Apresentação do Parecer do Relator n. 3 CCJC, pela Deputada Cristiane Brasil (PTB-RJ). Inteiro teor Parecer da Relatora, Dep. Cristiane Brasil (PTB-RJ), pela admissibilidade, com emenda saneadora. Inteiro teor	Câmara dos Deputados
111	PL 00985/2015 CD PLC 00036/2015 SF	Domingos Neto	Altera o art. 65 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, para alterar as penas nele previstas para o crime de pichação de edificação ou monumento urbano.	Altera a pena o crime de pichação de edificação ou monumento urbano.	Data: 07/05/2015 Casa: Senado Federal Tramitação: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Recebido nesta Comissão às 15h15. Matéria aguardando distribuição. Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR; Data: 07/05/2015 Casa: Senado Federal Tramitação: ATA-PLEN - SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO Encaminhado à publicação. À Comissão de	Senado Federal

					Constituição, Justiça e Cidadania.	
112	PL 06830/2013 CD	Dep. Valdir Colatto - PMDB /SC	Altera a Lei nº 12.651, de 25 maio de 2012, para dispor sobre as áreas de proteção permanente no perímetro urbano e nas regiões metropolitanas.		Data: 27/03/2017 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) Apresentação do Parecer do Relator n. 1 CCJC, pelo Deputado Alceu Moreira (PMDB-RS). Inteiro teor Parecer do Relator, Dep. Alceu Moreira (PMDB-RS). Inteiro teor	Câmara dos Deputados
113	PL 00696/2003 CD PLC 00166/2008 SF	Dep. Zezeu Ribeiro - PT /BA	Dispõe sobre o acesso à informação de valor didático por alunos e professores nas áreas de engenharia e arquitetura, e dá outras providências.		Data: 26/05/2011 Casa: Senado Federal Tramitação: SEXPE - Secretaria de Expediente Ofício SF nº 746 de 26/05/11, ao Senhor Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados comunicando que o Senado Federal aprovou, em revisão, substitutivo ao Projeto (fls. 51 a 53). Situação: REMETIDA À	Câmara dos Deputados

					CÂMARA DOS DEPUTADOS;	
					Data: 11/12/2015 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: PLENÁRIO (PLEN) Apresentação do Requerimento n. 3750/2015, pelo Deputado Edmilson Rodrigues (PSOL-PA), que: "Requerimento de inclusão na pauta de votações do Projeto de Lei nº. 696, de 2003, que "dispõe sobre o acesso à informação de valor didático por alunos e professores nas áreas de engenharia e arquitetura, e dá outras providências". Inteiro teor	

114	PL 00791/2011 CD	Dep. Jovair Arantes - PTB /GO	Altera o inciso III do art. 44 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para definir validade legal de diploma de pós-graduação para o exercício profissional.		Data: 19/04/2017 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP) Designado Relator, Dep. Orlando Silva (PCdoB-SP)	Câmara dos Deputados
115	PL 07841/2014 CD PLS 00399/2011 SF	Sen. Roberto Requião - PMDB /PR	Altera o art. 48 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre a revalidação e o reconhecimento de diplomas de graduação, mestrado e doutorado expedidos por instituições de ensino superior estrangeiras.	Altera a Lei nº 9394/96 - que dispõe sobre as Diretrizes e Bases da Educação - para determinar que os diplomas de cursos de graduação, Mestrado ou Doutorado de reconhecida excelência acadêmica, expedidos por instituições de educação superior estrangeiras, poderão ter revalidação ou reconhecimento automático; estabelece que o Poder Público divulgará, periodicamente, a lista de	Data: 30/07/2014 Casa: Senado Federal Tramitação: SEXPE - Secretaria de Expediente Anexada cópia do Ofício SF nº 1092, de 30/07/2014, ao Senhor Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados encaminhando autógrafos do projeto para revisão, nos termos do art. 65 da Constituição Federal. (fls. 651 a 653). Situação: REMETIDA À CÂMARA DOS DEPUTADOS;	Câmara dos Deputados

				cursos e instituições acima referidas.	Data: 16/05/2017 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: PLENÁRIO (PLEN) Apresentação do Requerimento de Desapensação n. 6461/2017, pelo Deputado Hiran Gonçalves (PP-RR), que: "Requer a desapensação do Projeto de Lei nº 4.067, de 2015, do Projeto de Lei 7.841, de 2014". Inteiro teor	
116	PL 07093/2014 CD PLC 00164/2015 SF	Dep. Irajá Abreu - DEM /TO	Acresce art. 290-B à Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973.	Estabelece critérios para dispensa de alvará na averbação de construção residencial urbana unifamiliar.	Data: 05/05/2017 Casa: Senado Federal Tramitação: CDR - Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo Nesta data, o Senador José Pimentel é designado relator da matéria. Ao gabinete do relator. Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA	Senado Federal
117	PL 00600/2011 CD	Dep. Augusto Coutinho - SD /PE	Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que "dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências", para isentar os idosos de contribuição aos		Data: 29/08/2016 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) Devolvido, a pedido, ao Relator, Dep. Hiran	Câmara dos Deputados

			Conselhos e demais entidades de fiscalização profissional.		Gonçalves (PP-RR) para reexame.	
118	PL 04302/2012 CD	Dep. Laercio Oliveira - SD /SE	Altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.	Assegura ao contratado o direito de suspender o cumprimento de suas obrigações, assim que verificado qualquer atraso no pagamento da obra, serviço ou fornecimento contratado pelo Poder Público.	Data: 17/10/2016 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) Apresentação do Parecer do Relator n. 1 CCJC, pelo Deputado Lucas Vergilio (SD-GO). Inteiro teor Parecer do Relator, Dep. Lucas Vergilio (SD-GO), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa. Inteiro teor	Câmara dos Deputados
119	PL 01292/1995 CD PLS 00163/1995 SF	Lauro Campos	Altera a lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração	Obriga o contratado a cientificar a administração pública, em oito dias, as subcontratações que realizar.	Data: 16/05/2017 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: PLENÁRIO (PLEN) Apresentação do Requerimento de Desapensação n. 6457/2017, pelo Deputado Toninho Pinheiro (PP-MG), que: "Requer a	Câmara dos Deputados

			Pública e dá outras providências.		desapensação da Projeto de Lei nº 4.114, de 2012, do Projeto de Lei 1.292, de 1995". Inteiro teor	
120	PL 05253/2013 CD PLS 00031/2012 SF	Marcelo Crivella	Altera a Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, para dispor sobre a destinação de parte da renda líquida dos Conselhos Federal e Regionais de Engenharia e Agronomia e da Mútua de Assistência dos Profissionais da Engenharia e Agronomia para o custeio de fiscalização de obras públicas inacabadas e de edificações sujeitas às inspeções periódicas a cargo do órgão, bem como de medidas que objetivem o aperfeiçoamento	Altera o parágrafo único do art. 36 da Lei 5.194 de 1996, que "Regula o exercício das profissões de Engenheiro, Arquiteto e Engenheiro-Agrônomo, e dá outras providências", permitindo os Conselhos Regionais de Engenharia e Agronomia a destinar parte de sua renda líquida a medidas que objetivem o aperfeiçoamento técnico e cultural do engenheiro e do engenheiro-agrônomo.	Data: 03/12/2015 Casa: Senado Federal Tramitação: SARQ - Secretaria de Arquivo Arquivado.	Câmara dos Deputados

			técnico e cultural de seus integrantes.			
121	PL 02043/2011 CD	Dep. Ricardo Izar - PP /SP	Regula o exercício da profissão de paisagista e dá outras providências.		Data: 22/05/2017 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) Prazo para Emendas ao Projeto (5 sessões a partir de 23/05/2017)	Câmara dos Deputados

122	PL 02245/2007 CD	Dep. Reginaldo Lopes - PT /MG	Regulamenta a profissão de Tecnólogo e dá outras providências.		Data: 24/04/2017 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: PLENÁRIO (PLEN) Apresentação do Requerimento de Inclusão na Ordem do Dia n. 6315/2017, pelo Deputado Veneziano Vital do Rêgo (PMDB-PB), que: "Requer a inclusão na ordem do Dia do Recurso nº 193, de 2013, e seu apensado Recurso nº 194, de 2013, que versam sobre o Projeto de Lei nº 2.245, de 2007, que 'Regulamenta a profissão de Tecnólogo e dá outras providências.'". Inteiro teor Apresentação do Requerimento de Inclusão na Ordem do Dia n. 6316/2017, pelo Deputado Veneziano Vital do Rêgo (PMDB-PB), que: "Requer a inclusão na ordem do Dia do Projeto de Lei nº 2.245, de 2007, que 'Regulamenta a profissão de Tecnólogo e dá outras providências'". Inteiro teor	Câmara dos Deputados

123	PL 02664/2011 CD	Dep. Arnaldo Jardim - PPS /SP	Regulamenta o exercício da profissão de Gestor Ambiental.	Determina exigências para o exercício da profissão de Gestor Ambiental; determina as atividades desses profissionais; considera, nos casos expostos, o exercício ilegal da profissão e estipula responsabilidade de autoria de planos ou projetos.	Data: 25/08/2016 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: CO ORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP) Encaminhada à publicação. Parecer da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável Publicado em avulso e no DCD de 26/08/16 PÁG 602 COL 01, Letra B. Inteiro teor	Câmara dos Deputados
124	PL 07607/2010 CD PLC 00013/2013 SF	Dep. José Chaves PTB	Acrescenta parágrafo único ao art. 1º da Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, caracterizando como essenciais e exclusivas de Estado as atividades exercidas por Engenheiros, Arquitetos e Engenheiros-Agrônomos ocupantes de cargo efetivo no serviço	Altera a Lei nº 5194/66 – que regula o exercício das profissões de Engenheiro, Arquiteto e Engenheiro-Agrônomo e dá outras providências – para estabelecer que as atividades próprias das profissões de Engenheiro, Arquiteto e Engenheiro-Agrônomo, quando realizadas por profissionais ocupantes de cargo efetivo no serviço público federal, estadual e municipal, são	Data: 11/03/2016 Casa: Senado Federal Tramitação: SLSF - Secretaria Legislativa do Senado Federal Aguardando inclusão em Ordem do Dia do Requerimento nº 660, de 2015, do Senador Romero Jucá, que solicita o desapensamento do PLC nº 13/2013. Situação: AGUARDANDO INCLUSÃO ORDEM DO DIA DE REQUERIMENTO;	Senado Federal

			público federal, estadual e municipal.	consideradas atividades essenciais e exclusivas de Estado.	Data: 11/03/2016 Casa: Senado Federal Tramitação: ATRS GM - Assessoria Técnica Juntado original de manifestação do OFÍCIO N° 2.098/2016PRESIDÊNCIA-ANSEAF da Associação Nacional do Servidores Públicos Engenheiros, Arquitetos e Engenheiros Agrônomo do poder Executivo Federal - ANSEAF. Folhas (66/69).; Data: 11/03/2016 Casa: Senado Federal Tramitação: SLSF - Secretaria Legislativa do Senado Federal Encaminhado à Assessoria Técnica e Regimental da SGM para juntada de documentos.	

125	PL 03370/2012 CD PLC 00031/2014 SF	Dep. Augusto Coutinho - SD /PE	Estabelece a Política Nacional de Manutenção Predial; cria o Plano de Manutenção Predial; institui a obrigatoriedade de inspeções técnicas visuais e periódicas em edificações públicas ou privadas, residenciais, comerciais, de prestação de serviços, industriais, culturais, esportivas e institucionais, destinadas à conservação e/ou à recuperação da capacidade funcional das edificações; e dá outras providências.	Dispõe sobre a Política Nacional de Manutenção Predial e determina a obrigatoriedade de inspeções técnicas visuais e periódicas nas edificações públicas ou privadas, residenciais, comerciais, de prestação de serviços, industriais, culturais, esportivas e institucionais em todo o território nacional, bem como as regras de manutenção preventiva e corretiva de danos aos consumidores adquirentes e usuários de imóveis; define os objetivos da Política Nacional de Manutenção Predial; Dispõe sobre as Diretrizes da Política Nacional de Manutenção Predial; dispõe sobre os direitos do titular da edificação e dos possuidores de edificações privadas; estabelece os deveres dos responsáveis por edificação pública; define as obrigações dos construtores; dispõe sobre	Data: 19/06/2015 Casa: Senado Federal Tramitação: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania O Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Senador José Maranhão, designa Relator da matéria o Senador Romero Jucá. Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA	Senado Federal

				a Política Nacional de Manutenção Predi		

126	PL 04749/2009 CD	Dep. Celso Russomanno - PRB /SP	Eleva a dez anos a responsabilidade do empreiteiro pela solidez e segurança de edifícios e outras construções consideráveis.	Aumenta o tempo de responsabilidade do empreiteiro de 5 (cinco) para 10 (dez) anos.	Data: 05/07/2016 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) Apresentação do Parecer do Relator n. 1 CCJC, pelo Deputado Hildo Rocha (PMDB-MA). Inteiro teor Parecer do Relator, Dep. Hildo Rocha (PMDB-MA), pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação deste e do PL 243/2011, apensado, na forma do Substitutivo da Comissão de Desenvolvimento Urbano. Inteiro teor	Câmara dos Deputados
127	PL 06699/2002 CD	Jose Carlos Coutinho	Modifica dispositivo do Código Penal, e dá outras providências.	Inclui como Crime contra a Saúde Pública o exercício ilegal da profissão de Engenheiro, Arquiteto e Agrônomo. Alterando o Decreto-Lei nº 2.848, de 1940.	Data: 16/05/2017 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: PLENÁRIO (PLEN) Apresentação do Requerimento de Urgência (Art. 155 do RICD) n. 6460/2017, pelo Deputado Ronaldo Lessa (PDT-AL), que: "Requer regime de urgência para apreciação	Câmara dos Deputados

					do PL 6699/2002". Inteiro teor	
128	PL 04692/2012 CD PLC 00097/2015 SF	Dep. Ricardo Izar - PP /SP	Dispõe sobre a regulamentação do exercício da profissão de designer de interiores e ambientes e dá outras providências.	Dispõe sobre a regulamentação do exercício da profissão de designer de interiores e ambientes e dá outras providências.	Data: 08/03/2017 Casa: Senado Federal Tramitação: COARQ - Coordenação de Arquivo Recebido e arquivado.	Senado Federal
129	PL 05712/2001 CD PLS 00064/2001 SF	Arlindo Porto	Regulamenta o exercício da profissão de Decorador e dá outras providências.		Data: 24/09/2015 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Recebimento do Ofício nº 399/15 (CN) comunicando resultado da apreciação do veto. Resultado: mantido o veto total aposto ao Projeto de Lei.; Data: 23/09/2015 Casa: Senado Federal Tramitação: SARQ - Secretaria de Arquivo	Câmara dos Deputados

					DEVOLVIDO E ARQUIVADO.;	
					Data: 23/09/2015 Casa: Senado Federal Tramitação: SSCLCN - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO Na Sessão Conjunta de 22/09/2015 (DCN de 23/09/2015) o veto aposto à matéria (VET 28/2015) foi mantido. A matéria vai ao Arquivo. Situação: VETADA	

130	PL 06014/2013 CD PLS 00491/2011 SF	Marcelo Crivella	Determina a realização periódica de inspeções em edificações e cria o Laudo de Inspeção Técnica de Edificação (Lite).	Cria a exigência da inspeção prévia e periódica em edificações (exceto edificação de barragens e estádios de futebol, por estarem abrangidos por legislação específica), destinada a verificar as condições de estabilidade, segurança construtiva e manutenção; estabelece que o objetivo da inspeção é efetuar o diagnóstico da edificação por meio de vistoria especializada, utilizando-se de Laudo de Inspeção Técnica de Edificação (LITE) para emitir parecer acerca das condições técnicas, de uso e de manutenção, com avaliação do grau de risco à segurança dos usuários; dispõe que após a emissão do laudo pelo órgão responsável pela fiscalização e controle das inspeções cabe ao proprietário ou responsável pela administração da edificação providenciar as ações corretivas, sob pena de multa diária; dispõ	Data: 18/07/2013 Casa: Senado Federal Tramitação: SEXPE - Secretaria de Expediente Remessa Ofício SF nº 1.682 de 17/07/13, ao Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados encaminhando o projeto para revisão, nos termos do art. 65 da Constituição Federal (fls. 98 a 101). Situação: REMETIDA À CÂMARA DOS DEPUTADOS; Data: 05/04/2017 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) Encerrado o prazo para emendas ao substitutivo. Não foram apresentadas emendas ao substitutivo.	Câmara dos Deputados

131	PL 03699/2004 CD	Dep. Arnaldo Faria de Sa - PTB /SP	Dispõe sobre a especialização do engenheiro de prevenção e combate a incêndios, do técnico de prevenção e combate a incêndios e do bombeiro civil e dá outras providências.		Data: 09/02/2015 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Desarquivado nos termos do Artigo 105 do RICD, em conformidade com o despacho exarado no REQ-176/2015. Inteiro teor	Câmara dos Deputados
132	PL 01365/2011 CD	Dep. Vieira da Cunha - PDT /RS	Dispõe sobre condições necessárias à abertura e ao funcionamento de parques de diversão e similares e impõe responsabilidade solidária ao proprietário e ao administrador do empreendimento por danos causados em decorrência do mau estado de conservação, falhas técnicas em equipamentos ou de operação em desacordo com o disposto nesta Lei.		Data: 27/01/2016 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) Designado Relator, Dep. Félix Mendonça Júnior (PDT-BA)	Câmara dos Deputados

133	PL 08322/2014 CD PLS 00317/2013 SF	Sen. Ataídes Oliveira - PSDB /GO	Isenta do imposto sobre importação os equipamentos e componentes de geração elétrica de fonte solar.	Isenta do Imposto sobre a Importação os equipamentos e componentes de geração elétrica de fonte solar; estabelece que a isenção cessará quando houver oferta do bem produzido no Brasil em condições similares às do importado quanto ao padrão de qualidade, conteúdo técnico, preço e capacidade produtiva; dispõe que a lei entra em vigor na data de sua publicação e produzirá efeitos a partir do primeiro dia do exercício financeiro seguinte ao de sua publicação.	Data: 19/12/2014 Casa: Senado Federal Tramitação: SEXPE - Secretaria de Expediente Remessa Ofício SF nº 1661 de 19/12/14, ao Senhor Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados, encaminhando o projeto para revisão, nos termos do art. 65 da Constituição Federal (fls. 65 a 66). Situação: REMETIDA À CÂMARA DOS DEPUTADOS; Data: 17/05/2017 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão de Finanças e Tributação (CFT) - 10:00 Reunião Deliberativa Ordinária Retirado de pauta em virtude da ausência do relator.	Câmara dos Deputados

134	PL 05858/2013 CD PLS 00119/2011 SF	Sen. Acir Gurgacz - PDT /PR	Altera as Leis nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano, e nº 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade), para dispor sobre a implantação de redes subterrâneas de infraestrutura básica previamente às obras de pavimentação e condicionar a concessão de financiamento federal para obras municipais ao cumprimento dessa disposição.	Insere o § 7º ao art. 2º da Lei nº 6.766/1979 para dispor que as obras de pavimentação urbana devem ser precedidas pela implantação de eventuais redes subterrâneas de serviços; altera a Lei 10.257/2001 para inserir o inciso XVII ao art. 2º, que exige a implantação de redes subterrâneas de serviços previamente às obras de pavimentação urbana; estabelece que a concessão de financiamento federal para obras viárias a Municípios sujeitos à obrigatoriedade do plano diretor fica condicionada ao atendimento da implantação de redes subterrâneas prévias às obras de pavimentação urbana.	Data: 12/12/2016 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: CO ORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP) Encaminhada à publicação. Parecer da Comissão de Desenvolvimento Urbano Publicado em avulso e no DCD de 13/12/16 PÁG. 121 COL. 01, Letra B. Inteiro teor	Câmara dos Deputados
135	PL 00886/2011 CD	Dep. Alfredo Sirkis - PV /RJ	Dispõe sobre o trânsito por propriedades privadas para o acesso a sítios naturais públicos.		Data: 25/07/2012 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: CO ORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP) Ao Arquivo - Memorando nº	Câmara dos Deputados

					165/12 - COPER Inteiro teor	
136	PL 01703/2011 CD	Dep. Jorge Tadeu Mudalen - DEM /SP	Dispõe sobre a instalação do denominado "Telhado Verde" e dá outras providências.		Data: 24/03/2017 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) Devolvido sem manifestação pelo Relator não-membro.	Câmara dos Deputados
137	PL 01562/2011 CD PLC 00017/2016 SF	Dep. Félix Mendonça Júnior - PDT /BA	Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, para estabelecer diretriz quanto à adoção de tecnologias construtivas ambientalmente adequadas.	Altera o Estatuto da Cidade (Lei 10.257/2001) para prever a compatibilização do estudo de impacto de vizinhança com o estudo prévio de impacto ambiental, os aspectos ambientais no plano diretor e a formulação e execução de medidas integradas voltadas à garantia da sustentabilidade ambiental nas regiões metropolitanas e aglomerações urbanas.	Data: 09/09/2016 Casa: Senado Federal Tramitação: SLSF - Secretaria Legislativa do Senado Federal Aguardando leitura de Requerimento de tramitação conjunta, de autoria do Senador José Pimentel. Situação: AGUARDANDO LEITURA DE REQUERIMENTO	Câmara dos Deputados

138	PL 02457/2011 CD PLS 00411/2007 SF	Marcelo Crivella	Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade), e a Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964, que dispõe sobre o Sistema Financeiro da Habitação, para instituir mecanismos de estímulo à instalação de sistemas de coleta, armazenamento e utilização de águas pluviais em edificações públicas e privadas.		Data: 10/05/2017 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão de Finanças e Tributação (CFT) Designado Relator, Dep. Lindomar Garçon (PRB-RO); Data: 04/10/2011 Casa: Senado Federal Tramitação: SEXPE - Secretaria de Expediente Remessa Ofício SF nº 1771 de 04/10/11, ao Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados encaminhando o projeto para revisão, nos termos do art. 65 da Constituição Federal (fls. 29 a 30). Situação: REMETIDA À CÂMARA DOS DEPUTADOS	Câmara dos Deputados

139	PL 08331/2015 CD PLS 00541/2011 SF	Sen. Aloysio Nunes Ferreira - PSDB /SP	Altera a Lei n° 10.257, de 10 de julho de 2001, que "regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências", e a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que "estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências", para dispor sobre acessibilidade nos passeios públicos.	Altera a Lei nº 10.257/2001, que regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências e a Lei nº 10.098/2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências, para garantir acessibilidade às pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida nos passeios públicos.	Data: 14/12/2015 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: CO ORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP) Encaminhada à publicação. Parecer da Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência Publicado em avulso e no DCD de 15/12/15 PÁG 181 COL 01, Letra B. Inteiro teor	Câmara dos Deputados

140	PL 02897/2008 CD PLC 00059/2010 SF	Miguel Martini	Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que "regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências" (Estatuto da Cidade), no que diz respeito à arborização urbana.	inclusão, no Estatuto da Cidade, de obrigação de o plano diretor do município conter diretrizes para o plano de arborização urbana, que deve estabelecer normas sobre o plantio e a conservação de árvores nos logradouros públicos e criar programa de educação ambiental para garantir a participação da população no trato da arborização.	Data: 21/12/2016 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) Apresentação do Parecer ao Substitutivo do Senado n. 1 CCJC, pelo Deputado Alessandro Molon (REDE-RJ). Inteiro teor Parecer às Emendas ou ao Substitutivo do Senado, Dep. Alessandro Molon (REDE-RJ), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do Substitutivo do Senado Federal ao PL 2897/2008. Inteiro teor; Data: 20/09/2013 Casa: Senado Federal Tramitação: SEXPE - Secretaria de Expediente Anexado o Ofício SF nº 2.118, de 20/09/2013, ao Senhor Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados encaminhando autógrafos do projeto para revisão, nos termos do art. 65 da Constituição Federal. (fls. 49 a 51). Situação:	Câmara dos Deputados

					REMETIDA À CÂMARA DOS DEPUTADOS	
141	PL 04095/2012 CD	Dep. Bohn Gass - PT /RS	Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho 2001, que regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências, no sentido da promoção do equilíbrio ambiental e das cidades sustentáveis.		Data: 24/11/2016 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP) Parecer recebido para publicação.; Data: 24/11/2016 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) Recebimento pela CCJC.;	Câmara dos Deputados

					Data: 24/11/2016 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: CO ORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP) Encaminhada à publicação. Parecer da Comissão de Finanças e Tributação Publicado em avulso e no DCD de 25/11/16, PÁG 615 COL 01, Letra C. Inteiro teor	
142	PL 05015/2013 CD	Dep. Félix Mendonça Júnior - PDT /BA	Inclui dispositivo na Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade), que prevendo, nas cidades com mais de duzentos mil habitantes, contrapartida pela valorização imobiliária decorrente do aumento do potencial construtivo ou da alteração de uso de solo.		Data: 04/05/2017 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) Apresentação do Parecer do Relator n. 2 CCJC, pelo Deputado Marcos Rogério (DEM-RO). Inteiro teor Parecer do Relator, Dep. Marcos Rogério (DEM-RO). Inteiro teor	Câmara dos Deputados

143	PL 06709/2009 CD PLS 00198/2009 SF	Rosalba Ciarlini	Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que "regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências", para acrescer dispositivos de controle social da política urbana e de habitação.		Data: 22/12/2009 Casa: Senado Federal Tramitação: SEXPE - Secretaria de Expediente Ofício SF nº 3214, de 22/12/09, ao Senhor Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados, encaminhando o Projeto para revisão, nos termos do art. 65 da Constituição Federal (fls. 21 a 22). Situação: REMETIDA À CÂMARA DOS DEPUTADOS; Data: 22/12/2009 Casa: Senado Federal Tramitação: SEXPE - Secretaria de Expediente Anexado o texto revisado (fls.20).; Data: 22/08/2016 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) Devolvida pelo Relator sem Manifestação.	Câmara dos Deputados

144	PL 02629/2011 CD	Dep. Fabio Faria - PSD /RN	Obriga a inclusão de ciclovias quando do projeto e da execução de obras rodoviárias federais.		Data: 19/05/2015 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) Apresentação do Parecer do Relator n. 1 CCJC, pelo Deputado Veneziano Vital do Rêgo (PMDB-PB). Inteiro teor Parecer do Relator, Dep. Veneziano Vital do Rêgo (PMDB-PB), pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação deste, na forma do Substitutivo da Comissão de Viação e Transportes. Inteiro teor	Câmara dos Deputados
145	PL 05420/2013 CD PLS 00356/2011 SF	Sen. Ana Amelia - PP /RS	Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências, denominado Estatuto da Cidade, para instituir o dever da	Altera a Lei nº 10.257/2001 que "regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências", denominado Estatuto da Cidade, para instituir o dever da União de prestar assistência técnica e financeira aos minicípios para elaboração do Plano	Data: 27/03/2017 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão de Finanças e Tributação (CFT) Devolvido ao Relator, Dep. Benito Gama (PTB-BA), para atualizar a legislação orçamentária.	Câmara dos Deputados

			União de prestar assistência técnica e financeira aos municípios para elaboração do Plano Diretor e de outras normas dele decorrentes.	Diretor e de outras normas dele decorrentes.		
146	PL 03228/2008 CD PLS 00350/2005 SF	Sen. Antonio Carlos Valadares - PSB /SE	Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, (Estatuto da Cidade), para determinar a priorização dos meios de transporte de propulsão humana sobre os motorizados e do transporte coletivo sobre o individual.		Data: 17/05/2017 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Indeferido o Requerimento n. 6.307/2017, conforme despacho do seguinte teor: "Indefiro o pedido contido no Requerimento n. 6.307/2017, porque a matéria versada no Projeto de Lei n. 3.228/2008 não se enquadra no campo temático da Comissão de Viação e Transporte, delimitado no inciso XX do art. 32 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados. Publique-se. Oficie-se.".;	Câmara dos Deputados

					Data: 09/04/2008 Casa: Senado Federal Tramitação: SEXPE - Secretaria de Expediente Ofício SF nº 461 de 09/04/08, ao Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados encaminhando o projeto para revisão, nos termos do art. 65 da Constituição Federal (fls. 31 a 32). Situação: REMETIDA À CÂMARA DOS DEPUTADOS	
147	PL 06462/2009 CD PLS 00205/2008 SF	Renato Casagrande	Modifica a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que "estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico; altera as Leis nºs 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.036, de 11 de maio de 1990, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; revoga a Lei nº 6.528,	Altera requisitos para a elaboração e plano diretor; estabelece exigências a elaboração de plano específico para a drenagem e manejo das águas pluviais urbanas, considerando o determinado no plano diretor; determina que a União atuará supletivamente no mapeamento das áreas de risco, apoiando as demais entidades da Federação.	Data: 19/11/2009 Casa: Senado Federal Tramitação: SEXPE - Secretaria de Expediente Ofício SF nº 2629 de 19/11/09, ao Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados encaminhando o projeto para revisão, nos termos do art. 65 da Constituição Federal (fls. 27 a 28). Situação: REMETIDA À CÂMARA DOS DEPUTADOS;	Câmara dos Deputados

			de 11 de maio de 1978; e dá outras providências", para determinar que o planejamento para a prestação de serviços de saneamento básico inclua sistemas de redução da velocidade de escoamento de águas pluviais.		Data: 08/12/2016 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) Apresentação do Parecer do Relator n. 2 CCJC, pelo Deputado Hildo Rocha (PMDB-MA). Inteiro teor Parecer do Relator, Dep. Hildo Rocha (PMDB-MA), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste, e pela inconstitucionalidade do PL 3252/2012, apensado. Inteiro teor	
148	PL 03252/2012 CD PLS 00432/2011 SF	Sen. Ana Rita - PT /ES	Altera a Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano, e a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico, para estimular a adoção de medidas voltadas para o amortecimento e a retenção das águas	Estabelece requisitos aos índices urbanísticos de parcelamento do solo urbano, concernentes ao aproveitamento, impermeabilização e excedente máximo de chuvas carreado para a rede pública; trata, também, da disciplina para o aproveitamento de águas pluviais em lotes urbanos.	Data: 13/06/2012 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) Recebimento pela CCJC, apensado ao PL-6462/2009	Câmara dos Deputados

			pluviais em áreas urbanas.			

149	PL 06905/2017 CD PLS 00504/2013 SF	Sen. Wilder Morais PP/GO	Altera o Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, que dispõe sobre a desapropriação por utilidade pública, para dispor sobre a desapropriação para reparcelamento do solo.	Altera o Decreto-Lei nº 3365/41 – que Dispõe sobre desapropriações por utilidade pública – para estabelecer que a desapropriação poderá abranger área contígua necessária ao desenvolvimento da obra ou destinada a reparcelamento do solo; define reparcelamento do solo; estabelece que os lotes resultantes de reparcelamento do solo e as unidades imobiliárias sobre eles eventualmente edificadas poderão ser incorporados ao patrimônio público na condição de bens dominicais ou alienados a terceiros; determina que na hipótese de reparcelamento do solo integrado a obra pública, a declaração de utilidade pública deverá delimitar as áreas indispensáveis à realização da obra e as que se destinam ao reparcelamento; condiciona a declaração de utilidade pública para	Data: 19/04/2017 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão de Desenvolvimento Urbano (CDU) Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas.	Senado Federal

				reparcelamento do solo à prévia aprovaçã		

150	PL 00816/2011 CD	Dep. Rubens Bueno - PPS /PR	Dispõe sobre a regulamentação de novas profissões		Data: 05/05/2016 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) Devolvida sem Manifestação.	Câmara dos Deputados
151	PL 01004/2011 CD	Dep. Efraim Filho - DEM /PB	Dispõe sobre as contribuições dos Conselhos Profissionais.		Data: 08/07/2016 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP) Designado Relator, Dep. Bebeto (PSB-BA)	Câmara dos Deputados
152	PL 04029/2008 CD PLC 00010/2017 SF	Dep. Carlos Bezerra - PMDB /MT	Proíbe impedimentos e restrições a profissionais liberais estrangeiros, atuando legalmente no País.	Altera a Lei nº 6.815, de 1980. Revoga dispositivo que veda ao estrangeiro participar da administração ou representação de sindicato ou associação profissional, bem como de entidade fiscalizadora do exercício de profissão regulamentada.	Data: 04/04/2017 Casa: Senado Federal Tramitação: CAS - Comissão de Assuntos Sociais A Presidente da Comissão, Senadora Marta Suplicy, designa o Senador Ricardo Ferraço Relator da matéria. O processado da matéria permanecerá na Secretaria da Comissão, conforme o art. 6º da Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 4, de 2015. Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA	Câmara dos Deputados

153	PL 05680/2013 CD	Dep. Glauber Braga - PSB /RJ	Dispõe sobre a escolha dos membros dos Conselhos Federais e Regionais incumbidos da fiscalização do exercício profissional.		Data: 17/05/2017 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP) Designado Relator, Dep. Benjamin Maranhão (SD-PB)	Câmara dos Deputados
154	PL 06814/2017 CD PLS 00559/2013 SF	Senado Federal	Institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.	Estabelece normas gerais de licitações e contratos administrativos no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Revoga a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 (Lei das Licitações), a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 (que instituiu a modalidade de pregão nas licitações) e os arts. 1 a 47 da Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011 (Regime Diferenciado de Contratações – RDC). (Projeto da nova lei de licitações, da Comissão Temporária de modernização da Lei de Licitações e Contratos).	Data: 30/03/2017 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Apense-se a este(a) o(a) PL-7228/2017. Inteiro teor	Câmara dos Deputados

155	PL 02861/2008 CD PLS 00227/2005 SF	Sen. Alvaro Dias - PSDB /SP ALVARO DIASVER IMAGEM DAS ASSINATURAS	Altera a Lei nº 4.950-A, de 22 de abril de 1966, para estender aos técnicos de nível médio, regularmente inscritos nos Conselhos Regionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, e nos de Química, o piso salarial mínimo.		Data: 30/03/2017 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: PLENÁRIO (PLEN) Apresentação do Requerimento de Inclusão na Ordem do Dia n. 6187/2017, pelo Deputado Sabino Castelo Branco (PTB-AM), que: "Requer inclusão na Ordem do Dia do PL nº 2.861/2008, que Altera a Lei nº 4.950-A/1966, que estende aos técnicos de nível médio, regularmente inscritos nos Conselhos Regionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, e nos de Química, o piso salarial mínimo". Inteiro teor; Data: 21/02/2008 Casa: Senado Federal Tramitação: SEXPE - Secretaria de Expediente Ofício SF nº 93 de 20/02/08, ao Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados encaminhando o projeto para revisão, nos termos do art. 65 da Constituição Federal (fls. 30 a 31). Situação: REMETIDA	Câmara dos Deputados

					À CÂMARA DOS DEPUTADOS	

156	PL 07699/2006 CD SCD 00004/2015 SF	Sen. Paulo Paim - PT /RS	Institui a Lei Brasileira da Inclusão da Pessoa com Deficiência; altera as Leis nºs 4.737, de 15 de julho de 1965, 7.853, de 24 de outubro de 1989, 8.036, de 11 de maio de 1990, 8.078, de 11 de setembro de 1990, 8.213, de 24 de julho de 1991, 8.313, de 23 de dezembro de 1991, 8.429, de 2 de junho de 1992, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.742, de 7 de dezembro de 1993, 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, 9.029, de 13 de abril de 1995, 9.250, de 26 de dezembro de 1995, 9.503, de 23 de setembro de 1997, 9.615, de 24 de março de 1998, 10.048, de 8 de novembro de 2000, 10.098, de 19 de dezembro de 2000, 10.257, de 10 de julho	Institui a Lei Brasileira da Inclusão da Pessoa com Deficiência, destinada a assegurar e promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e liberdades fundamentais pela pessoa com deficiência, visando a sua inclusão social e cidadania.	Data: 24/09/2015 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Recebimento do Ofício nº 393/15 (CN) comunicando resultado da apreciação do veto. Resultado: mantido o veto parcial aposto ao Projeto de Lei.	Senado Federal

			de 2001, 10.406, de 10 de janeiro de 2002, 11.126, de 27 de junho de 2005, 11.904, de 14 de janeiro de 2009, e 12.587, de 3 de janeiro de 2012, e a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943; e revoga dispositivo da Lei nº 9.008, de 21 de março de 1995.			

157	PL 05013/2013 CD PLS 00293/2012 SF	Sen. Vital do Rego - PMDB /PB	Estabelece normas gerais de política urbana e de proteção à saúde e ao meio ambiente associadas à implantação e ao compartilhamento da infraestrutura de telecomunicações.	Altera a Lei nº 9.472, de 1997 e a Lei nº 11.934, de 2009.	Data: 24/09/2015 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Recebimento do Ofício nº 365/15 (CN) comunicando resultado da apreciação do veto. Resultado: mantido o veto parcial aposto ao Projeto de Lei.	Câmara dos Deputados
158	PL 03443/2012 CD PLC 00070/2013 SF	Dep. Pedro Uczai - PT /SC	Dispõe sobre a expedição de carteiras de registro profissional.	Estabelece a expedição de carteiras profissionais provisórias com validade de 180 (cento e oitenta) dias.	Data: 10/03/2015 Casa: Senado Federal Tramitação: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Matéria aguardando distribuição. Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR	Senado Federal

159	PL 00866/2011 CD	Dep. Onofre Santo Agostini - DEM /SC	Dispõe sobre a construção e reforma de postos revendedores de combustíveis, estabelece a obrigatoriedade na execução de medidas preventivas de proteção ao meio ambiente e de segurança contra explosões e incêndios, e da outras providências.		Data: 22/04/2015 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Defiro o Requerimento n. 1.321/2015, nos termos do art. 141 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados - RICD, e revejo o despacho inicial aposto ao Projeto de Lei n. 866/2011 para incluir a Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio. Por versar a referida proposição matéria de competência de mais de três Comissões de mérito, consoante o disposto no art. 34, II, do RICD, decido pela criação de Comissão Especial. Publique-se. Oficie-se.[ATUALIZAÇÃO DO DESPACHO DO PL n. 866/2011: às CDEIC, CME, CDU, CMADS e CCJC (art. 54 do RICD) - Proposição sujeita à apreciação do Plenário. Regime de tramitação: Urgência do art. 155 do RICD.] Inteiro teor	Câmara dos Deputados

160	PL 06179/2009 CD	Dep. Bonifacio de Andrada - PSDB /MG	Dispõe sobre o Bacharelado em Segurança do Trabalho e dá outras disposições.	Altera a Lei nº 7.410, de 1985.	Data: 02/02/2017 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP) Encaminhada à publicação. Parecer da Comissão de Educação e Cultura Publicado no DCD de 03/02/17, PÁG 1525 COL 01, Letra B.VOL II. Inteiro teor	Câmara dos Deputados
161	PL 04923/2013 CD	Dep. Nilda Gondim - PMDB /PB	Dispõe sobre as obrigações que devem ser observadas por proprietários, administradores e responsáveis por boates, casas de shows, bares, restaurantes e estabelecimentos congêneres, que funcionem em locais fechados, estabelecendo maior rigor para a liberação de seus alvarás de funcionamento.		Data: 06/07/2016 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: PLENÁRIO (PLEN) - 14:00 Sessão Deliberativa Ordinária Matéria não apreciada em face do encerramento da Sessão.	Câmara dos Deputados

162	PL 01391/2011 CD PLC 00024/2013 SF	Dep. Penna - PV /SP	Dispõe sobre a regulamentação do exercício profissional de Designer e dá outras providências.	Dispõe sobre a regulamentação do exercício profissional de Designer. Define Designer, para os fins da Lei, como todo aquele que desempenha atividade especializada de caráter técnico-científico, criativo e artístico para a elaboração de projetos de design passíveis de seriação ou industrialização que atendam, tanto no aspecto de uso quanto no aspecto de percepção, necessidades materiais e de informação visual; dispõe sobre as exigências para o exercício da profissão de designer; define as atribuições do designer; estabelece que a expressão design só poderá constar da denominação de sociedade não empresária ou simples de prestação de serviços cuja diretoria for composta, em sua maioria, por designers conforme definido na Lei; dispõe sobre o exercício ilegal da	Data: 17/12/2015 Casa: Senado Federal Tramitação: SARQ - Secretaria de Arquivo Devolvido e arquivado.	Senado Federal

				profissão de design; estabelece		

163	PL 04875/2012 CD	Dep. Reinaldo Azambuja - PSDB /MS	Institui a data de 15 de dezembro como o Dia Nacional do Arquiteto e do Urbanista.		Data: 18/07/2013 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP) Ao Arquivo - Memorando nº 120/13 - COPER Inteiro teor	Câmara dos Deputados
164	PL 03460/2004 CD PLC 00005/2014 SF	Dep. Walter Feldman - PSDB /SP	Institui o Estatuto da Metrópole, altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, e dá outras providências.	Cria o "Estatuto da Metrópole".	Data: 13/03/2015 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Recebimento do Ofício nº 91/15 (CN) comunicando resultado da apreciação do veto. Resultado: mantido o veto parcial aposto ao Projeto de Lei.; Data: 10/04/2015 Casa: Senado Federal Tramitação: SARQ - Secretaria de Arquivo Arquivado.	Congresso Nacional
165	PL 04931/2013 CD	Dep. Ronaldo Fonseca - PR /DF	Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, e a Lei nº 12.379, de 6 de janeiro de 2011, estabelecendo requisitos para a aplicação de recursos	Exige a instalação de sistema de drenagem, rede de abastecimento de água e rede de esgotos.	Data: 08/12/2016 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão de Finanças e Tributação (CFT) Recebimento pela CFT, apensado ao PL-5858/2013	Câmara dos Deputados

			públicos na pavimentação das vias urbanas e rodovias.			
166	PL 07709/2007 CD PLC 00032/2007 SF	Poder Executivo	Altera dispositivos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o inciso XXI do art. 37 da Constituição Federal; institui normas para licitações e contratos da Administração Pública; e dá outras providências.	Possibilita o uso de sistema eletrônico em todas as modalidades de licitação, incluindo o pregão eletrônico, desde que certificado digitalmente por autoridade certificadora credenciada pelo ICP-Brasil. Programa de Aceleração do Crescimento - PAC.	Data: 30/03/2015 Casa: Senado Federal Tramitação: SARQ - Secretaria de Arquivo Arquivado.	Senado Federal
167	PL 01650/2015 CD	Dep. FABIO GARCIA - PSB /MT	Altera a Lei n.º 11.079, de 30 de dezembro de 2004, que institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública.		Data: 27/03/2017 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviço (CDEICS) Recebimento pela CDEICS, apensado ao PL-7063/2017 Recebimento pela CDEICS, apensado ao PL-7063/2017	Câmara dos Deputados

168	PL 04947/2013 CD PLC 00056/2014 SF	Dep. Onofre Santo Agostini PSD	Altera o art. 28 da Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 - Estatuto da Cidade, para vedar o direito de outorga onerosa do direito de construir às casas noturnas, boates, casas de espetáculos ou afins.	Altera o art. 28 da Lei nº 10.257/2001 (Estatuto da cidade) para vedar a concessão do direito de outorga onerosa do direito de construir (emitida pelo Município para que o proprietário de um imóvel edifique acima do limite estabelecido no plano diretor, mediante pagamento) às casas noturnas, boates, casas de espetáculos ou afins.	Data: 10/03/2015 Casa: Senado Federal Tramitação: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Matéria aguardando distribuição. Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR	Senado Federal
169	PL 00963/2015 CD	Dep. TEREZA CRISTINA - PSB /MS	Acrescenta o art. 9º-A a Lei 11.788, de 25 de setembro de 2008, dispondo sobre a prioridade de alunos de instituições de ensino superior públicas na realização de estágio em obras públicas.		Data: 10/04/2015 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP) Encaminhada à publicação. Publicação Inicial em avulso e no DCD de 11/04/15 PÁG 38 COL 01. Inteiro teor; Data: 10/04/2015 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP) Recebimento pela CTASP.	Câmara dos Deputados

170	PL 04697/2012 CD	Dep. Damiao Feliciano - PDT /PB	Dispõe sobre reserva de vagas para alunos oriundos da rede pública de ensino nos contratos e convênios de estágio.		Data: 10/02/2017 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Apense-se a este(a) o(a) PL-6747/2016. Inteiro teor	Câmara dos Deputados
171	PL 00840/2011 CD PLC 00016/2016 SF	Dep. Chico Alencar - PSOL /RJ	Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, e a Lei nº 12.340, de 1º de dezembro de 2010, tendo em vista assegurar medidas de prevenção de enchentes, deslizamentos de terra e eventos similares.	Estabelece requisitos exigíveis ao plano diretor, de modo que este seja compatível com as disposições insertas nos planos de recursos hídricos; determina que para áreas consideradas em especial risco de enchentes, deve ser elaborado plano específico para a drenagem e manejo das águas pluviais urbanas e designa atuação supletiva da União junto aos demais entes da Federação quanto ao mapeamento das áreas de risco.	Data: 08/09/2016 Casa: Senado Federal Tramitação: SLSF - Secretaria Legislativa do Senado Federal Aguardando leitura de requerimento do Senador José Pimentel, que solicita a tramitação em conjunto dos PLS nºs 65/2014; 396/2014; 15/2015; 51/2015; 667/2015; 745/2015; e 58/2016, com os PLCS nºs 56/2014; 109/2014; 16/2016; e 17/2016. A leitura se dará quando todas as matérias estiverem sobre a mesa, nos termos do art. 266, do RISF. Situação: AGUARDANDO LEITURA DE REQUERIMENTO	Câmara dos Deputados

172	PL 04566/2008 CD PLC 00103/2015 SF	Comissão de Legislação Participativa	Dispõe sobre a remuneração das contas vinculadas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS; estabelece regime de transição para o aumento dessa remuneração; altera a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990; e dá outras providências.	Altera a Lei do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para dispor sobre a remuneração das contas vinculadas do FGTS e estabelecer regime de transição, até 2019, para o aumento dessa remuneração. Os depósitos efetuados a partir de 2016 serão contabilizados em novas contas vinculadas e serão remunerados por meio dos mesmos parâmetros fixados para os depósitos de poupança. Os saques serão debitados, inicialmente, do saldo das novas contas vinculadas.	Data: 24/08/2015 Casa: Senado Federal Tramitação: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Matéria aguardando distribuição. Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR; Data: 20/08/2015 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão de Finanças e Tributação (CFT) Devolução à CCP	Senado Federal

173	PL 01358/2015 CD	Dep. Paulo Pereira da Silva - SD /SP	Acresce parágrafo ao art. 13 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que "Dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, e dá outras providências.	Trata da remuneração dos depósitos efetuados nas contas vinculadas do FGTS.	Data: 18/08/2015 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: PLENÁRIO (PLEN) Declarado prejudicado em face da aprovação do Substitutivo adotado pela Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público ao PL 4.566/2008, principal. (Sessão Deliberativa Extraordinária de 18/8/2015 - 20h1min).Desapensação automática deste do PL 4.566/2008, principal, em face da declaração de prejudicialidade deste e do seu consequente arquivamento.	Câmara dos Deputados
174	PL 02381/2015 CD PLC 00213/2015 SF	Dep. Luiz Carlos Busato - PTB /RS	Institui a data de 15 de dezembro como o Dia Nacional do Arquiteto e do Urbanista.	Institui a data de 15 de dezembro como o Dia Nacional do Arquiteto e do Urbanista.	Data: 19/12/2016 Casa: Senado Federal Tramitação: PLEN - Plenário do Senado Federal Encaminhado à assessoria a pedido.; Data: 19/12/2016 Casa: Senado Federal Tramitação: PLEN - Plenário do Senado Federal Aguardando inclusão em Ordem do Dia. Discussão, em turno único.;	Senado Federal

					Data: 19/12/2016 Casa: Senado Federal Tramitação: ATRS GM - Assessoria Técnica Juntado ao processado do PLC nº 213, de 2015, original de manifestação do Oficio CAU/BR nº 405/2016-PR, e cópia da carta resposta encaminhada pelo Secretário-Geral da Mesa, Luiz Fernando Bandeira de Mello. (fls.13/14).	
175	PL 01868/2015 CD	Dep. Felipe Bornier - PROS /RJ	Altera a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, que "dispõe sobre o Programa Minha Casa Minha vida", e a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, que "estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências".	Estabelece condições para fomentar a implantação de sistema de energia solar nas novas edificações comerciais e residenciais, bem como a definição de mecanismos para garantir o uso de sistema de captação e reaproveitamento da água.	Data: 26/06/2015 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CMADS) Recebimento pela CMADS.	Câmara dos Deputados

176	PL 02725/2011 CD PLC 00109/2014 SF	Romero Rodrigues	Acrescenta dispositivo à Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências.	Proíbe às associações de moradores a cobrança de taxas dos moradores de vilas ou vias públicas de acesso fechado.	Data: 18/11/2014 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Remessa ao Senado Federal por meio do Of. nº 288/14/PS-GSE. Inteiro teor; Data: 01/12/2016 Casa: Senado Federal Tramitação: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Devolvido pelo Senador Romero Jucá, mantendo o voto favorável ao Projeto. Matéria pronta para a Pauta na Comissão. Situação: PRONTA PARA A PAUTA NA COMISSÃO	Senado Federal

177	PL 02459/2015 CD	Carlos Marun - PMDB/MS	Altera a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que "Dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, e dá outras providencias".	Trata da composição do Conselho Curador do FGTS e dos critérios para distribuição do resultado financeiro obtido pelo FGTS no exercício anterior, mediante crédito nas contas vinculadas.	Data: 18/08/2015 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: PLENÁRIO (PLEN) Declarado prejudicado em face da aprovação do Substitutivo adotado pela Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público ao PL 4.566/2008, principal. (Sessão Deliberativa Extraordinária de 18/8/2015 - 20h1min).Desapensação automática deste do PL 4.566/2008, principal, em face da declaração de prejudicialidade deste e do seu consequente arquivamento.	Câmara dos Deputados

178	PL 02020/2007 CD PLC 00033/2014 SF	Elcione Barbalho - PMDB/PA	Dispõe sobre normas gerais de segurança em casas de espetáculos e similares.	Estabelece diretrizes gerais para todo o país sobre medidas de prevenção e combate a incêndio e a desastres em estabelecimentos, edificações e áreas de reunião de público, a cargo dos municípios e do corpo de bombeiros; entre outros pontos, dispõe que os engenheiros e arquitetos, o corpo de bombeiros, a prefeitura municipal, os proprietários de estabelecimentos e os promotores de eventos observarão as normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) ou de outra entidade credenciada pelo Conselho Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (CONMETRO); responsabiliza, por improbidade administrativa, o prefeito que deixar de prever as medidas de prevenção e combate a incêndio e desastres no planejamento urbano ou	Data: 18/04/2017 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Recebimento do Ofício nº 195/2017 (CN) comunicando veto parcial e encaminhando cópia da Mensagem e autógrafo do projeto vetado.	Câmara dos Deputados

				exceder os prazos para concessão de alvará de		

179	PL 02313/2015 CD	Dep. CARLOS MANATO - SD /ES	Disciplina o regime de transparência da gestão financeira dos conselhos profissionais e dá outras providências.		Data: 26/08/2015 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: PLENÁRIO (PLEN) Apresentação do Requerimento de Urgência (Art. 155 do RICD) n. 2810/2015, pelos Deputados Maurício Quintella Lessa, Líder do PR e outros Líderes, que: "Com base no art. 155 do Regimento Interno, requeremos regime de urgência para apreciação do PL nº 2.313/2015". Inteiro teor	Câmara dos Deputados
180	PL 05068/2016 CD PLS 00212/2008 SF	Sen. Cristovam Buarque PPS/DF	Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade), para instituir diretriz a ser observada pelos Municípios, com vistas a estabelecer padrões adequados de acessibilidade e conforto para as dependências internas, inclusive aquelas reservadas para moradia de	Visa estabelecer a garantia de condições dignas nas instalações reservadas à moradia e área de serviço dos trabalhadores domésticos, mediante observações de requisitos mínimos de espaço para quartos e banheiros, ventilação, iluminação, ergonomia, conforto, privacidade e qualidade de materiais e equipamentos utilizados.	Data: 04/08/2016 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP) Encaminhada à publicação. Parecer da Comissão de Desenvolvimento Urbano Publicado em avulso e no DCD de 05/08/16 PÁG 51 COL 01, Letra A. Inteiro teor	Senado Federal

			trabalhadores domésticos.			
181	PL 00138/2011 CD PLC 00159/2015 SF	Dep. Weliton Prado - PMB /MG	Dispõe sobre normas de segurança e de manutenção em brinquedos dos parques infantis localizados em áreas de uso coletivo e em estabelecimentos de educação infantil e de ensino fundamental.	Estabelece normas de segurança e de manutenção em brinquedos playgrounds localizados em áreas de uso coletivo, públicas ou privadas, e determina sanções para o descumprimento de suas determinações, na forma que especifica. Estabelece que a Lei entra em vigor em 1º de janeiro do ano	Data: 07/04/2017 Casa: Senado Federal Tramitação: PLEN - Plenário do Senado Federal Aguardando inclusão em Ordem do Dia do Requerimento nº 201, de 2017, do Senador Romero Jucá, que solicita audiência da CCJ. Situação: AGUARDANDO INCLUSÃO ORDEM DO DIA DE REQUERIMENTO;	Senado Federal

				seguinte ao de sua publicação oficial.	Data: 07/04/2017 Casa: Senado Federal Tramitação: SEADI - Secretaria de Atas e Diários Encerrou-se, no dia 6 de abril, o prazo para apresentação de emendas ao presente projeto. Não foram oferecidas emendas. A matéria aguardará a inclusão em Ordem do Dia de requerimento de audiência da CCJ. Situação: AGUARDANDO INCLUSÃO ORDEM DO DIA DE REQUERIMENTO; Data: 07/04/2017 Casa: Senado Federal Tramitação: SLSF - Secretaria Legislativa do Senado Federal Encaminhado ao Plenário para comunicação do término de prazo para apresentação de emendas.	

182	PL 02863/2015 CD	Veneziano Vital do Rêgo - PMDB/PB	Institui o Dia Nacional do Cientista Político.		Data: 17/09/2015 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: CO ORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP) Encaminhada à publicação. Publicação Inicial no DCD de 18/09/15 PÁG 250 COL 01. Inteiro teor	
183	PL 03046/2015 CD PLS 00502/2011 SF	Paulo Paim - PT/RS	Altera o art. 8º da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, para estabelecer a obrigatoriedade de a administração pública divulgar os nomes, currículos, endereços, telefones e endereços eletrônicos de seus dirigentes.	Dispõe que a pessoa jurídica integrante da administração pública indireta federal deve divulgar, inclusive na internet, os nomes e currículos de conselheiros, dirigentes e assessores de nível superior, bem como seus meios de contato, no mínimo, endereços, telefones e emails institucionais. Estabelece o conceito de dirigente e de assessor de nível superior. Dispõe que a lei tem vigência após 45 dias de sua publicação.	Data: 18/02/2016 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP) Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas.	Câmara dos Deputados

184	PL 00359/2011 CD	Dep. Julio Lopes - PP /RJ	Dispõe sobre a obrigatoriedade da Administração Pública integrante dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e das fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público exigir que os produtos, processos, sistemas construtivos, componentes e serviços de Construção Civil ao serem adquiridos, estejam em estrita observância ao estabelecido no âmbito do Sistema Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial-Sinmetro.		Data: 06/04/2017 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão de Finanças e Tributação (CFT) Devolvida pelo Relator sem Manifestação.	Câmara dos Deputados
185	PL 05733/2009 CD PLS 00023/2004 SF	Marcelo Crivella - PRB/RJ	Altera, com vistas a fomentar a utilização da energia solar, a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade), para instituir diretriz a		Data: 19/04/2017 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão de Finanças e Tributação (CFT) Designado Relator, Dep. Uldurico Junior (PV-BA);	Câmara dos Deputados

			ser observada pelos Municípios, e a Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964, para condicionar a obtenção de financiamento no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação (SFH).		Data: 10/08/2009 Casa: Senado Federal Tramitação: SEXPE - Secretaria de Expediente Ofício SF 1569, de 07/08/2009, ao Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados, encaminhando o projeto para revisão, nos termos do art. 65 da Constituição Federal. Situação: REMETIDA À CÂMARA DOS DEPUTADOS	
186	PL 07898/2014 CD PLC 00022/2016 SF	Dep. Carlos Bezerra - PMDB /MT	Altera os §§ 3º e 4 do art. 24 da Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, para estender o prazo exigido para a apresentação dos Planos de Mobilidade Urbana.	Aumenta para 6 (seis) anos a apresentação dos Planos de Mobilidade Urbana.	Data: 10/02/2017 Casa: Senado Federal Tramitação: COARQ - Coordenação de Arquivo Recebido e arquivado.	Senado Federal
187	PL 03788/2015 CD	Dep. CARLOS HENRIQUE GAGUIM - PMDB /TO	Proíbe a inauguração de obra pública que não disponha de termo de recebimento definitivo, e dá outras providências.		Data: 09/12/2015 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) Recebimento pela CCJC.;	Câmara dos Deputados

					Data: 09/12/2015 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: CO ORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP) Encaminhada à publicação. Publicação Inicial em avulso e no DCD de 10/12/15 PÁG 190 COL 01. Inteiro teor	
188	PL 03778/2015 CD	Dep. Felipe Bornier - PROS /RJ	Dá nova redação ao parágrafo 2º do art. 32 da Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015, que "Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).".	Nos programas habitacionais públicos, os critérios de financiamento devem ser compatíveis com os rendimentos da pessoa com deficiência ou de sua família contemplando obrigatoriamente a redução das taxas de financiamentos.	Data: 15/09/2016 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão de Desenvolvimento Urbano (CDU) Devolvido ao Relator, Dep. Carlos Marun (PMDB-MS)	Câmara dos Deputados
189	PL 03772/2015 CD	Dep. GIUSEPPE VECCI - PSDB /GO	Dispõe sobre medidas de abertura da economia no Brasil e de licitações.	Altera as Leis nº 10.406, de 2002; 8.934, de 1994; 5. 194, de 1966; 8.666, de 1993; 8.248, de 1991. Revoga dispositivos das Leis nº 11.578, de 2007; 9.478, de1997; e 12. 351, de 2010.	Data: 04/12/2015 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: CO ORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP) Encaminhada à publicação. Publicação Inicial em avulso e no DCD de 05/12/15 PÁG 56 COL 01. Inteiro teor	Câmara dos Deputados

190	PL 03610/2015 CD	Dep. Vitor Valim - PMDB /CE	Altera a Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, que regula o exercício das profissões de Engenheiro, Arquiteto e Engenheiro-Agrônomo, e dá outras providências, estendendo o tempo em que as placas com os nomes dos responsáveis técnicos pelas obras devem ficar nos recintos.		Data: 26/12/2016 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP) Devolvida pelo Relator sem Manifestação.	Câmara dos Deputados
191	PL 03636/2015 CD PLS 00105/2015 SF	RICARDO FERRAÇO	Altera a Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, e a Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, para permitir que o Ministério Público e a Advocacia Pública celebrem acordo de leniência, de forma isolada ou em conjunto, no âmbito da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, e dá outras providências.	Revogam-se o § 1º do art. 17 da Lei nº 8.429, de 1992, e o inciso I do § 1º do art. 16 da Lei nº 12.846, de 2013.	Data: 16/11/2015 Casa: Senado Federal Tramitação: SEXPE - Secretaria de Expediente Anexada cópia do Ofício SF nº 1.756, de 16/11/2015, ao Senhor Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados encaminhando autógrafos do projeto para revisão, nos termos do art. 65 da Constituição Federal. (fls. 65 a 69). Situação: REMETIDA À CÂMARA DOS DEPUTADOS;	Câmara dos Deputados

					Data: 16/11/2015 Casa: Senado Federal Tramitação: ATA-PLEN - SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO Encerrou-se no dia 13 de novembro o prazo fixado no art. 91, §§ 3º ao 5º, do RISF, sem interposição de recurso ali previsto, no sentido da apreciação pelo Plenário da matéria. Tendo sido aprovado terminativamente pela Comissão competente, a matéria vai à Câmara dos Deputados. Situação: APROVADA; Data: 16/11/2015 Casa: Senado Federal Tramitação: SSCL SF - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO Encaminhado ao Plenário para comunicação do término de prazo para interposição de recurso.;	

					Data: 08/11/2016 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: PLENÁRIO (PLEN) Apresentação do Requerimento de Urgência (Art. 155 do RICD) n. 5471/2016, pelo Líderes, que: "Requeremos, nos termos do artigo 155 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, urgência para apreciação do Projeto de Lei n. 3636, de 2015, que altera a Lei n. 12.846,de 1º de agosto de 2013, e a Lei n. 8.429, de 2 de junho de 1992, para permitir que o Ministério Público e a Advocacia Pública celebrem acordo de leniência, de forma isolada ou em conjunto, no âmbito da Lei n. 12.846, de lº de agosto de 2013, e dá outras providências.". Inteiro teor	

192	PL 08084/2014 CD PLS 00437/2012 SF	Sen. José Agripino - DEM /RN	Disciplina a criação e a organização das associações denominadas empresas juniores, com funcionamento perante instituições de ensino superior.	Estabelece a definição de empresas juniores como associações civis inscritas no CNPJ composta por estudantes matriculados em cursos de graduação de instituições de ensino superior. Define as formas de admissão às empresas juniores. Estabelece os serviços que devem ser prestados pelas empresas juniores, os fins a serem contemplados e os princípios com os quais devem estar comprometidas. Dispõe sobre os deveres e as vedações acerca das atividades das empresas juniores.	Data: 27/05/2016 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Recebimento do Ofício nº 228/2016 (CN) comunicando resultado da apreciação do veto. Resultado: mantido o veto parcial aposto ao Projeto de Lei.	Câmara dos Deputados

193	PL 02579/1992 CD PLC 00057/1994 SF	VASCO FURLAN - PDS/SC	Dispõe sobre o funcionamento dos Conselhos Federais de Fiscalização Profissional e sobre a correção monetária das importâncias devidas aos integrantes das respectivas classes e dos órgãos regionais.		Data: 11/04/2012 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: PLENÁRIO (PLEN) Apresentação do Requerimento n. 4923/2012, pelo Deputado Romero Rodrigues (PSDB-PB), que: "Solicita inclusão na Ordem do Dia do Projeto de Lei nº 2579 de 1992, que "Dispõe sobre o funcionamento dos Conselhos Federais de Fiscalização Profissional e sobre a correção monetária das importâncias devidas aos integrantes das respectivas classes e dos órgãos regionais"". Inteiro teor	Câmara dos Deputados
194	PL 03568/2015 CD	Dep. Lincoln Portela - PRB /MG	Acrescenta artigo à Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, que Regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial, institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), e dá outras providências, para permitir a concessão		Data: 19/04/2017 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP) Encerrado o prazo para emendas ao substitutivo. Não foram apresentadas emendas ao substitutivo.	Câmara dos Deputados

			e a percepção do benefício aos inscritos em cadastro de empregadores ou em conselhos de fiscalização profissional.			
195	PL 02546/2015 CD	Dep. Vinicius Carvalho - PRB /SP	Altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação para permitir que as Universidades possam fixar seus currículos com o auxílio dos Conselhos de Fiscalização Profissional.		Data: 18/05/2017 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão de Educação (CE) Apresentação do Parecer do Relator n. 3 CE, pela Deputada Rosangela Gomes (PRB-RJ). Inteiro teor Parecer da Relatora, Dep. Rosangela Gomes (PRB-RJ), pela aprovação, com substitutivo. Inteiro teor	Câmara dos Deputados
196	PL 01944/2015 CD	Dep. VENEZIANO VITAL DO RÊGO - PMDB /PB	Dispõe sobre a obrigatoriedade de os conselhos de fiscalização de profissões regulamentadas disponibilizarem meios de acesso público para consulta a informações		Data: 21/06/2016 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas.	Câmara dos Deputados

			cadastrais dos profissionais registrados.			
197	PL 05139/2009 CD	Poder Executivo	Disciplina a ação civil pública para a tutela de interesses difusos, coletivos ou individuais homogêneos, e dá outras providências.	Revoga as Leis nºs 7.347, de 1985 e 11.448, de 2007; e dispositivos das Leis nºs 7.853, de 1989; 7.913, de 1989; 8.069, de 1990; 8.078, de 1990; 8.884, de 1994; 9.008, de 1995; 9.494, de 1997; 10.257, de 2001; 10.741, de 2003. Oriundo do Anteprojeto do Código Brasileiro de Processo Coletivo. PROJETO DO 2º PACTO REPUBLICANO.	Data: 12/05/2010 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Encerramento automático do Prazo de Recurso. Foi apresentado 1 recurso.	Câmara dos Deputados
198	PL 06694/2013 CD	Dep. Arnaldo Faria de Sa - PTB /SP	Institui Cadastro de Peritos nos Órgãos de Fiscalização de Profissões Regulamentadas.		Data: 22/05/2017 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP) Encaminhada à publicação. Parecer da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público Publicado	Câmara dos Deputados

					em avulso e no DCD de 23/05/2017, Letra A.	
199	PL 02117/2011 CD	Dep. Penna - PV /SP	Dispõe sobre a criação do Plano de Desenvolvimento Energético Integrado e do Fundo de Energia Alternativa.		Data: 18/04/2017 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CMADS) Designado Relator, Dep. Nilto Tatto (PT-SP)	Câmara dos Deputados
200	PL 04328/2016 CD	Dep. Laura Carneiro - PMDB /RJ	Institui o Estatuto das Pessoas com Obesidade.		Data: 24/05/2017 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF) Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas.	Câmara dos Deputados

201	PL 04990/2016 CD	Dep. Luizianne Lins - PT /CE	Determina a divulgação, na forma que especifica, do tempo estimado de vida útil de prédios e demais edificações públicas, e dá outras providências.		Data: 18/05/2017 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão de Desenvolvimento Urbano (CDU) Encerrado o prazo para emendas ao substitutivo. Não foram apresentadas emendas ao substitutivo.	Câmara dos Deputados
202	PL 03637/2015 CD PLS 00388/2014 SF	Sen. Acir Gurgacz - PDT /PR	Altera a Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964 (Estatuto da Terra), e a Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano, para suprimir a participação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária	Altera, acrescenta e revoga dispositivos da Lei nº 4.504/1964 (Estatuto da Terra) e da Lei nº 6.766/1979 (parcelamento do solo urbano), para determinar a observação da lei de parcelamento do solo urbano quanto aos lotes urbanos de colonização e quanto ao parcelamento de imóveis rurais com formação de imóveis com	Data: 22/09/2016 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: CO ORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP) Encaminhada à publicação. Parecer da Comissão de Desenvolvimento Urbano Publicado em avulso e no DCD de 23/09/16 PÁG 67 COL 01, Letra B. Inteiro teor;	Câmara dos Deputados

			(Incra) no parcelamento do solo urbano.	área inferior à do módulo de propriedade rural, e para afastar a atuação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA nas alterações de uso do solo rural para fins urbanos ou para formação de sítios de recreio.	Data: 16/11/2015 Casa: Senado Federal Tramitação: SEXPE - Secretaria de Expediente Anexada cópia do Ofício SF nº 1.757, de 16/11/2015, ao Senhor Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados encaminhando autógrafos do projeto para revisão, nos termos do art. 65 da Constituição Federal. (fls. 85 a 87). Situação: REMETIDA À CÂMARA DOS DEPUTADOS	
203	PL 05010/2016 CD	Dep. LÚCIO VALE - PR /PA	Altera a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, tendo em vista aperfeiçoar as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana		Data: 20/12/2016 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Apense-se a este(a) o(a) PL-6675/2016. Inteiro teor	Câmara dos Deputados
204	PL 05011/2016 CD	Dep. LÚCIO VALE - PR /PA	Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, autodenominada Estatuto da Cidade, para exigir análise de mobilidade urbana nos Estudos de Impacto de Vizinhança.		Data: 14/06/2016 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP) Encaminhada à publicação. Parecer da Comissão de Desenvolvimento Urbano Publicado em avulso e no	Câmara dos Deputados

					DCD de 15/06/16 PÁG 625 COL 01, Letra A. Inteiro teor	
205	PL 01794/2015 CD	Veneziano Vital do Rêgo - PMDB/PB	Altera a Lei 10.257, de 10 de julho de 2001, para incluir, entre o conteúdo mínimo do plano diretor, normas de verticalização e ocupação para redução de impactos ambientais por meio da instalação de coberturas vegetadas (telhados verdes) e reservatórios de águas pluviais em edifícios.		Data: 06/04/2017 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão de Desenvolvimento Urbano (CDU) Designado Relator, Dep. Flaviano Melo (PMDB-AC)	Câmara dos Deputados
206	PL 06773/2006 CD PLC 00169/2015 SF	Dep. ANTONIO CARLOS MENDES THAME - PV /SP	Altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para	Altera a Lei das Licitações e contratos da Administração Pública para vedar pagamentos antecipados.	Data: 26/10/2015 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Remessa ao Senado Federal por meio do Of. nº	Senado Federal

			licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, para vedar pagamentos antecipados.		629 /15/PS-GSE. Inteiro teor; Data: 26/04/2017 Casa: Senado Federal Tramitação: PLEN - Plenário do Senado Federal Aguardando inclusão em Ordem do Dia. Discussão, em turno único. Situação: PRONTO PARA DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO	
207	PL 05334/2016 CD	Edinho Araújo - PMDB/SP	Altera a redação do inciso I do art. 1º da Lei nº 7.410, de 27 de novembro de 1985, que "dispõe sobre a Especialização de Engenheiros e Arquitetos em Engenharia de Segurança do Trabalho, a Profissão de Técnico de Segurança do Trabalho, e dá outras providências".		Data: 10/06/2016 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) Recebimento pela CCJC.; Data: 10/06/2016 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP) Encaminhada à publicação. Publicação Inicial em avulso e no DCD de	Câmara dos Deputados

					11/06/16 PÁG 39 COL 01. Inteiro teor	
208	PL 05713/2013 CD	Sergio Zveiter - PSD/RJ	Institui o Programa Empresa Consciente, com a concessão de incentivos fiscais do Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica - IRPJ.	Para projetos ecológicos, projetos de arquitetura e urbanismo ecológicos, redução da poluição ambiental e valorização do trabalhador.	Data: 04/05/2017 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CMADS) Designado Relator, Dep. Marcelo Aguiar (DEM-SP)	Câmara dos Deputados
209	PL 05851/2013 CD	Onofre Santo Agostini - PSD/SC	Dispõe sobre edificações nas margens das faixas de domínio das rodovias federais.		Data: 19/12/2016 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas.	Câmara dos Deputados

210	PL 01227/2015 CD	Dep. IRACEMA PORTELLA - PP /PI	Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, de diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a acessibilidade ao sistema escolar das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.		Data: 17/05/2017 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência (CPD) - 14:00 Reunião Deliberativa Ordinária Retirado de pauta, de ofício.	Câmara dos Deputados
211	PL 03147/2015 CD	Dep. SÓSTENES CAVALCANTE - DEM /RJ	Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, e a Lei 13.146, de 6 de julho de 2015, para estabelecer que as praias urbanas deverão dispor de acessos adaptados para permitir a acessibilidade das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.		Data: 28/11/2016 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP) Encaminhada à publicação. Parecer da Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência Publicado em avulso e no DCD de 29/11/16, PÁG 119 COL 01, Letra B. Inteiro teor	Câmara dos Deputados

212	PL 04918/2016 CD PLS 00555/2015 SF	Comissão - ATN nº 3, de 2015 - Responsabilidade das Estatais	Dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.	Revogam-se dispositivos legais das Leis nº 3.890-A, de 1961 e 9.478, de 1997.	Data: 23/05/2017 Casa: Senado Federal Tramitação: SEXPE - Secretaria de Expediente Tendo em vista que o SCD nº 3/2016 foi aprovado e transformado na Lei n° 13.303, de 30 de junho de 2016, a matéria segue para o arquivo. À COARQ.; Data: 05/08/2016 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Recebimento do Ofício nº 366/2016 (CN) comunicando resultado da apreciação do veto. Resultado: mantido o veto parcial aposto ao Projeto de Lei nº 4.918/2016.	Câmara dos Deputados

213	PL 03729/2004 CD	Dep. Zezeu Ribeiro - PT /BA Sen. Walter Pinheiro - PT /BA Sen. WALTER PINHEIRO - PT /BA	Dispõe sobre o licenciamento ambiental, regulamenta o inciso IV do § 1º do art. 225 da Constituição Federal, e dá outras providências.	Dispõe que para a instalação de obra, empreendimento ou atividade potencialmente causadora de degradação do meio ambiente, será exigido Estudo Prévio de Impacto Ambiental (EIA), com ampla publicidade; regulamentando a Constituição Federal de 1988.	Data: 17/05/2017 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão de Finanças e Tributação (CFT) - 10:00 Reunião Deliberativa Ordinária Retirado de pauta em virtude da aprovação de requerimentos dos Deputados Mauro Pereira, Enio Verri, Aelton Freitas, Marcelo Álvaro Antônio e Antonio Carlos Mendes Thame.	Câmara dos Deputados
214	PL 05638/2016 CD	Carlos Bezerra - PMDB/MT	Altera a Lei 10.257, de 10 de julho de 2001, para incluir, como condição à aplicação da Transferência do Direito de Construir, a necessidade de que o imóvel urbano esteja em situação regular perante as normas de proteção do meio ambiente e do patrimônio cultural.		Data: 31/10/2016 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP) Encaminhada à publicação. Parecer da Comissão de Desenvolvimento Urbano Publicado em avulso e no DCD de 01/11/16, PÁG 234 COL 01, Letra A. Inteiro teor	Câmara dos Deputados
215	PL 05664/2016 CD	Zé Silva - SD/MG	Institui o Sistema de Obras Públicas (SisOP).		Data: 19/05/2017 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão de Finanças e	Câmara dos Deputados

					Tributação (CFT) Recebimento pela CFT.; Data: 19/05/2017 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: CO ORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP) Parecer recebido para publicação. Encaminhada à publicação. Parecer da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público Publicado em avulso e no DCD de 20/05/2017, Letra A.	
216	PL 07818/2014 CD	Geraldo Resende - PMDB/MS	Estabelece a Política Nacional de Captação, Armazenamento e Aproveitamento de Águas Pluviais e define normas gerais para sua promoção.		Data: 18/04/2017 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CMADS) Designado Relator, Dep. Leonardo Monteiro (PT-MG)	Câmara dos Deputados

217	PL 02776/2015 CD	Victor Mendes - PV/MA	Dispõe sobre a obrigatoriedade da implantação sistemas de aproveitamento de aguas pluviais e de reuso de águas residuais e ainda a obrigatoriedade de instalação de painéis para captação de energia solar em todas as novas edificações executadas com recursos da União.		Data: 13/10/2016 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Apense-se a este(a) o(a) PL-6227/2016. Inteiro teor	Câmara dos Deputados
218	PL 04405/2012 CD	Leonardo Quintão - PMDB/MG	Altera a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 que regulamenta o inciso XXI do art. 37 da Constituição Federal e institui normas gerais para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.	Estabelece que a modalidade convite poderá ser utilizada na contratação de serviços técnicos profissionais especializados.	Data: 11/02/2015 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Desarquivado nos termos do Artigo 105 do RICD, em conformidade com o despacho exarado no REQ-277/2015. Inteiro teor	Câmara dos Deputados

219	PL 03408/2015 CD PLS 00523/2013 SF	Pedro Taques - PDT/MT	Altera a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, para acrescentar a proibição de descarte irregular de resíduos ou rejeitos em vias públicas, na forma da legislação local.	Altera a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências, para acrescentar a proibição de descarte irregular de resíduos ou rejeitos em vias públicas; dispõe que o Distrito Federal e os Municípios regulamentarão a forma correta de descarte e estabelecerão sanções pecuniárias pelo descumprimento do disposto a pessoas físicas e jurídicas, sem prejuízo das competências da União, Estados, Distrito Federal e Municípios para a regulação de atividades específicas; determina que o Distrito Federal e os Municípios terão o prazo de dois anos para regulamentar o disposto nesta Lei.	Data: 26/10/2015 Casa: Senado Federal Tramitação: SEXPE - Secretaria de Expediente Anexado Ofício SF nº 1562, de 26/10/15, ao Senhor Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados, encaminhando o projeto para revisão, nos termos do art. 65 da Constituição Federal (fls. 29 a 30). Situação: REMETIDA À CÂMARA DOS DEPUTADOS; Data: 10/05/2017 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas.	Câmara dos Deputados

220	PL 05772/2016 CD	Vinicius Gurgel - PR/AP	Altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, de modo a reajustar os limites adotados para as modalidades de licitação.		Data: 05/08/2016 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Apense-se à(ao) PL-6957/2002. Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário. Regime de Tramitação: Prioridade Inteiro teor; Data: 05/08/2016 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) Recebimento pela CCJC.; Data: 05/08/2016 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP) Encaminhada à publicação. Publicação Inicial em avulso e no DCD de 06/08/16 PÁG 45 COL 01. Inteiro teor	Câmara dos Deputados

221	PL 05765/2016 CD	Iracema Portella - PP/PI	Altera a Lei n° 8.666, de 21 de junho de 1993, para exigir a reserva de percentual da mão de obra destinada ao cumprimento de contratos celebrados com a Administração Pública a estudantes universitários e estudantes de cursos técnicos profissionalizantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas.		Data: 05/08/2016 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP) Recebimento pela CTASP.; Data: 05/08/2016 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP) Encaminhada à publicação. Publicação Inicial em avulso e no DCD de 06/08/16 PÁG 40 COL 01. Inteiro teor	Câmara dos Deputados

222	PL 06117/2009 CD	Carlos Bezerra - PMDB/MT	Estabelece que a obra intelectual produzida em cumprimento a dever funcional, contrato de trabalho ou de prestação de serviços pertencerá a ambas as partes.	Altera a Lei nº 9.610, de 1998.	Data: 07/12/2016 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão de Cultura (CCULT) Apresentação do Parecer do Relator n. 1 CCULT, pela Deputada Jandira Feghali (PCdoB-RJ). Inteiro teor Parecer da Relatora, Dep. Jandira Feghali (PCdoB-RJ), pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.133/2012, apensado, com substitutivo; e pela rejeição do Projeto de Lei nº 6.117/2009, principal, e dos PLs nºs 2.910/2011 e 4.072/2012, apensados. Inteiro teor	Câmara dos Deputados
223	PL 02775/2011 CD	Penna - PV/SP	Dispõe que as empresas potencialmente poluidoras e utilizadoras de recursos ambientais possuam responsável técnico em meio ambiente em seu quadro de funcionários ou consultoria técnica equivalente.		Data: 16/12/2016 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: CO ORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP) Encaminhada à publicação. Parecer da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável Publicado em avulso e no DCD de 17/12/16 PÁG 79 COL 01, Letra B. Inteiro teor	Câmara dos Deputados

224	PL 05793/2016 CD	Rocha - PSDB/AC	Isenta do Imposto sobre a Importação os equipamentos e componentes de geração energia renováveis não convencionais (fonte solar, eólica, biomassa, pequenas centrais hidrelétricas e resíduos sólidos).		Data: 05/08/2016 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Apense-se à(ao) PL-2117/2011. Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II. Regime de Tramitação: Ordinária Inteiro teor; Data: 05/08/2016 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CMADS) Recebimento pela CMADS.; Data: 05/08/2016 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: CO ORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP) Encaminhada à publicação. Publicação Inicial em avulso e no DCD de 06/08/16 PÁG 53 COL 01. Inteiro teor	Câmara dos Deputados

225	PL 05739/2016 CD	Victor Mendes - PSD/MA	Acrescenta os artigos 13, III, 20, "c", parágrafo único ao art. 28 e parágrafo único ao art. 60 à Lei 12.305 (Política Nacional de Resíduos Sólidos, de 2 de agosto de 2010, para incluir os resíduos extraordinários.		Data: 11/05/2017 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CMADS) Devolvido ao Relator, Dep. Stefano Aguiar (PSD-MG), para alterar parecer.	Câmara dos Deputados
226	PL 08085/2014 CD PLS 00454/2012 SF	Ana Amélia - PP/RS	Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para instituir a obrigatoriedade da prática de direção veicular em vias públicas para fins de formação de condutores.	Altera a Lei nº 9.503/1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para instituir a obrigatoriedade da prática de direção veicular para fins de formação de condutores em vias públicas; dispõe que o CONTRAN fixará a carga horária mínima a ser exigida para a prática de direção em vias públicas durante o processo de aprendizagem.	Data: 19/05/2017 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP) À CESP o Memorando nº 75/17 - COPER solicitando a devolução dos PLs 1.584/2015, 2.316/2015, 2.569/2015, 2.749/2015, 2.972/2015, 3.384/2015, 4.312/2016, 5.794/2016 e 6.514/2016, anteriormente apensados ao de nº 8085/14. Inteiro teor;	Câmara dos Deputados

					Data: 11/11/2014 Casa: Senado Federal Tramitação: SEXPE - Secretaria de Expediente Anexada cópia do Ofício SF nº 1.395, de 11/11/2014, ao Senhor Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados encaminhando autógrafos do projeto para revisão, nos termos do art. 65 da Constituição Federal. (fls. 16 a 17). Situação: REMETIDA À CÂMARA DOS DEPUTADOS	
227	PL 04615/2016 CD	Dr. Jorge Silva - PROS/ES	Altera a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico e dá outras providências, para determinar que a alocação de recursos federais para obras estaduais e municipais seja condicionada à existência de projeto básico.		Data: 14/12/2016 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP) Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas.	Câmara dos Deputados

228	PL 07333/2002 CD	Pompeo de Mattos - PDT/RS	Altera o art. 75 da Lei Federal nº 9. 504, de 30 de setembro de 1997, vedando a realização de atos de inauguração de obras públicas, nos três meses que antecedem às eleições.		Data: 23/05/2017 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) Apresentação do Parecer do Relator n. 9 CCJC, pelo Deputado Félix Mendonça Júnior (PDT-BA). Inteiro teor Parecer do Relator, Dep. Félix Mendonça Júnior (PDT-BA). Inteiro teor	Câmara dos Deputados
229	PL 05871/2016 CD	Antonio Carlos Mendes Thame - PV/SP	Revoga os arts. 1º a 47-A da Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011, para extinguir o Regime Diferenciado de Contratações Públicas - RDC, e dá outras providências.		Data: 16/08/2016 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP) Encaminhada à publicação. Publicação Inicial em avulso e no DCD de 17/08/16 PÁG 93 COL 01. Inteiro teor; Data: 16/08/2016 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) Recebimento pela CCJC.	Câmara dos Deputados

230	PL 01675/2015 CD	Veneziano Vital do Rêgo - PMDB/PB	Torna obrigatória a utilização de patamares mínimos de água de reúso por plantas industriais e prédios comerciais que se instalarem em regiões de baixa precipitação pluviométrica.		Data: 23/05/2017 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) Devolvido, sem manifestação, pelo Relator não-membro.	Câmara dos Deputados
231	PL 05909/2016 CD	Fábio Mitidieri - PSD/SE	Estabelece medidas adicionais para a licitação de obras públicas decorrentes da execução de emendas parlamentares.	Altera a Lei nº 8.666 de 1993.	Data: 02/05/2017 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP) Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas.	Câmara dos Deputados
232	PL 00127/2015 CD	Dep. JOÃO FERNANDO COUTINHO - PSB /PE	Altera a Lei 11.977 de 7 de julho de 2009, que dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida e dá outras providências.		Data: 12/06/2015 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CMADS) Recebimento pela CMADS, apensado ao PL-7499/2014	Câmara dos Deputados

233	PL 01213/2015 CD	João Fernando Coutinho - PSB/PE	Altera as Leis nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, para estabelecer a obrigatoriedade do Projeto Executivo antes do início de obras públicas .		Data: 14/11/2016 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Apense-se a este(a) o(a) PL-6441/2016. Inteiro teor	Câmara dos Deputados
234	PL 03876/2015 CD	Dep. EDMILSON RODRIGUES - PSOL /PA	Estabelece normas para elaboração do cadastro territorial dos municípios e dá outras providencias.		Data: 06/04/2017 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão de Finanças e Tributação (CFT) Devolvida pelo Relator sem Manifestação.	Câmara dos Deputados
235	PL 01758/2015 CD	Aliel Machado - PCdoB/PR	Torna obrigatório o emprego do Regime Diferenciado de Contratações Públicas - RDC previsto na Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011, para realização de licitações públicas, e dá outras providências.	Revoga a Lei nº 10.520, de 2002 e dispositivo da Lei nº 9.478, de 1997.	Data: 27/10/2016 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Apense-se a este(a) o(a) PL-6301/2016. Inteiro teor	Câmara dos Deputados

236	PL 04330/2004 CD PLC 00030/2015 SF	Sandro Mabel - PL/GO	Dispõe sobre o contrato de prestação de serviço a terceiros e as relações de trabalho dele decorrentes.	Regulamenta os contratos de terceirização e as relações de trabalho deles decorrentes.	Data: 23/05/2017 Casa: Senado Federal Tramitação: CAE - Comissão de Assuntos Econômicos Anexado ao processado, conforme despacho da Presidência, ofício 338/2017-SG, da Câmara Municipal de Esteio -RS, contendo manifestação acerca da matéria. (Tramitam em conjunto os Projetos de Lei da Câmara nºs 30/2015, 195/2015 e os Projetos de Lei do Senado nºs 87/2010, 447/2011 e 339/2016) Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR	Senado Federal
237	PL 06058/2016 CD	Iracema Portella - PP/PI	Altera a Lei nº 11.977, de 2009 (Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV), para dispor sobre a implantação de calçadas ecológicas.		Data: 06/04/2017 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão de Desenvolvimento Urbano (CDU) Designado Relator, Dep. Rôney Nemer (PP-DF)	Câmara dos Deputados

238	PL 04413/2008 CD PLC 00190/2010 SF	Poder Executivo	Regulamenta o exercício da Arquitetura e Urbanismo; cria o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil - CAU/BR e os Conselhos de Arquitetura e Urbanismo dos Estados do Distrito Federal - CAUs; e dá outras providências.	Regulamenta a profissão de arquiteto e urbanista, estabelecendo suas atribuições e campos de atuação; cria o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR) e os Conselhos de Arquitetura e Urbanismo dos Estados do Distrito Federal (CAUs), arrolando suas competências; normatiza o registro dos profissionais no conselho, dispondo sobre a inscrição, suspensão e cancelamento, bem como sobre a formação de sociedades de arquitetos e urbanistas; trata dos deveres desse profissional, determinando a elaboração de um Código de Ética e Disciplina e exemplificando infrações disciplinares e definindo as respectivas sanções; condiciona a vigência da lei à instalação do CAU/BR e dos CAUs, à exceção dos arts. 56 e 57 do projeto, que tratam do processo de transferência dos arquitetos e urbanistas do	Data: 18/09/2014 Casa: Senado Federal Tramitação: SARQ - Secretaria de Arquivo Processo arquivado.; Data: 07/02/2011 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Recebimento do Ofício nº 06/11(CN) comunicando veto parcial e solicitando indicação de membros para integrar a Comissão Mista incumbida de relatar o(s) veto(s).	Senado Federal

239	PL 04747/2005 CD PLS 00347/2003 SF	José Sarney - PMDB/AP	Regulamenta o exercício da Arquitetura e do Urbanismo, autoriza a criação dos órgãos de fiscalização profissional e fixa as respectivas atribuições.		Data: 18/09/2007 Casa: Senado Federal Tramitação: PLEG - PROTOCOLO LEGISLATIVO Esta matéria passa a tramitar como Emenda da Câmara dos Deputados - ECD 00347 2003.; Data: 18/09/2007 Casa: Senado Federal Tramitação: SSCL SF - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO Encaminhado ao Protocolo Legislativo.; Data: 15/05/2009 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Ofício n° 164/2009-CN comunica o resultado da apuração dos vetos presidenciais constantes da cédula única de votação utilizada na sessão conjunta realizada no dia 06/05/09. MANTIDO O VETO TOTAL Nº 41/07 APOSTO A ESTE PROJETO (Ata publicada no DCN de 07/05/09).	Câmara dos Deputados

240	PL 06140/2016 CD	Augusto Carvalho - SD/DF	Altera o art. 13 da Lei 8.666, de 30 de junho de 1993, de para incluir no rol de serviços técnicos especializados aqueles relativos à gestão ambiental, direito ambiental e sustentabilidade.		Data: 17/11/2016 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CMADS) Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas.	Câmara dos Deputados
241	PL 06151/2016 CD	Flávia Morais - PDT/GO	Acrescenta dispositivos às leis nº 10.520/02 e 8.666/1993.	Proíbe a contratação de obras e serviços de engenharia pela modalidade de pregão.	Data: 28/09/2016 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP) Recebimento pela CTASP.	Câmara dos Deputados
242	PL 06139/2016 CD	Augusto Carvalho - SD/DF	Altera a redação do parágrafo único do art. 1º, inclui o inciso XIX no art. 2º e o § 5º, alíneas "a" a "g", no art. 40, todos da Lei 10.257, de 10 de julho de 2001, para inserir a Sustentabilidade Urbana como um dos objetivos expressos do Estatuto das Cidades e atribuir-lhe um conceito.		Data: 28/09/2016 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: CO ORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP) Encaminhada à publicação. Publicação Inicial em avulso e no DCD de 29/09/16 PÁG 26 COL 01. Inteiro teor	Câmara dos Deputados

243	PL 02123/2015 CD PLC 00005/2017 SF	Rômulo Gouveia - PSD/PB	Inclui novo § 4º ao art. 40 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 - Código de Proteção e Defesa do Consumidor -, para proibir a de cobrança de taxa de visita técnica ou de qualquer despesa do consumidor com a finalidade de elaboração de orçamento.		Data: 20/04/2017 Casa: Senado Federal Tramitação: CTFC - Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor Recebido na Comissão. Aguarda distribuição. Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR	Senado Federal

244	PL 06207/2013 CD	Walter Feldman - PSDB/SP	Altera a Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano, a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, que dispõe sobre o Programa Minha Casa Minha Vida e a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, que institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana, para dispor sobre a circulação de pedestres e ciclistas.		Data: 05/10/2016 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão de Viação e Transportes (CVT) Aprovado requerimento do Sr. Hugo Leal que requer a realização de Audiência Pública para discutir o Projeto de Lei nº 6.207/2013, do deputado Walter Feldman - que "altera a Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano, a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, que dispõe sobre o Programa Minha Casa Minha Vida e a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, que institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana, para dispor sobre a circulação de pedestres e ciclistas".;	Câmara dos Deputados

					Data: 05/10/2016 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão de Viação e Transportes (CVT) - 10:00 Reunião Deliberativa Ordinária Retirado de pauta, de ofício, em razão da aprovação do Req. 157/16, que solicita a realização de audiência pública.	
245	PL 04108/2015 CD	Marcelo Belinati - PP/PR	Altera o texto do caput e do parágrafo único do art. 7º, da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para instituir a obrigatoriedade da reserva de vagas de estacionamento em condomínios para pessoas com deficiência que importe em dificuldade de locomoção.		Data: 23/05/2017 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência (CPD) Encerrado o prazo para emendas ao substitutivo. Não foram apresentadas emendas ao substitutivo.	Câmara dos Deputados
246	PL 00953/2011 CD	Bruna Furlan - PSDB/SP	Dispõe sobre o uso de material permeável na pavimentação de estacionamentos abertos.	Asfalto poroso, concreto poroso, blocos de concreto vazado.	Data: 06/05/2016 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão de Finanças e Tributação (CFT)	Câmara dos Deputados

					Recebimento pela CFT, apensado ao PL-1069/2007	
247	PL 01776/2011 CD	Heuler Cruvinel - DEM/GO	Altera a Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, dispondo sobre a pavimentação das vias de circulação dos parcelamentos urbanos.		Data: 06/02/2015 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Indeferido o pedido de desarquivamento desta proposição constante do REQ-101/2015porquanto a(s) proposição(ões) não foi(ram) arquivada(s). Inteiro teor	Câmara dos Deputados
248	PL 03057/2000 CD	Bispo Wanderval - PL/SP	Inclui § 2º no art. 41 da Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, numerando-se como § 1º o atual parágrafo único.	Estabelece que para o registro de loteamento suburbano de pequeno valor, implantado irregularmente até 31 de dezembro de 1999 e regularizado por lei municipal, não há necessidade de aprovação da documentação, por outro órgão.	Data: 12/04/2017 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Apense-se a este(a) o(a) PL-7270/2017. Inteiro teor	Câmara dos Deputados

249	PL 06429/2009 CD	José Airton Cirilo - PT/CE	Altera a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil, para ampliar o período de garantia das obras de infraestrutura e de pavimentação de estradas e vias urbanas.	Amplia para seis anos o prazo da responsabilidade do empreiterio sobre obras de pavimentação de estradas e vias urbanas.	Data: 15/07/2015 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) Recebimento pela CCJC, com as proposições PL-6439/2009, PL-7023/2010, PL-5058/2013 apensadas.	Câmara dos Deputados

250	PL 00132/2011 CD	Weliton Prado - PT/MG	Altera a Lei nº 9.503, de 1997, para estabelecer como diretriz na pavimentação de vias públicas o emprego de massa asfáltica produzida com borracha de pneus inservíveis.		Data: 16/03/2017 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Apense-se a este(a) o(a) PL-7013/2017. Inteiro teor Apense-se a este o PL 7013/17. Esclareço, por oportuno, que em decorrência desta apensação, a matéria deverá ser apreciada pela Comissão de Finanças e Tributação, devendo, no entanto, permanecer pronta para a Ordem do dia. Esclareço ainda que, para os fins do art. 191, III, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, prevalecerá a ordem de distribuição prevista neste despacho:Às Comissões de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; Viação e Transportes; Finanças e Tributação (Mérito e Art. 54, RICD) e Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54 RICD)Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário.	Câmara dos Deputados

					Regime de Tramitação: Ordinária (Art. 151, III, RICD) Inteiro teor	

251	PL 07023/2010 CD	Rodovalho - PP/DF	Acrescenta parágrafo ao art. 618 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil, de forma a ampliar para dez anos a garantia das obras de infra-estrutura e pavimentação de estradas e vias urbanas.		Data: 15/07/2015 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão de Desenvolvimento Urbano (CDU) Encaminhado à CCP.; Data: 15/07/2015 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: CO ORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP) Encaminhado à CCJC; Data: 15/07/2015 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) Recebimento pela CCJC. Recebimento pela CCJC, apensado ao PL-6429/2009	Câmara dos Deputados
252	PL 05645/2016 CD	Miguel Haddad - PSDB/SP	Altera a Lei nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964, que dispõe sobre o condomínio em edificações e as incorporações imobiliárias.	Dispõe sobre o quórum para a realização de obra que modifique a fachada em unidade autônoma de condomínio.	Data: 24/05/2017 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: CO ORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP) Encaminhada à publicação. Parecer da Comissão de Desenvolvimento Urbano Publicado em avulso e no	Câmara dos Deputados

					DCD de 25/05/2017, Letra A.	
253	PL 04060/2015 CD	Sarney Filho - PV/MA	Dispõe sobre coleta, escoamento e aproveitamento da água proveniente do processo de condensação de aparelhos de ar condicionado, e dá outras providências.		Data: 03/05/2017 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas.	Câmara dos Deputados
254	PL 02831/2015 CD	Veneziano Vital do Rêgo - PMDB/PB	Altera a Lei nº 11.124, de 2005, e a Lei nº 11.977, de 2009, para incluir a obrigatoriedade de instalação de biblioteca pública e salas de estudos nos projetos de conjuntos habitacionais financiados pelo Fundo Nacional de Habitação de Interesse social (FNHIS) ou		Data: 24/11/2016 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão de Educação (CE) Encerrado o prazo para emendas ao substitutivo. Não foram apresentadas emendas ao substitutivo.	Câmara dos Deputados

			implantados no âmbito do Programa Nacional de Habitação Urbana (PNHU).			
255	PL 06196/2016 CD	Dep. Carlos Sampaio - PSDB /SP	Inclui dispositivos ao Decreto-Lei n.º 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal.		Data: 24/10/2016 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 8045, de 2010, do Senado Federal, que trata do "Código de Processo Penal" (revoga o decreto-lei nº 3.689, de 1941. Altera os Decretos-lei nº 2.848, de 1940; 1.002, de 1969; as Leis nº 4.898, de 1965, 7.210, de 1984; 8.038, de 1990; 9.099, de 1995; 9.279, de 1996; 9.609, de 1998; 11.340, de 2006; 11.343, de 2006), e apensado (PL804510) Recebimento pela PL804510.;	Câmara dos Deputados

					Data: 24/10/2016 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: CO ORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP) Encaminhada à publicação. Publicação Inicial em avulso e no DCD de 25/10/2016.	
256	PL 06220/2016 CD	Dep. Carlos Bezerra - PMDB /MT	Modifica os arts. 3º, 9º e 53 da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995.	Amplia a competência dos juizados especiais cíveis para atuar em causas de até sessenta salários mínimos.	Data: 21/10/2016 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: CO ORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP) Encaminhada à publicação. Publicação Inicial em avulso e no DCD de 22/10/16 PÁG 42 COL 01. Inteiro teor	Câmara dos Deputados
257	PL 06227/2016 CD	Dep. Mariana Carvalho - PSDB /RO	Dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de sistemas de aquecimento de água por meio de energia solar e de captação e		Data: 24/10/2016 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CMADS) Recebimento pela CMADS.;	Câmara dos Deputados

			reaproveitamento de águas pluviais em prédios de propriedade da União, e dá outras providências.		Data: 24/10/2016 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: CO ORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP) Encaminhada à publicação. Publicação Inicial em avulso e no DCD de 25/10/2016.	
258	PL 04162/2015 CD	Marcelo Belinati - PP/PR	Acrescenta o parágrafo único no art. 57 da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, para determinar que as empresas que comercializam roupas deverão ter ao menos um provador adaptado para pessoas com deficiência.		Data: 16/05/2017 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência (CPD) Apresentação do Parecer do Relator n. 1 CPD, pelo Deputado Adail Carneiro (PP-CE). Inteiro teor Apresentação do Parecer do Relator n. 1 CPD, pelo Deputado Adail Carneiro (PP-CE). Inteiro teor Parecer do Relator, Dep. Adail Carneiro (PP-CE), pela aprovação deste, e do PL 5593/2016, apensado, na forma do Substitutivo adotado na Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria,	Câmara dos Deputados

					Comércio e Serviços. Inteiro teor	
259	PL 01242/2015 CD	Deley - PTB/RJ	Altera a redação do art. 56 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.		Data: 11/04/2017 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP) Apresentação do Voto em Separado n. 1 CTASP, pelo Deputado Silvio Costa (PTdoB-PE). Inteiro teor	Câmara dos Deputados

260	PL 01739/2007 CD	Paulo Teixeira - PT/SP, Zezéu Ribeiro - PT/BA, Nilson Pinto - PSDB/PA	Introduz dispositivos sobre a sustentabilidade do ambiente construído na Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001.	Estabelece a elaboração de plano de sustentabilidade do ambiente construído para municípios com mais de cem mil habitantes que incorpore soluções para projeto, construção e reciclagem das edificações com utilização de materiais sustentáveis, qualidade ambiental, eficiência energética, racionalização de uso da água, impermeabilização do solo.	Data: 31/03/2017 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Apense-se a este(a) o(a) PL-7177/2017. Inteiro teor	Câmara dos Deputados
261	PL 06441/2016 CD	Vanderlei Macris - PSDB/SP	Altera a Lei 8.666/93, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, instituindo normas para licitações e contratos da Administração Pública.	Exige a apresentação de projeto executivo antes da licitação.	Data: 17/11/2016 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP) Recebimento pela CTASP.; Data: 17/11/2016 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: CO ORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP) Encaminhada à publicação. Publicação Inicial em avulso e no DCD de 18/11/16 PÁG 134 COL 01. Inteiro teor	Câmara dos Deputados

262	PL 04235/2015 CD	Marcelo Belinati - PP/PR	Altera o art. 36 da Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, para determinar a obrigatoriedade de EIV (Estudo de Impacto na Vizinhança), nas construções de condomínios edilícios com mais de 80 unidades autônomas, loteamentos e construção ou ampliação de shopping centers e mercados de grande porte, assim entendidos que tiverem área interna acima de 300 m², com o objetivo de combater o crescimento urbano desordenado.		Data: 05/04/2017 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas.	Câmara dos Deputados
263	PL 06518/2016 CD	Antonio Bulhões - PRB/SP	Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para dispor sobre barreiras arquitetônicas em templos religiosos.		Data: 10/04/2017 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência (CPD) Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não	Câmara dos Deputados

					foram apresentadas emendas.	
264	PL 06529/2016 CD	Pedro Uczai - PT/SC	Altera a Lei nº 12. 587, de 3 de janeiro de 2012, que institui as diretrizes da Política de Mobilidade Urbana, para conferir nova atribuição aos Municípios.	Estabelece que é atribuição do Município garantir a iluminação adequada nos pontos de embarque e desembarque do transporte público.	Data: 13/12/2016 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão de Desenvolvimento Urbano (CDU) Recebimento pela CDU.; Data: 13/12/2016 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP) Encaminhada à publicação. Publicação Inicial em avulso e no DCD de 14/12/16, PÁG 359 COL 01. Inteiro teor	Câmara dos Deputados
265	PL 04888/2016 CD	Cabo Daciolo - PTdoB/RJ	Altera o Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, que "organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional", para proibir a construção de		Data: 18/05/2016 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão de Cultura (CCULT) Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas.	Câmara dos Deputados

			monumentos estrangeiros no Brasil.			
266	PL 06403/2016 CD	Marco Maia - PT/RS	Altera a Lei no 11.977, de 7 de julho de 2009, que dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas, e dá outras providências.	Altera as Leis nº 6.015 de 1973; 11.952, de 2009; 11.483, de 2007; 6.766, de 1979; nº 10.931, de 2004; e 12.024 de 2009.	Data: 11/11/2016 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão de Desenvolvimento Urbano (CDU) Recebimento pela CDU.; Data: 11/11/2016 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: CO ORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP) Encaminhada à publicação. Publicação Inicial em avulso e no DCD de 12/11/16 PÁG 34 C0L 01. Inteiro teor	Câmara dos Deputados
267	PL 03162/2015 CD	Cristiane Brasil - PTB/RJ	Altera a Lei nº. 11.977, de 7 de Julho de 2009 que dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos		Data: 08/11/2016 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Apense-se a este(a) o(a) PL-6403/2016. Inteiro teor	Câmara dos Deputados

			localizados em áreas urbanas.			
268	PL 05658/2016 CD	Julio Lopes - PP/RJ	Altera a Lei n° 11.977 de 2009 para tornar obrigatória a instalação prévia de medidores individuais de consumo de água nas unidades habitacionais implantadas pelo Programa.		Data: 30/06/2016 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: CO ORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP) Encaminhada à publicação. Publicação Inicial em avulso e no DCD do dia 01/07/16 PÁG 41 COL 01. Inteiro teor; Data: 30/06/2016 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão de Defesa do Consumidor (CDC) Recebimento pela CDC.	Câmara dos Deputados
269	PL 00663/2015 CD	Julio Lopes - PP/RJ	Dispõe sobre norma geral relativa à medição de consumo de água nas novas unidades de edificações residenciais e comerciais de caráter condominial.		Data: 10/05/2017 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão de Defesa do Consumidor (CDC) Devolvida pelo Relator sem Manifestação. Designado Relator, Dep. Átila Lira (PSB-PI)	Câmara dos Deputados

270	PL 06619/2016 CD	Julio Lopes - PP/RJ	Dá nova redação ao § 1º do art. 7º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para estabelecer a obrigatoriedade do sistema de modelagem da informação da construção, identificado pela sigla inglesa BIM - Building Information Model, na confecção de projetos executivos de obras e serviços de engenharia contratados pelos órgãos e entidades da administração pública, e dá outras providências.		Data: 10/05/2017 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão de Finanças e Tributação (CFT) Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas.	Câmara dos Deputados
271	PL 05546/2013 CD	Paulo Feijó - PR/RJ	Dispõe sobre a criação do Selo Cidade Sustentável.		Data: 15/12/2016 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CMADS) Designado Relator, Dep. Luiz Lauro Filho (PSB-SP)	Câmara dos Deputados

272	PL 05561/2016 CD	Professor Sérgio de Oliveira - PSD/PR	Cria mecanismo de compensação para empresas e instituições prejudicadas por motivos de obras públicas.		Data: 02/08/2016 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP) Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas.	Câmara dos Deputados
273	PL 05954/2016 CD	Givaldo Vieira - PT/ES	Altera a Lei 10.257, de 10 de julho de 2001, para dispor sobre contrapartidas a serem prestadas pelo beneficiário de outorga onerosa do direito de construir e de outorga onerosa pela alteração do uso do solo.		Data: 11/04/2017 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas.	Câmara dos Deputados
274	PL 02829/2015 CD	Veneziano Vital do Rêgo - PMDB/PB	Dispõe sobra a democratização, descentralização e transparência dos procedimentos decisórios em programas habitacionais de interesse social	Altera a Lei nº 11.124, de 2005.	Data: 22/12/2016 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP) Encaminhada à publicação. Parecer da Comissão de Desenvolvimento Urbano Publicado em avulso e no DCD de 23/12/16 PÁG. 320	Câmara dos Deputados

					COL. 01, Letra A. Inteiro teor	
275	PL 06560/2016 CD	Eduardo Barbosa - PSDB/MG	Altera a Lei nº 7.410, de 27 de novembro de 1985, para dispor sobre a formação do profissional de Engenharia de Segurança do Trabalho.		Data: 13/12/2016 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) Recebimento pela CCJC.; Data: 13/12/2016 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP) Encaminhada à publicação. Publicação Inicial em avulso e no DCD de 14/12/16, PÁG 360 COL 01. Inteiro teor	Câmara dos Deputados

276	PL 06860/2017 CD	Rômulo Gouveia - PSD/PB	Dispõe sobre a acessibilidade a eventos realizados ao ar livre; altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, e a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000.		Data: 19/04/2017 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão de Desenvolvimento Urbano (CDU) Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas.	Câmara dos Deputados
277	PL 06877/2017 CD	Jaime Martins - PSD/MG	Altera a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, para incluir a análise de risco de desastre no âmbito do licenciamento ambiental		Data: 03/03/2017 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) Recebimento pela CCJC.; Data: 03/03/2017 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão de Finanças e Tributação (CFT) Recebimento pela CFT.; Data: 03/03/2017 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: CO ORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP) Encaminhada à publicação. Publicação Inicial em avulso e no DCD de 04/03/17 PÁG 35 COL 01. Inteiro teor	Câmara dos Deputados

278	PL 06876/2017 CD	Jaime Martins - PSD/MG	Modifica a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, para incluir, entre as diretrizes da política urbana, o desenho urbano que privilegie a locomoção por pedestres e ciclistas		Data: 07/03/2017 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: CO ORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP) Encaminhada à publicação. Publicação Inicial em avulso e no DCD de 08/03/17 PÁG 130 COL 01. Inteiro teor	Câmara dos Deputados
279	PL 06798/2017 CD	Cabo Sabino - PR/CE	Determina a disponibilização de leitos apropriados para pessoas com deficiência de locomoção ou mobilidade reduzida em hotéis, motéis, albergues, pousadas e assemelhados e dá outras providências		Data: 10/04/2017 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência (CPD) Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas.	Câmara dos Deputados
280	PL 06988/2017 CD	Professor Victório Galli - PSC/MT	Altera o § 3º do Art. 56 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 (Lei das Licitações), para Institui o seguro-garantia em todos os contratos de obras, fornecimentos e serviços públicos.		Data: 14/03/2017 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: CO ORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP) Encaminhada à publicação. Publicação Inicial em avulso e no DCD de 15/03/17 PÁG 212 COL 01. Inteiro teor;	Câmara dos Deputados

					Data: 14/03/2017 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP) Recebimento pela CTASP.	
281	PL 06950/2017 CD	Leandre - PV/PR, Mara Gabrilli - PSDB/SP	Acrescenta o inciso VI ao art. 32 da lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.		Data: 24/04/2017 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão de Desenvolvimento Urbano (CDU) Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas.	Câmara dos Deputados
282	PL 06977/2017 CD	Pr. Marco Feliciano - PSC/SP	Modifica o artigo 65 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, para majorar a pena do crime de pichação e aumentar o valor da multa prevista no § 1º do artigo 49-A do Decreto-lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940.		Data: 22/03/2017 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CMADS) Recebimento pela CMADS, apensado ao PL-6447/2016	Câmara dos Deputados
283	PL 07061/2017 CD	Damião Feliciano - PDT/PB	Altera a lei 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso, para incluir o direito à mobilidade.		Data: 24/05/2017 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão de Desenvolvimento Urbano (CDU) Prazo para Emendas ao Projeto (5	Câmara dos Deputados

					sessões a partir de 25/05/2017)	
284	PL 07050/2017 CD	Professor Victório Galli - PSC/MT	Altera o art. 5º da Lei nº 12.514, de 28 de outubro de 2011, para determinar a cobrança de anuidade após os primeiros 36 meses de registro em seus respectivos conselhos profissionais.		Data: 02/05/2017 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP) Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas.	Câmara dos Deputados
285	PL 07067/2017 CD	João Rodrigues - PSD/SC	Altera a Lei de Execução Penal para permitir que o detendo ou ente da iniciativa privada faça reformas nos estabelecimentos prisionais	Altera a Lei nº 7.210, de 1984.	Data: 10/05/2017 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado (CSPCCO) Devolvido ao Relator, Dep. Cabo Sabino (PR-CE), a pedido.	Câmara dos Deputados
286	PL 07114/2017 CD	Lúcio Vale - PR/PA, Ronaldo Benedet - PMDB/SC	Dispõe sobre o financiamento pela União das ações de capacitação e gestão em mobilidade urbana.	Altera as Leis nº 9.602, de 1998, 9.503, de 1997 e 12.587, de 2012.	Data: 25/04/2017 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão de Viação e Transportes (CVT) Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não	Câmara dos Deputados

					foram apresentadas emendas.	
287	PL 07230/2017 CD	Lúcio Vale - PR/PA	Altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para dispor sobre a contratação de projetos e serviços de consultoria.		Data: 18/04/2017 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP) Recebimento pela CTASP.	Câmara dos Deputados
288	PL 07270/2017 CD	Irajá Abreu - PSD/TO	Disciplina a regularização fundiária em áreas urbanas e dá outras providências.		Data: 20/04/2017 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP) Encaminhada à publicação. Publicação Inicial em avulso e no DCD de 21/04/2017.	Câmara dos Deputados

289	PL 07462/2017 CD	Carlos Henrique Gaguim - PTN/TO	Dá nova redação aos arts. 54 e 55 da Lei nº 12.305, de 02 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, estabelecendo novos prazos para a disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos e para a elaboração de planos estaduais de resíduos sólidos e de planos municipais de gestão integrada de resíduos sólidos.		Data: 11/05/2017 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP) Encaminhada à publicação. Publicação Inicial em avulso e no DCD de 12/05/2017.	
290	PL 07622/2017 CD	Carlos Henrique Gaguim - PTN/TO	Altera a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, para tratar da responsabilidade civil por danos decorrentes de defeitos construtivos em imóveis do Programa Minha Casa, Minha Vida.		Data: 24/05/2017 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Apense-se à(ao) PL-4331/2016. Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II. Regime de Tramitação: Ordinária (Art. 151, III, RICD) Inteiro teor	Câmara dos Deputados

291	PL 07592/2017 CD	Paulo Abi-Ackel - PSDB/MG	Altera a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, para incluir a construção de hospitais e escolas dentre as atividades consideradas de interesse social para efeito de supressão de Área de Preservação Permanente.		Data: 24/05/2017 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão de Desenvolvimento Urbano (CDU) Prazo para Emendas ao Projeto (5 sessões a partir de 25/05/2017)	Câmara dos Deputados
292	PL 07646/2017 CD	Cesar Souza - PSD/SC	Altera a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, para dispor sobre as áreas de preservação permanente em perímetro urbano e nas regiões metropolitanas e aglomerações urbanas		Data: 16/05/2017 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: PLENÁRIO (PLEN) Apresentação do Projeto de Lei n. 7646/2017, pelo Deputado Cesar Souza (PSD-SC), que: "Altera a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, para dispor sobre as áreas de preservação permanente em perímetro urbano e nas regiões metropolitanas e aglomerações urbanas". Inteiro teor	
293	PL 07504/2017 CD	Iracema Portella - PP/PI	Altera a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, para dispor sobre a		Data: 18/05/2017 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão de Viação e	

			obrigatoriedade de reserva de vagas destinadas para bicicletas em estacionamentos.		Transportes (CVT) Recebimento pela CVT.; Data: 18/05/2017 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP) Encaminhada à publicação. Publicação Inicial em avulso e no DCD de 19/05/2017.	
294	PL 05179/2016 CD	Poder Executivo	Cria o Conselho Federal dos Técnicos Industriais e Agrícolas e os Conselhos Regionais dos Técnicos Industriais e Agrícolas.	Revoga dispositivo da Lei nº 5.194, de 1996.	Data: 25/05/2017 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) Prazo para Emendas ao Projeto (5 sessões a partir de 26/05/2017); Data: 25/05/2017 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP) Encaminhada à publicação. Parecer da Comissão de Finanças e Tributação	Câmara dos Deputados

					Publicado em avulso e no DCD de 26/05/2017, Letra B.	
295	PLP 00366/2013 CD PLS 00386/2012 SF	Sen. Romero Jucá - PMDB /PE	Altera a Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, que dispõe sobre o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza; a Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992 (Lei de Improbidade Administrativa); e a Lei Complementar nº 63, de 11 de janeiro de 1990, que dispõe sobre critérios e prazos de crédito das	Altera a Lei Complementar nº 116/2003 (dispõe sobre o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS, de competência dos Municípios e do Distrito Federal, e dá outras providências); acrescenta o § 4º ao art. 3º da referida Lei Complementar para estabelecer que o imposto será devido no local do estabelecimento do tomador ou intermediário do serviço; acrescenta o art. 8-A e os §§ 1º e 2º para	Data: 18/11/2016 Casa: Senado Federal Tramitação: PLEN - Plenário do Senado Federal Desapensado do SCD 15/2015. A matéria vai ao Expediente.;	Câmara dos Deputados

			parcelas do produto da arrecadação de impostos de competência dos Estados e de transferências por estes recebidas, pertencentes aos Municípios, e dá outras providências.	dispor que a alíquota mínima do imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza é de 2%, que o imposto não será objeto de concessão de isenções, incentivos e benefícios tributários ou financeiros, inclusive de redução de base de cálculo ou de crédito presumido ou outorgado, ou qualquer outra forma que resulte, direta ou indiretamente, em uma carga tributária menor que a decorrente da aplicação da alíquot	Data: 15/02/2017 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Recebimento do Ofício nº 62/2017 (CN) comunicando veto parcial e encaminhando cópia da Mensagem e autógrafo do projeto vetado.	
296	PLP 00025/2007 CD PLC 00125/2015 SF	Barbosa Neto	Dá nova redação ao caput do art. 79 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.	Prorroga o prazo para que as empresas optantes do Simples Nacional ou "Supersimples", tenham o direito de parcelar os débitos relativos a fatos geradores ocorridos até 31 de dezembro de 2006.	Data: 30/03/2017 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP) Encaminhado à PLP02507. Encaminhado à PLP02507. Encaminhado à PLP02507.	Câmara dos Deputados

297	PLP 00171/2015 CD	Geraldo Resende - PMDB/MS	Altera o § 16 do art. 21 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para autorizar o parcelamento das dívidas tributárias das pessoas jurídicas optantes pelo SIMPLES NACIONAL em até 180 (cento e oitenta) meses.		Data: 16/08/2016 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão de Finanças e Tributação (CFT) Designado Relator, Dep. Enio Verri (PT-PR)	Câmara dos Deputados
298	PLP 00014/2015 CD	Odelmo Leão - PP/MG	Dispõe sobre a coopração entre os entes federados tendo em vista assegurar a elaboração e a implementação dos planos de saneamento básico e de resíduos sólidos, altera a Lei Complementar nº 140, de 8 de dezembro de 2011, a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, e a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, e dá outras providências.		Data: 19/04/2017 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP) Designada Relatora, Dep. Flávia Morais (PDT-GO)	Câmara dos Deputados

299	PLP 00327/2016 CD	Helder Salomão - PT/ES	Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, com o objetivo de modificar as faixas de receita brutas de empesas optantes do Simples Nacional e dá outras providências.		Data: 04/04/2017 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviço (CDEICS) Designado Relator, Dep. Lucas Vergilio (SD-GO)	Câmara dos Deputados
300	REQ 06480/2017 CD	Joaquim Passarinho - PSD/PA	Requer a realização de Sessão Solene em comemoração ao dia do Arquiteto e Urbanista e do sexto aniversário do Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU/BR.		Data: 18/05/2017 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: PLENÁRIO (PLEN) Apresentação do Requerimento de Sessão Solene n. 6480/2017, pelo Deputado Joaquim Passarinho (PSD-PA), que: "Requer a realização de Sessão Solene em comemoração ao dia do Arquiteto e Urbanista e do sexto aniversário do Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU/BR". Inteiro teor	

301	VET 00005/2017 CD VET 00005/2017 SF	Presidência da República	Veto Parcial aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 33 de 2014 (nº 2.020 de 2007, na Casa de origem), que "Estabelece diretrizes gerais sobre medidas de prevenção e combate a incêndio e a desastres em estabelecimentos, edificações e áreas de reunião de público; altera as Leis nos 8.078, de 11 de setembro de 1990, e 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil; e dá outras providências."		Data: 23/05/2017 Casa: Senado Federal Tramitação: SLCN - Secretaria Legislativa do Congresso Nacional A sessão conjunta convocada para 24/05/2017 foi transferida para terça-feira, 30/05/2017, às 19h30min. Situação: INCLUÍDA EM ORDEM DO DIA	Câmara dos Deputados